Naiara Paola de Oliveira

O LAZER PARA ALÉM DO URBANO: a produção social do tempo e do território no povoado do Galheiros, Diamantina, Minas Gerais

Belo Horizonte
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG
2019

Naiara Paola de Oliveira

O LAZER PARA ALÉM DO URBANO: a produção social do tempo e do território no povoado do Galheiros, Diamantina, Minas Gerais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Lazer.

Área de concentração: Cultura e Educação

Linha de pesquisa: Identidade, sociabilidades e práticas de lazer - Linha 1

Orientador: José Alfredo Oliveira Debortoli

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG

2019

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer
Email: ppgiel@eeffto.ufmg.br Telefone: (31) 3409-2335

EEFFTO UFMG

ATA DA 146ª DEFESA DE DISSERTAÇÃO

NAIARA PAOLA DE OLIVEIRA

Às 14h00min do dia 12 de julho de 2019 reuniu-se na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais a Comissão Examinadora de Dissertação, indicada pelo Colegiado do Programa para julgar, em exame final, o trabalho *"O LAZER PARA ALÉM DO URBANO: a produção social do tempo e do território no povoado de Galheiros, Diamantina, Minas Gerais"*, requisito final para a obtenção do Grau de Mestre em Estudos do Lazer. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Dr. Jose Alfredo Oliveira Debortoli, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra para a candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Membros da Banca Examinadora	**Aprovada**	**Reprovada**
Prof. Dr. Jose Alfredo Oliveira Debortoli (orientador)	X	
Prof. Dr. Amauri Carlos Ferreira (PUC-MG)	X	
Profa. Dra. Eliene Lopes Faria (UFMG)	X	

Após as indicações a candidata foi considerada: APROVADA

O **resultado final** foi comunicado publicamente, para a candidata pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente **ATA** que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 12 de julho de 2019.

Prof. Dr. Jose Alfredo Oliveira Debortoli _____

Prof. Dr. Amauri Carlos Ferreira _____

Profa. Dra. Eliene Lopes Faria _____

O48l Oliveira, Naiara Paola de
2019 O lazer para além do urbano: a produção social do tempo e do território no povoado do Galheiros, Diamantina, Minas Gerais. [manuscrito] / Naiara Paola de Oliveira – 2019.
142 f., enc.: il.

Orientador: José Alfredo Oliveira Debortoli

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Bibliografia: f. 132-140.

1. Lazer – Teses. 2. Diamantina (MG) – Teses. 3. Cultura popular – Teses. I. Debortoli, José Alfredo Oliveira. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. III. Título.

CDU: 379.8

Ficha catalográfica elaborada pel bibliotecário Danilo Francisco de Souza Lage, CRB 6: n° 3132, da Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG.

Dedico aos que tiveram paciência para me esperar...
Especialmente à minha doce Ana.
Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Tenho aprendido nos últimos anos que o segredo de uma vida feliz é a gratidão.... Não exatamente essa, expressa em poucas linhas, mas a gratidão diária, sentida em cada acontecimento. Ao final desta etapa tentarei de forma singela agradecer a todos que contribuíram com esta conquista, mas espero que minhas atitudes ao longo da vida possam refletir à real gratidão que sinto por vocês. Obrigada!

A Deus, inteligência suprema, causa primeira de todas as coisas. Obrigada por me mostrar caminhos e não me deixar esmorecer diante dos obstáculos. Bendito Seja!

Aos meus grandes amores Ana e Rafa. Obrigada por sonharem meu sonho, obrigada por atravessarem o Espinhaço comigo, obrigada pela paciência, pelas palavras, pelo silêncio, por serem minhas melhores companhias! Obrigada por tudo... Pesquisadora mirim e Assistente de pesquisa a vocês todo amor e uma gratidão que dura até a última florzinha Sempre-viva murchar.

À minha amada família porque, do nosso jeito, sabemos que podemos sempre contar uns com os outros. Aos meus pais por todo apoio, em especial pelo esforço para que pudéssemos nos escolarizar. Obrigada pela autonomia incentivada, pela confiança e pelas portas sempre abertas. Amor incondicional a vocês. Às minhas irmãs pela parceria de vida. Pelo engajamento, por não soltarem as minhas mãos onde quer que estejam, por lutarem por causas maiores.... Eu amo vocês e amo ter o privilégio de compartilhar o mesmo sangue engajado de vocês!

Aos meus familiares que torceram tanto por mim! Aos meus queridos amigos e amigas, Sanjenses, Comadres, obrigada! Gratidão pela paciência, por me esperarem todas as vezes em que eu não pude estar fisicamente presente em algum evento, obrigada pelo apoio psicológico, o amor sustenta e resiste.... Ainda bem que tenho vocês! Em especial obrigada a todos que algum dia durante esses dois anos cuidaram da minha pequena Ana aos finais de semana e feriados para que eu pudesse estudar.

À EEFFTO pelo duplo acolhimento, em especial aos companheiros de Cenex que aguentaram minhas dúvidas boa parte do tempo e à equipe da Biblioteca.

Ao meu orientador querido, José Alfredo, não apenas pela orientação deste trabalho como por ser a pessoa maravilhosa que é, por cada palavra de incentivo e pela serenidade transmitida no olhar. Obrigada por me aceitar como orientanda, obrigada pela leveza na orientação, obrigada por se tornar meu amigo! Te desejo a paz que você transmite.

Ao PPGIEL em especial aos meus queridos amigos Danilo e Randley. Obrigada pelo incentivo e por todo apoio necessário na caminhada. Obrigada também a todos os docentes do programa, pelas disciplinas tão carinhosamente ministradas e um agradecimento aos colegas de mestrado, especialmente à turma que se aventurou comigo no segundo semestre de 2017, apoio fundamental para perseverar. Obrigada Joyce por ter lido meu trabalho! Jamais esquecerei de vocês!

Ao grupo de estudos NaPrática pela riqueza no compartilhamento do conteúdo, das dores e das delícias desta tentativa de compreender o outro enxergando, respeitando e absorvendo toda beleza que só é possível com diversidade. Obrigada pelos conselhos, pelas perguntas, pelas dicas. Continuaremos caminhando!

Às Ciências Humanas e à licenciatura - tão desacreditadas neste momento delicado que vivemos.... Obrigada por me tornarem cada dia mais humana. Obrigada por me fazerem acreditar que a única forma de transformar o Brasil (e o Mundo) para melhor é pela educação de qualidade. Sonharei com o dia em que todos possam ter o privilégio de estudar em uma instituição como a Universidade Federal de Minas Gerais.

À linda Diamantina e suas Vesperatas emolduradas pelo Espinhaço, à Casa da Glória e ao IGC/UFMG por me acolherem com tanto carinho e um agradecimento mais que especial ao Povoado do Galheiros por me ensinarem tantas coisas sobre a vida, sobre a alegria e sobre a gratidão. Agradeço por cada café, queijo, doce, almoço, jantar. Agradeço por me permitirem adentrar nas suas casas e nas suas vidas sem nada cobrar, com um sorriso no rosto e muita conversa boa. E por todas as Sempre-vivas que coloriram minha vida nesses dois anos e agora vão colorir para sempre! Vocês fazem parte da minha história.

Um agradecimento especial ao Município de Brumadinho, MG, em um longo luto pela tragédia da Vale, pois foi onde todo meu contato com comunidades tradicionais começou, há mais de dez anos, na Comunidade Quilombola de Sapé, distrito de São José do Paraopeba. Que Deus fortaleça vocês.

Acreditem! É preciso conhecer para romper preconceitos! Abram suas janelas, saiam das caixas e se permitam olhar o outro com os olhos da alma! Só assim teremos um mundo mais justo e amoroso!

"a fé sempre-viva converte o trauma em amor"
Bernardo do Espinhaço

“Quem inaugura a negação dos homens não são os que tiveram a sua humanidade negada, mas os que a negaram, negando também a sua. ”
Paulo Freire

RESUMO

O estudo que se segue investiga a produção social do tempo e do território em uma comunidade rural tradicional a partir da perspectiva dos estudos do lazer. Nesta perspectiva, buscamos a etnografia como prática e o diálogo com a antropologia e a geografia como auxiliares à compreensão. A pesquisa corrobora com as novas abordagens dos estudos do lazer, que extrapolam o conceito hegemônico do lazer como um fenômeno exclusivamente urbano para considerá-lo uma "dimensão da cultura" (GOMES, 2014). O estudo de caso foi realizado no povoado de Galheiros, localizado a 25 km do município de Diamantina, Minas Gerais, considerado uma comunidade tradicional por se caracterizar como um agrupamento de apanhadores de flores Sempre-vivas. No presente trabalho analisamos, através das lentes do lazer, as relações dos moradores do povoado com o território, com o espaço que ocupam, com o tempo, com a sociedade, com a natureza e com suas próprias manifestações tradicionais ou culturais. Além disso, ele procura compreender a relação do povoado com o trabalho, destacando-se o trabalho artesanal realizado com as flores Sempre-Vivas. Esta atividade tem garantido a sobrevivência de vários moradores desde a década de 1930, mas tem se reduzido não apenas pelas novas regras para coleta e comercialização das flores, mas também pela falta de interesse da nova força de trabalho do povoado pela atividade. Como procedimentos metodológicos realizamos, em um primeiro momento, uma revisão cautelosa da literatura objetivando principalmente elucidar conceitos como comunidade, povoado, tradição e cultura, evitando preconceitos e estereótipos. Também utilizamos a legislação pertinente ao tema como importante fonte bibliográfica. Em seguida procedemos à imersão no campo, fundamentados em autores com Geertz, Malinowski, Ingold e outros que têm se dedicado a estudar a maneira mais adequada de descrever a vida de outros indivíduos através da observação detalhada. O caderno de campo foi um equipamento indispensável durante a trajetória bem como a câmera fotográfica. Como resultado obtivemos a reconstrução da história do povoado através da oralidade e várias percepções a respeito do que é ser um indivíduo membro de uma comunidade tradicional inserido em um mundo globalizado e fragmentador. Os resultados da pesquisa além de contribuir para as novas abordagens dos estudos do lazer, podem nortear a implantação de políticas que utilizem o lazer como uma ferramenta para o desenvolvimento social capaz de promover a valorização das práticas e o desenvolvimento da alteridade.

Palavras Chave: Lazer. Lazer Rural. Lazer e antropologia. Produção Social do Lazer. Cultura e Lazer. Lazer e território. Temporalidade. Etnografia.

ABSTRACT

The following study investigates the social production of the time and territory in a traditional rural community from the perspective of leisure studies. In this perspective, we use ethnographic research and dialogue with Anthropology and Geography as means to achieve better understanding. The research corroborates the new approaches of leisure studies that extrapolate the hegemonic concept of leisure as an exclusively urban phenomenon to consider it a "dimension of the culture" (GOMES, 2014). The case study was conducted in the village of Galheiros, located 25 km from the municipality of Diamantina in Minas Gerais, which is considered a traditional community for being characterized as a cluster of evergreen shrubs' flowers pickers. In the present work, we analyse, through the lens of leisure, the relationship between the village residents, the territory, the space they occupy, the time, the society, the nature and their own traditional or cultural manifestations. It also aims to understand the relationship of the town with work highlighting the evergreen shrubs' flowers craftsmanship. This activity has been ensuring the survival of several residents since the 1930s, however it has been shrinking not only by the new rules for picking and marketing the flowers, but also by the lack of interest of the new local workforce in the activity. As part of our methodological procedures, first we carried out a thorough review of the literature which intended to elucidate concepts such as community, village, tradition and culture, avoiding prejudiced views and stereotypes. We also used the pertinent legislation as an important bibliographic source. Then, we immersed ourselves in the field, based on authors such as Geertz, Malinowski, Ingold and others who have dedicated themselves to studying the most appropriate way to describe the lives of other individuals through detailed observation. The field notebook was an indispensable equipment along this journey as well as the camera. As a result, we obtained the reconstruction of the village's history through oral communication and several perceptions of what it is like to be a member of a traditional community inserted into a globalized and disintegrating world. The results of this research, besides contributing to new approaches to leisure studies, can guide the implementation of policies that use leisure as a tool for social development which is capable of promoting the appreciation of practices and the development of otherness

Keywords: Leisure. Rural leisure. Leisure and anthropology. Social Production of Leisure. Culture and Leisure. Leisure and territory. Temporality. Ethnography.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1	Flores secando no quintal de uma casa no Galheiros	33
Fotografia 2	Sempre-vivas no caminho entre Diamantina e Galheiros	42
Fotografia 3	Cavaleiros no trajeto Diamantina Galheiros	47
Fotografia 4	Vista da Chegada à “sede” do povoado	78
Fotografia 5	Estrada que liga Diamantina à Galheiros	95
Fotografia 6	Vista da Chegada ao Galheiros	99
Fotografia 7	Capela do Galheiros	100
Fotografia 8	Bar du Zé	101
Fotografia 9	Bar e Mercearia	101
Fotografia 10	Flores secando na parte externa de uma casa do povoado	105
Fotografia 11	Campo de cultivo de Sempre-vivas	109
Fotografia 12	Campo nativo de Sempre-vivas	109
Fotografia 13	Turista posa junto à exposição de artesanato com Sempre-vivas em frente ao Mercado Municipal de Diamantina	116
Fotografia 14	Cartaz da festa de Nossa Senhora Aparecida	122
Fotografia 15	Brincadeiras consideradas perigosas na chagada ao povoado após a cavalgada	123
Fotografia 16	Chegada dos cavaleiros	123
Fotografia 17	Chegada dos cavaleiros	123
Mapa 1	localização de Diamantina no Brasil	35
Mapa 2	Localização de Diamantina no estado de Minas Gerais	35
Mapa 3	Mapa ilustrativo de Diamantina e seus distritos	39
Mapa 4	Mapa ilustrativo de localização do distrito do Guinda em relação aos acessos terrestres até Diamantina	40
Mapa 5	Mapa de Diamantina do ano de 1955	43
Figura 1	Produto oriundo do povoado de Galheiros sendo vendido no site de uma rede varejista	133

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COEP	Comitê de Ética e Pesquisa
ECO92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
EEFFTO	Escola de Educação Física, fisioterapia e terapia ocupacional da UFMG
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
FAO-ONU	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEF/MG	Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MG	Minas Gerais
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPMG	Ministério Público de Minas Gerais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PPGIEL	Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do lazer
SEBRAE/MG	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIPAM/ONU	Sistema Importante do Patrimônio Agrícola Mundial
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UFVJM	Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

PARA COMEÇO DE CONVERSA..... 15

DIAMANTINA, GALHEIROS, FLORES E CORES 33

1 UMA BREVE REVISÃO DA LITERATURA SOBRE LAZER E SUAS RELAÇÕES PARA ALÉM DO URBANO 47

1.1 Breve revisão de literatura sobre os Estudos do Lazer 53
1.2 O rural enquanto modo de vida – Uma análise do tempo e do território..... 62
1.3 Relações entre o lazer e o rural..... 69
1.4 Cultura e identidade..... 72

2 COMUNIDADES TRADICIONAIS – MÚLTIPLAS DEFINIÇÕES..... 79

2.1 Comunidade..... 79
2.2 O conceito de comunidade tradicional..... 81
2.3 Comunidades tradicionais no Brasil: A produção social do tempo e do território 90

3 POVOADO DO GALHEIROS: O RURAL, O TRADICIONAL E O LAZER..... 96

3.1 O tempo e o território no povoado – relatos etnográficos..... 97
3.2 Festejando Nossa Senhora Aparecida – o tempo em movimento..... 117
3.3 Um povoado sempre vivo?..... 124

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 128

ANEXO I..... 141

ANEXO II 142

ANEXO III..... 143

ANEXO IV 144

PARA COMEÇO DE CONVERSA[1]

O trabalho a seguir é resultado de uma inquietude originada na constante busca pela compreensão do sentido do ser no mundo em que habitamos. Ao longo da existência emergem reflexões sobre as diversas possibilidades de existir e de transformar o planeta e, de alguma maneira, se torna impossível passar indiferente a tanta diversidade. Surgem questões que fazem refletir sobre os conceitos de identidade, cultura, coletividade e sobre antigas e novas concepções a respeito destes temas.

Bhabha (1998) afirma que a diferença cultural é um "processo de significação" que se concentra na "tentativa de dominar em nome de uma supremacia cultural". Existe o reconhecimento da diferença, mas, além desta diferença muitas vezes significar a exclusão do outro, ela deve ao mesmo tempo ser incentivada e contida. O conceito de Bhabha pode ser ampliado se consideramos não apenas os grupos, mas os indivíduos como seres pulverizados, não inseridos em apenas uma cultura, mas em várias e constituídos por um conjunto de experiências onde as práticas sociais são organizadoras da identidade. Hall observa que o conceito de identidade é "demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova" (HALL, 2006, p. 8). O mesmo autor afirma ainda que o sujeito pós-moderno tem como característica a fragmentação da identidade, "abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados" (HALL, 2006, p. 9).

Existimos enquanto individualização absoluta ou somos apenas parte de um universo social? Aprofundar no conceito antropológico de cultura é fundamental para quem busca a compreensão do indivíduo, do coletivo, da identidade e da diversidade, mas, sozinha, nenhuma ciência é capaz de preencher todas essas lacunas.

Por este motivo, as pesquisas sociais têm um papel fundamental no conhecimento do processo de busca pela(s) identidade(s) e contribui para o preenchimento destas lacunas uma vez que possui caráter multidisciplinar. Boaventura Santos (2010) explica a relevância do papel das ciências sociais neste tipo de investigação, aproximando conhecimentos científicos dos conhecimentos tradicionais, dentro do possível. No entanto, realizar uma pesquisa social com variáveis predominantemente qualitativas e subjetivas é um grande desafio, já que busca

[1]Para começo de conversa foi uma tentativa de aproximar o leitor dos primeiros passos em direção à pesquisa tendo em vista que esses primeiros passos foram construídos, de certa maneira, com base na oralidade, nas histórias e nas informações passadas pelos moradores do povoado do Galheiros. Nota da autora.

reconhecer e se possível interpretar as perspectivas dos sujeitos pesquisados. Exige, além de método, a sensibilidade do pesquisador e a despoja de preconceitos, visto que parte da apropriação do sentido do outro.

Dentro das pesquisas sociais uma das práticas investigativas bastante utilizada é a etnografia. O "objetivo da etnografia é o de descrever as vidas das pessoas que não nós mesmos, com uma precisão e uma afiada sensibilidade através da observação detalhada e da experiência de primeira mão" (INGOLD, 2015, p.327). Porém, mesmo diante da pesquisa etnográfica há diferentes parâmetros de compreensão do modo de existir do outro. Alguns autores consideram que a compreensão do outro deve começar na compreensão do indivíduo. Outros defendem que só seremos capazes de compreender o outro, compreendendo suas relações com o mundo. Assim, com diferentes abordagens, cada autor busca estratégias para que sua pesquisa seja adequada à realidade daquele determinado campo pesquisado.

Malinowski afirma a necessidade de possuir métodos eficazes na procura dos fatos etnográficos, considerando a regularidade dos fatos relevantes. Realizou suas pesquisas através da técnica da observação participante, se utilizando principalmente da observação, mas também da entrevista e considerando que "através da discussão, com os nativos, de uma série de fatos realmente ocorridos, o etnógrafo tem a oportunidade de conhecer bem o mecanismo social ativado." (MALINOWSKI, 1984, p. 25).

Geertz parte da premissa de que a identidade é formada a partir da cultura e que a cultura está relacionada diretamente ao comportamento humano. Essa cultura é pública e funcionaria como um mecanismo de controle dos comportamentos. O autor afirma que a identidade é construída não a partir de um comportamento em si mas da importância de cada comportamento, "o que está sendo transmitido através de sua ocorrência" (GEERTZ, 1989, p. 8), e afirma ainda que o ser humano é capaz de sacrificar sua personalidade pessoal, em função do desempenho de um determinado papel. O trabalho de Geertz considera a observação dos comportamentos indispensável para apreender a forma de ser do outro, observando principalmente o cotidiano da vida social e que após esta observação deve ser realizada, na prática etnográfica, uma "descrição densa".

Ingold afirma que nas pesquisas para compreensão do outro "uma coisa é observar o que está acontecendo; no entanto, outra bem diferente é descrevê-lo" (INGOLD, 2015, p. 320). O autor considera importante a inserção no mundo do outro para compreensão da sua identidade, pontuando que "o verdadeiro problema com a etnografia, então, não reside na suposta contradição entre participação e observação, que é uma quimera, mas na desconexão

da arte da descrição da prática observacional" (INGOLD, 2015, p. 320).

Percebemos que Malinowski (1984), Geertz (1989) e Ingold (2015) apesar de concordarem na metodologia, apontam diferentes abordagens na busca pela identidade através da pesquisa etnográfica. É necessário elucidar o que motiva partir do conceito de identidade para chegar ao conceito de cultura. Hall (2006) esclarece que o conceito de identidade possui três concepções diferentes, partindo do sujeito individualista do Iluminismo, passando pelo sujeito sociológico cuja identidade é formada na interação entre o "eu" e a "sociedade" e chegando ao sujeito pós-moderno formado continuamente e influenciado pelos sistemas culturais que os rodeiam. Apresenta ainda a ideia de que a "identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência antes do nascimento" (HALL, 2006, p. 38), que além de estar em constante formação, depende do olhar do outro para se legitimar. Sendo assim os conceitos de identidade e cultura estão interligados não podendo ser compreendidos de forma independente. Os conceitos de identidade e cultura perpassam o trabalho na investigação da produção social do tempo e do território a partir das interpretações do lazer.

É recorrente o discurso de que o Brasil é um país multicultural onde os saberes e valores são extremamente diversos, o que influencia diretamente as práticas sociais. Essa afirmação pode ser fácil – e superficialmente – comprovada comparando as manifestações e comportamentos individuais e coletivos nas diversas regiões do país, porém é necessário observar "de perto e de dentro"[2] para tentar compreender melhor e transcender o senso comum. Durante minha graduação em Geografia tive a oportunidade de imersão em realidades diferentes da que estou inserida: por um ano e meio, pude trabalhar junto à Comunidade Quilombola de Sapé, em São José do Paraopeba, distrito do município de Brumadinho, Minas Gerais, que foi a primeira a me apresentar um novo modo de organização da vida, do tempo e do espaço, que eu só conhecia pelos livros didáticos. Totalmente incorporada à lógica da aceleração intensa e da delimitação dos usos do tempo de trabalho e de descanso, residi a maior parte da minha na vida na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, município que integra a terceira maior aglomeração urbana do Brasil, atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro (IBGE, 2017) e sentia dificuldade de assimilar outras lógicas de existir e habitar o mundo. Esses encontros com realidades diferentes são transformadores, capazes de ampliar horizontes e atentar para possibilidade da existência de muitas outras lógicas.

[2] Magnani, 2002.

Ao longo da graduação e após contatos com não apenas comunidades consideradas tradicionais como com assentamentos de pessoas atingidas por barragens, movimentos de trabalhadores sem-terra, agricultores familiares e porque não dizer ainda do inexplicável contato com as salas de aula – sim, a licenciatura é uma experiência de riqueza incomensurável, capaz de ser descrita apenas por aqueles que já a experimentaram – é inevitável o anseio compreender toda esta pluralidade através da ciência. E é neste momento que os estudos do lazer se apresentam, enquanto uma linha interdisciplinar de pesquisa.

Desde o início do contato com os Estudos do Lazer[3] percebi que a maior parte dos estudos referentes aos conceitos de lazer se aplicavam a um determinado tipo de sociedade: a sociedade urbana pós-industrial. Um dos pioneiros e mais importantes estudiosos do lazer, que até os tempos atuais embasa trabalhos sobre o tema em todo mundo, o sociólogo francês Jofre Dumazedier, reforça esta percepção. Seu trabalho parte de uma pesquisa realizada na cidade de Annecy na França entre 1956 e 1976. Na época a cidade contava com cerca de 100 mil habitantes e já era considerada urbanizada, Camargo (2016) aponta que como resultados

> ele “descobriu” que o tempo livre cotidiano, de fim de semana, de férias, de antes e de depois da vida profissional - que para a sociologia da época (De Grazia, Friedman, Riesman) não passava de um fenômeno residual totalmente condicionado pelo tempo de trabalho - era na verdade um tempo privilegiado, substantivo, na vida dos indivíduos. Estes, condenados a ocupar o lugar que o mercado de trabalho lhes reservava, lugar que, como já havia notado seu mestre Georges Friedman, ao invés de tempo de realização pessoal, era ocupado com tarefas rotineiras, banais, repetitivas, aproveitavam esse tempo fora do trabalho para realizar as tarefas que mais apreciavam e que na maior parte dos casos substituíam o trabalho como espaço privilegiado de realização existencial: caminhadas, ginástica, esporte, cuidados com a casa, com animais domésticos, com a leitura, a prática e a apreciação das artes, para a informação pessoal, para a sociabilidade cotidiana (CAMARGO, 2016, p. 144).

Além disso, Dumazedier elabora um conceito de lazer bastante hegemônico. Uma das características mais marcantes do conceito elaborado por Dumazedier é o do lazer em “oposição ao conjunto das necessidades e obrigações da vida cotidiana” (DUMAZEDIER, 1976, p. 31). Por esta razão tivemos, durante muitos anos, uma abordagem do lazer voltada

[3]Cheguei à EEFFTO como servidora em 2016 e foi um enorme presente. Durante minha trajetória acadêmica sempre pretendi continuar meus estudos em áreas relacionadas à Geografia Cultural. Não imaginaria que encontraria na EEFFTO um programa de pós-graduação tão alinhado com minhas expectativas. Foi uma excelente surpresa encontrar no PPGIEL uma linha de pesquisa chamada Educação e Cultura. Meus primeiros contatos com os Estudos do Lazer se deram na leitura de dissertações e teses disponíveis no site do programa e pude perceber que a interdisciplinaridade presente no nome do programa é de fato possível e incentivada dentro do mesmo. Comecei então a me preparar para o processo seletivo através da leitura das referências sugeridas para a seleção anterior. Apesar de algumas mudanças nas referências após a publicação do edital nenhuma das leituras foi de menor valor pois o mais importante foi o contato mais aprofundado com as teorias e os autores relacionados com os estudos do lazer.

para sua oposição ao trabalho, que perdurou até que outros estudiosos do tema começassem a questioná-lo, buscando novas definições.

É principalmente nesses autores que pretendem ampliar as discussões a respeito do conceito de lazer que esta pesquisa se estrutura. Estabelecemos o objetivo de compreender a lógica de existir e habitar este mundo em um contexto diferente do urbano pós-industrial através das perspectivas dos estudos do lazer, na expectativa de observar por outro ângulo a produção social dos sujeitos, que, muito além de seu trabalho, é uma produção integral, ética e estética. A pesquisa iniciou-se ancorada em Gomes (2011, p. 3) corroborando com a ideia de que "todo conhecimento é produzido localmente e, justamente por isso, não pode ser generalizado nem entendido como uma verdade absoluta". Assim analisamos como a vivência e as relações sociais de lazer, enquanto fenômeno humano, influenciam na organização social de um ambiente não urbano.

Após a definição da questão inicial passei a seleção do local ideal para realizar o trabalho de campo. Por motivos pessoais era necessário que a pesquisa fosse realizada em meu estado de residência, Minas Gerais. Entretanto em um estado onde, segundo o CENSO do IBGE do ano de 2010, 85,3% da população vive em áreas consideradas urbanas, esta talvez não fosse uma das tarefas mais fáceis. Delimitei, portanto, que o trabalho seria realizado em um ambiente oficialmente considerado rural. Segundo o Manual da base territorial do IBGE (2014), área rural "é aquela que não foi incluída no perímetro urbano por lei municipal. Caracteriza-se por uso rústico do solo, com grandes extensões de terra e baixa densidade habitacional. Incluem campos, florestas, lavouras, pastos etc." (MANUAL, 2014, p. 22). Sabia então que, após escolhido o local, teria que recorrer à legislação municipal ao qual ele está vinculado para apurar esta condição.

Foi necessário delimitar ainda mais o objeto. A experiência anterior na comunidade de Sapé inspirou o retorno a comunidades consideradas tradicionais com todas as suas especificidades. Finalmente foram delineadas as características do objeto de estudo: uma comunidade que, além de classificada legalmente como rural, fosse reconhecida oficialmente como tradicional. De acordo com o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

> povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.(Decreto 6.040, art. 3º, § 1º).

É interessante atentar que, entre as características marcantes da tradicionalidade, destaca-se o fator de reprodução e transmissão geracional destas tradições. Nesse contexto, em consonância com a legislação, Diegues (2000) pontua que "o conhecimento tradicional pode ser definido como o saber e o saber-fazer, a respeito do mundo natural, sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não urbano/industrial, transmitidos oralmente de geração em geração" (DIEGUES, 2000, p. 1). A transmissão geracional das tradições nos leva a refletir também sobre a aprendizagem enquanto um aspecto central e indissociável da prática social, gerada na vivência do mundo e associada à participação periférica dos aprendizes, conforme orientam Lave e Wenger (1991).

Retornar a Sapé seria uma opção, porém houve um grande interesse em estudar uma comunidade tradicional que eu ainda não conhecesse pessoalmente e onde a etnografia como prática pudesse acontecer sem tantas interferências da convivência anterior. Além disso novos contatos nos proporcionam sempre experiências únicas e enriquecedoras. Tenho uma relação bastante forte com o Espinhaço mineiro[4] que, segundo a minha mãe, começou mesmo antes do meu nascimento. Decidi que partiria para o Espinhaço, que faria um primeiro contato com algumas comunidades com estas características, já escolhidas anteriormente, e que prosseguiria meu trabalho onde me sentisse mais acolhida. E foi há 25 km de Diamantina, na estrada para o distrito diamantinense de Conselheiro Mata, que conheci o povoado do Galheiros, considerado uma comunidade tradicional [5] por se caracterizar como uma comunidade de apanhadores de flores Sempre-vivas. Logo nos primeiros contatos e cafezinhos[6], tive certeza que seria ali que realizaria a minha pesquisa. Após confirmar na prefeitura de Diamantina que a comunidade era considerada oficialmente uma comunidade rural[7], o projeto foi iniciado.

Em uma breve apresentação, Galheiros é um povoado rural considerado

[4] Espinhaço Mineiro refere-se à porção da Cadeia do Espinhaço localizada no Estado de Minas Gerais. A Cadeia do Espinhaço é a segunda mais longa formação de montanhas do Brasil e se estende por aproximadamente 1.200 quilômetros na direção norte-sul desde a Chapada Diamantina no Estado da Bahia até a Serra de Ouro Branco, região central do Estado de Minas Gerais. Nota da autora

[5] O Povoado do Galheiros, em Diamantina, MG, é considerado uma comunidade tradicional conforme item XVII, parágrafo 2° do decreto n°8.750 de 09 de maio de 2016. Nota da autora

[6] O cafezinho é uma característica curiosa na comunidade do Galheiros. Apesar da minha crítica ao conceito de "mineiridade" na página 93 deste trabalho, não posso deixar de citar que em cada casa da comunidade ou mesmo ao conversar com os moradores fora de suas casas, era muito frequente o convite para um "cafezinho". Independente da hora do dia em que eu estivesse no povoado, sempre surgiam diversos convites ao café, que testemunhou grande parte das conversas com os moradores do Galheiros. Nota da autora.

[7] Durante a pesquisa não foi localizado registro oficial da fundação do povoado. Foi localizado, porém registro da fundação do distrito ao qual pertence o povoado, Guinda. Guinda possui um pequeno núcleo urbano sendo o restante de sua área considerado rural. Nota da autora

comunidade tradicional[8], localizado à vinte e cinco quilômetros – sendo 15 em estrada de terra – da sede de seu município, Diamantina, região do Jequitinhonha no estado de Minas Gerais. A economia do povoado é baseada na agricultura e pecuária de subsistência e destaca-se a extração e coleta de flores Sempre-vivas, comercializadas dentro e fora do país e utilizadas para confecção local de artesanato que tem os mesmos destinos. As Sempre-vivas destacam-se na região não apenas pela importância econômica, como pela beleza cênica que conferem ao ambiente.

Os grupos considerados legalmente "Comunidades tradicionais", como Galheiros possuem hoje diversos mecanismos formais de proteção e valorização dos seus saberes, das suas terras e dos seus direitos, principalmente a partir de decretos e leis. É este reconhecimento perante a legislação que reforça o auto reconhecimento destas comunidades e garante direitos, por exemplo, aos seus territórios e aos recursos naturais utilizados para sua reprodução física, social e econômica.

É importante também enfatizar que usufruir do direito à terra requer o cumprimento de diversas exigências. Após a manifestação do interesse pela terra por parte de uma Comunidade Tradicional, são instituídos procedimentos do âmbito jurídico nacional buscando atender a solicitação de forma pertinente, cumprindo a legislação em vigor que tem como premissas garantir os territórios e o acesso aos recursos naturais necessários a manutenção das comunidades tradicionais. No caso da posse do território, o recebimento da terra está condicionado ao seu uso adequado e responsável e a existência da comunidade tradicional. Caso a comunidade perca sua característica de tradicional, ela pode perder o direito àquela terra. Quando falamos sobre direito à terra abrimos uma nova discussão sobre território, territorialização e desterritorialização e é necessário considerar esta terra muito mais do que apenas o espaço físico onde a comunidade está instalada, pois "o espaço se define pelo movimento que o situa como condição, meio e produto da reprodução social ao longo do processo civilizatório" (CARLOS, 2011, p. 23).

Em Galheiros os moradores afirmam possuir registro e escritura dos terrenos onde vivem, informando que a regularização fundiária do local foi realizada pelo Governo do Estado de Minas Gerais através da extinta Fundação Rural Mineira Colonização e Desenvolvimento Agrário – Ruralminas por volta da década de 1960. Há na região de Diamantina muitas outras comunidades que dependem diretamente das Sempre-vivas para

[8] Recentemente o termo "tradicional" passa por releituras, mas em virtude da legislação em vigor e após profundas reflexões utilizarei neste trabalho, de forma consciente e justificada ao longo dos capítulos, o termo "comunidade tradicional" para caracterizar o Povoado do Galheiros. Nota da autora

subsistência, algumas descendentes de quilombos, outras de indígenas, se enquadrando inclusive em mais de uma característica enquanto "comunidade tradicional". A maioria, porém, ainda está em processo de reconhecimento para regularização fundiária e solicitação de apoio em busca de seus direitos, tendo para isso o amparo geralmente de ONGs e de gestores públicos da região.

Além da legislação nacional, os povos e comunidades tradicionais também estão amparados por convenções internacionais. Se destaca a Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU). Esta convenção foi adotada em Genebra, na Suíça, na 76ª Conferência Internacional do Trabalho, em 27 de junho de 1989, e entrou em vigor internacionalmente em 5 de setembro de 1991. No Brasil, o cumprimento dessa Convenção foi determinado pelo Decreto Presidencial n.º 5.051, de 19 de abril de 2004. Em seu artigo 2° a Convenção afirma que os governos terão responsabilidade em "promover a plena realização dos direitos sociais, econômicos e culturais desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições".

Não podemos desprezar, no entanto, a influência da modernidade no que diz respeito a permanência das tradições. Como nos lembra Boaventura Santos (2010) existe uma tendência global não de conciliar culturas, mas de impor uma cultura dominante, considerada melhor e mais adequada, suprimindo rituais endêmicos e tendendo a homogeneização.

Por mais que as Comunidades Tradicionais brasileiras estejam amparadas por uma legislação que protegeria este conhecimento empírico, não se pode desconsiderar que estas comunidades estão inseridas na sociedade moderna, que tem como característica a fragmentação das identidades e a produção de um sujeito pós-moderno, que "não possui identidade fixa, essencial ou permanente" (HALL, 2006, p.13) e que esta inserção ultrapassa o alcance de qualquer legislação. Canclini (1997) ao tratar dessas sociedades utiliza o conceito de "culturas híbridas" onde é necessário se adaptar à modernidade sem, contudo, perder antigas crenças. O autor afirma que "o desenvolvimento moderno não suprime as culturas tradicionais" (Canclini, 1997, p. 215) ressaltando ainda que

> Assim como não funciona a oposição abrupta entre o tradicional e o moderno, o culto, o popular e o massivo não estão onde estamos habituados encontrá-los. É necessário demolir essa divisão em três pavimentos, essa concepção em camadas do mundo da cultura e averiguar se sua hibridização pode ser lida com as ferramentas das disciplinas que os estudam separadamente: a história da arte e a literatura que se ocupam do "culto"; folclore e a antropologia, consagrados ao popular; os trabalhos sobre comunicação, especializados na cultura massiva. Precisamos de ciências

> sociais nômades, capazes de circular pelas escadas que ligam esses pavimentos. (CANCLINI, 1997, p. 19)

As definições de Hall (2006) e de Canclini (1997) podem se aproximar do objeto de estudo se consideramos que a tradicionalidade do Galheiros ainda resiste, apesar de algumas etapas do trabalho com as flores terem se modernizado. Diegues e Arruda (2001) pontuam que as sociedades tradicionais também passam pelos processos de modernização, mas esta transformação tem um ritmo mais lento que nas demais sociedades. Considerando que são comunidades que não se encontram em total isolamento elas têm contatos regulares com os centros urbanos e, portanto, com inovações que inclusive podem contribuir para a melhoria da vida no campo. Sendo assim são capazes de assimilar as novas tecnologias e aos poucos incorporá-las aos seus cotidianos, sem, contudo, abandonar suas tradições. Conforme Diegues pontua "As culturas tradicionais não são estáticas, estão em constante mudança seja por fatores endógenos ou exógenos, sem que por isso deixem de estar inseridas dentro de um modo de produção que denominamos de pequena produção mercantil." (DIEGUES, 2008, p. 95).

Um exemplo de modernização do processo no povoado do Galheiros foi a mudança de comportamento após a intervenção da Emater em parceria com a ONG Terra Brasilis no ano de 1998. Os coletores foram convidados a repensar seu modo de vida não apenas pela necessidade de preservar as espécies de Sempre-vivas, que começaram a entrar em extinção, como de agregar valor ao trabalho que realizavam. Foi criada a Associação de Artesãos Sempre-Viva e os moradores começaram a se organizar formalmente para, ao invés de apenas coletar as flores e vender *in natur*a, produzir, embalar, precificar e vender itens confeccionados com as Sempre-vivas. A venda dos produtos beneficiados se expandiu para a internet e gerou uma parceria com uma grande rede varejista de móveis e decoração, o que mudou a dinâmica do trabalho no povoado.

É importante destacar que, até 1999, todos os que trabalhavam com as flores Sempre-vivas no Galheiros eram apenas coletores. Depois da intervenção da ONG Terra Brasilis e da criação da Associação temos três personagens diferentes no povoado: Primeiro temos os Coletores que são as pessoas que apenas coletam flores para vender *in natura* e não puderam se Associar à Associação de Artesãos Sempre-vivas. Em segundo lugar temos os Artesãos, trabalhadores que apenas fazem as peças com as flores, mas não coletam, usam flores compradas ou cedidas e podem ser associados à Associação de Artesãos Sempre-vivas. Em terceiro temos os Coletores/Artesãos que realizam ambos trabalhos: Coletam e produzem

peças. A maioria dos Associados se encaixa nesta categoria. Ao longo do texto os termos serão utilizados de acordo com a necessidade.

O estado de Minas Gerais ainda está em processo de reconhecimento formal das identidades e territórios das comunidades tradicionais, mas já sabe-se que existe um grande número de comunidades, cada uma delas com suas especificidades e suas manifestações das tradições de forma única, como pontua a Cartilha de Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais (2014), publicada pela Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais do Ministério Público de Minas Gerais em parceria com Programa Mapeamento dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais:

> No estado de Minas Gerais, temos os povos indígenas, as comunidades quilombolas, os pescadores artesanais, os povos de terreiro, os geraizeiros, os vazanteiros (moradores tradicionais da vazante, que sempre consorciaram o uso de terras altas e baixas, atualmente restritos a ilhas e pequenas parcelas de terra nas beiras de grandes rios que cortam o estado), os veredeiros (que ocupam, usam e preservam tradicionalmente as veredas, subunidade do bioma cerrado/gerais), os apanhadores de flores Sempre-vivas, os faiscadores (que exercem o garimpo artesanal), entre outros. (MPMG, 2014, p. 15)

O estudo das manifestações culturais das comunidades tradicionais e do que elas representam para seus membros é bastante relevante quando se pensa na preservação de tradições. Essas manifestações muitas vezes permeiam também o conceito de "identidade cultural" habitualmente presente em temas que remetem às "Comunidades Tradicionais". Daí a necessidade em retomar o conceito de cultura. Como indica Gomes

> O debate contemporâneo acerca da noção de cultura tem pautado diferentes desafios para a compreensão desse conceito: sabemos que cultura não é algo estático que pode ser objetivado, fixado, normatizado; cultura não é uma arma contra a expressão biológica da vida; cultura não se restringe à representação: cultura não é apenas informação a ser transmitida de uma mente para outra. Traz, por isso, o desafio de repensarmos dicotomias históricas como natureza e cultura, corpo e mente, saber e fazer, entre tantas outras que destas se desdobram -, provocando-nos novas maneiras de atenção às pessoas e/em seus contextos (GOMES *et al*., 2016, p. 109)

Ancorada em Ingold e na antropologia, Gomes esclarece que é a "diversidade de caminhos e maneiras de viver a vida que passamos a nomear pelo conceito de cultura, gerando a necessidade de indagarmos como e porque somos diferentes em nossas necessidades e modos de viver" (GOMES *et al.*, 2016, p. 110).

Laraia (2008), em sua obra "Cultura: um conceito antropológico" define cultura como a principal característica humana, afirmando que a cultura é capaz de moldar "uma vida

num ser biologicamente preparado para viver mil vidas" (LARAIA, 2008, p. 66). O autor apresenta o desenvolvimento do conceito de cultura, tratando desde os determinismos biológicos e geográficos que influenciam diretamente nossos comportamentos, mas não esgotam as explicações a respeito da cultura até a história do conceito e as teorias sobre cultura. Outros autores como Marshall Sahlins (1997) e Clifford Geertz (1989) também serão importantes nas reflexões a respeito do conceito de cultura e na articulação deste conceito a todas as dimensões da vida. O debate a respeito do conceito de cultura será retomado ao longo da pesquisa com empenho na investigação de conceitos capazes de suportar o objeto de estudo, como o conceito de cultura a partir da abordagem antropológica.

O trabalho se propõe a investigar a relação dos moradores com a comunidade, com o tempo e com o mundo através da observação de suas práticas cotidianas, atentando para práticas que se situem próximas do conceito de lazer utilizado na pesquisa, como a rotina com as flores Sempre-vivas, as festas e a religiosidade, e como estas práticas transformam o espaço-lugar onde acontece a vida dessas pessoas. Assim a pesquisa pode também avaliar as contribuições dos Estudos do Lazer para a preservação destas empirias em um contexto global homogeneizador.

Gomes (2016) sugere uma perspectiva de compreensão do lazer tomando como princípio definições que adquirem sentido considerando seu entendimento como experiência cultural. A autora afirma que a relação das manifestações culturais com o lazer se dá a medida em que

> o lazer compreende a vivência de inúmeras manifestações da cultura, tais como o jogo, a brincadeira, a festa, o passeio, a viagem, o esporte e também as formas de artes, entre várias outras possibilidades. Inclui, ainda, o ócio, uma vez que esta e outras manifestações culturais podem constituir, em nosso meio social, notáveis experiências de lazer (GOMES, 2004, p. 124).

Uma abordagem dialógica foi aberta buscando ampliar a compreensão do assunto com o auxílio da antropologia, da história e da geografia. Será traçada uma linha temporal na tentativa de avaliar a relação entre a origem do povoado e as flores Sempre-vivas, passando pelo desenvolvimento econômico e social do povoado desde seu surgimento até os dias atuais, verificando em que momento da vida destes moradores ocorrem as transformações mais significativas do território que habitam e consequentemente se afirmam enquanto produtores do espaço que ocupam.

A pesquisa é uma etnografia. A etnografia nos estudos do Lazer se justifica

quando se pretende “abrir caminhos de compreensão para outras formas de relação com o ambiente e com as pessoas, gerando práticas sociais e experiências culturais ricas de sentido” (COSTA *et al.*, 2016, p. 357). Segundo Ingold, “etnógrafos descrevem, principalmente por meio da escrita, como as pessoas em algum lugar e tempo percebem o mundo e como eles atuam nele” (INGOLD, 2015, p. 347), ou seja, uma forma de se aproximar destas práticas sociais e de experiências culturais é através da etnografia, não como método e sim como prática.

E o que motiva a realização de uma pesquisa etnográfica nos Estudos do Lazer[9]? Em primeiro lugar a interdisciplinaridade do conceito. Outrossim Gomes (2011) já alertava para a necessidade de ampliação dos horizontes do lazer partindo da releitura do conceito hegemônico de lazer proposto por Dumazedier na década de 1970. Sem sugerir ruptura com o conceito de Dumazedier, a autora sugere que questionemos qualquer universalização de conhecimentos, tendo em vista as especificidades de cada grupo no qual se deseja aplicar determinada teoria (GOMES, 2011).

A etnografia será o pilar desta pesquisa tendo em vista ser “um modo específico de investigação idiográfica, diferindo da história e da arqueologia no que diz respeito à observação direta de povos atuais ao invés de registros escritos ou de restos materiais atestando as atividades de povos no passado” (INGOLD, 2015, p. 328). Para que este caminho de compreensão para outras formas de relação citado por Costa (2016) seja aberto é necessária muita observação com a metodologia adequada além de uma investigação aprofundada. Para isso houve uma preparação anterior, observando Malinowski (1984) que esclarece que

> Os princípios metodológicos [da pesquisa etnográfica] podem ser agrupados em três unidades: em primeiro lugar, é lógico, o pesquisador deve possuir objetivos genuinamente científicos e conhecer os valores e critérios da etnografia moderna. Em segundo lugar, deve o pesquisador assegurar boas condições de trabalho, [...]. Finalmente, deve ele aplicar certos métodos especiais de coleta, manipulação e registro de evidência (MALINOWSKI, 1984, p. 20)

A partir da pesquisa etnográfica levantamos questões consideradas relevantes para a compreensão do cotidiano do povoado. No povoado do Galheiros, segundo informações dos próprios moradores, vivem hoje em torno de 60 pessoas. Essas pessoas são praticamente todas

[9]A metodologia da pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa – COEP-UFMG em 12 de julho de 2018. Uma cópia do parecer de aprovação bem como o Termo de Consentimento Livre e esclarecido compõe os anexos I e II respectivamente. Projeto: CAAE 91626518.1.0000.5149

parentes em diferentes graus, pai e filho, irmãos, tias, primos, cunhados, netos. Recentemente a região vem sendo ocupada também por outras pessoas tendo em vista a chegada de um empreendimento de grande porte com loteamento de áreas e venda para novos moradores através da implantação de um condomínio com objetivo de "proporcionar bem-estar e tranquilidade"[10] aos que nele pretendem viver ou construir casas de fim de semana. O condomínio Recanto Sempre-Viva investe em propagandas que destacam a beleza cênica e a água abundante da região para atrair compradores, especialmente da região de Belo Horizonte.

É importante salientar que nem todos os moradores do povoado trabalham com as flores Sempre-vivas. Muitos afirmam que possuem outras atividades como extração de quartzito e cristais nas minerações próximas, trabalho no comércio na sede de Diamantina e outras. Sendo assim, para uma melhor compreensão do objeto e uma delimitação mais fiel o trabalho foi realizado com um universo reduzido de moradores, utilizando como critério inicial que participariam do trabalho apenas os moradores do povoado que fossem associados à Associação de Artesãos Sempre-Viva, criada em 1999 quando da intervenção da Emater e da ONG Terra Brasilis no povoado. Os próprios associados informaram que hoje a associação conta com 29 participantes, sendo 20 do sexo feminino e 9 masculino. Informaram ainda que há "associados fantasmas", mas que "contam" na hora de dividir tanto os pedidos quanto o lucro. Essa informação é relevante pois esclarece que apesar de haver registrados 29 nomes associados nem todos participam diretamente dos trabalhos, repassando sua cota a algum parente mais próximo e, portanto, seria impossível obter alguma informação destas pessoas. Foram relatados pelo menos 4 "associados fantasmas".

Foram realizadas sete[11] visitas de campo ao povoado entre os anos de 2017 e 2019, totalizando trinta e oito dias alternados de intensa imersão no povoado. Durante todas as visitas a hospedagem foi realizada na sede do município de Diamantina pois no povoado não há um local para hospedagem. A alimentação, em grande parte das vezes, foi realizada nas casas dos moradores do Galheiros juntamente com o cafezinho.

Conforme pontua Malinowski (1984) além da necessidade da observação de campo a pesquisa etnográfica pode exigir outros recursos para cobrir lacunas que não sejam contempladas na observação de campo, portanto, em um outro momento foram feitas algumas perguntas a associados selecionados previamente através da utilização de alguns critérios: o

[10]Anúncio retirado do site do empreendimento em dezembro de 2018 http://www.recantosempreviva.com/

[11]As visitas de campo foram realizadas nas seguintes datas: no ano de 2017 (09 dias - 4 e 05/02, 07 a 10/09 e 13 a 15/10), 2018 (18 dias – 08 a 19/01 e 16 a 21/07) e 2019 (11 dias – 05 a 12/01 e 22 a 24/03). Nota da autora

primeiro deles foi a indicação de outros participantes da própria Associação de Artesãos Sempre-viva: à medida que ia conversando com os moradores nos contatos iniciais perguntava a eles quem eles achavam que seriam pessoas interessantes para obter detalhes sobre o trabalho, além deles mesmos. Os mesmos indicavam pessoas que consideravam aptas para me ajudar na pesquisa, seja pelo destaque dos trabalhos da pessoa, seja porque a pessoa exerce uma função importante, como a presidente e a tesoureira atuais, ou porque em algum momento já exerceu, ou pela idade do participante, ou por chefiar uma família que tenha muitos participantes dentro da Associação, e outras que consideraram relevantes. Após perguntar aos associados com quais pessoas eu deveria conversar e anotar os nomes sugeridos, foram listados os que mais se repetiram e procurados para realização das perguntas em forma de entrevista não estruturada ou focalizada. “Esse método é caracterizado pela flexibilidade e pela descoberta do significado, ao invés da padronização ou de uma preocupação em comparar, limitando o as respostas com um esquema de entrevista preestabelecido” (MAY, 2004, p. 150).

O segundo critério foi a disponibilidade e receptividade dos participantes. Geralmente havia a tentativa de agendamento do melhor horário para conversa e quando não era possível eram realizadas duas tentativas de localizar o artesão indicado, caso o mesmo não fosse localizado sua participação era excluída. A identidade dos artesãos será preservada e os mesmos serão chamados pelos nomes populares de espécies de flores Sempre-vivas. A entrevista focalizada foi realizada com 6 dos 7 artesãos mais indicados, conforme quadro baixo:

Quadro 1: Realização de entrevista focalizada

Pseudônimo	**Idade**	**Sexo**	**Data da entrevista focalizada**	**Turno**	**Motivo de indicação**
Pé de Ouro	67	F	07/07/18	Manhã	Idade / Experiência
Chuveirinho	48	F	08/08/18	Tarde	Tesoureira da Associação
Jazida	54	F	08/08/18	Tarde	Presidente da Associação / dona do bar mercearia local
Espeta Nariz	69	M	07/07/18	Tarde	Idade / Experiência
Capim dourado	x[12]	F	07/07/18	Tarde	Esposa do Ex. Presidente da Associação

[12] Idade não informada – Nota da autora

Estrelinha	60	F	06/07/18	Tarde	Indicada por coletar em um campo próximo, atendendo a um pedido meu de conhecer um campo de coleta.
Botão-Branco	-	F	x	x	Recebeu um prêmio por um trabalho – não localizada

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Os artesãos indicados se apresentaram como indivíduos repletos de histórias. *Pé de Ouro*, sempre solícita, abre as portas de sua casa com um sorriso fácil nos lábios, fartura na mesa e boa vontade para contar todos os casos. A casa, muito decorada com enfeites e arranjos confeccionados com sempre vivas, esteve sempre acolhedora. Aos 67 anos ainda tem forças para ir ao campo coletar flores. A senhora, hoje viúva, não realiza mais a coleta diária das flores, mas periodicamente pede ajuda ao neto e vão à campo para abastecer seu estoque.

Espeta Nariz é bem-humorado e receptivo, vai logo oferecendo café. O viúvo de 69 anos vive sozinho em uma casa de quatro cômodos, porém conta com a companhia da filha que também vive no povoado. No rádio – sempre ligado – músicas atuais. Um carro na garagem que o artesão diz não saber dirigir: *"ainda vou aprender"*. Lê e escreve com dificuldade apesar de ter estudado até a 4ª série do ensino fundamental. A situação de dificuldade de leitura e escrita, aliás, é uma característica comum entre os associados da Associação Sempre-vivas. A maioria deles escreve apenas o nome com dificuldade mesmo tendo frequentado a escola até a 4ª série do ensino fundamental.

Jazida é a atual presidente da Associação de Artesãos Sempre-viva. Nascida e criada no Galheiros com mais sete irmãos, também ali se casou e criou seus três filhos. Hoje mora apenas com o marido em uma casa ampla e arejada, com uma varanda aconchegante cercada pela pequena produção de subsistência e também administra o bar/mercearia do povoado. Faz idas constantes à sede de Diamantina onde residem seus filhos não apenas para visitá-los como para resolver questões pessoais e da Associação já que a internet no povoado é intermitente e muitos pedidos chegam por e-mail. Ela é também a principal responsável pela exposição que é realizada na Casa da Cultura em Diamantina e orienta os associados sobre a demanda de peças para reposição. Ainda não conseguiu se aposentar como trabalhadora rural e por isso a renda das Sempre-vivas é importante para complementar o orçamento.

Estrelinha tem 60 anos e também nasceu no Galheiros. É casada e tem três filhos que moram na sede de Diamantina. Hoje divide a casa apenas com o marido, com quem partilha também o gosto pelo trabalho com as Sempre-vivas. *Estrelinha* é uma das coletoras/artesãs que mais participa de eventos e feiras representando à associação, já tendo ido até para Nova Iorque em 2013 em um evento promovido pela ONU. Também é uma das associadas que mais declara amor pelo trabalho, afirmando que o artesanato a curou de uma

depressão. Sua residência fica um pouco mais afastada da parte central do Galheiros e por isso mais próxima de alguns campos de coleta. O marido trabalha apenas com coleta e mantem um grande estoque de flores para atender as demandas.

Capim Dourado é coletora e artesã, filha de *Espeta Nariz* e trabalha com as flores para ajudar na manutenção das despesas da casa desde a época dos cursos da Emater (1999). O marido também é um coletor/artesão associado. Os dois trabalham juntos e o marido foi o último presidente da Associação. Tem quatro filhos jovens com idades entre 16 e 22 anos, mas nenhum tem interesse em trabalhar com as Sempre-vivas. Segundo ela o fato de não poder fazer parte da Associação desestimula os jovens que preferem trabalhar em empregos formais na sede. Três filhos ainda são estudantes e um está procurando a primeira colocação no mercado. *Capim dourado* afirma que gosta de sair para vender artesanato pelas ruas da sede mesmo em dias de menor movimento, quando a Associação não expõe no Mercado.

Chuveirinho também trabalha com o marido e ambos também são associados. Os dois vivem sozinhos no Galheiros e tem dois filhos que vivem na sede de Diamantina. Se dedicam com muito amor ao trabalho e tem uma rotina de coleta quase diária. Nos fundos da casa que fica bem próxima ao riacho do povoado, além de muitos pés de frutas, uma quantidade enorme de flores. *Chuveirinho* é a atual tesoureira da Associação. Muito simpáticos permitiram que eu acompanhasse a confecção de um dos itens mais difíceis de elaborar, a luminária, que ela tecia habilmente enquanto o marido tingia flores e montava pequenos buquês. Explicaram cada passo do artesanato, como é realizada a venda e como funciona a associação.

Todos os moradores do povoado envolvidos na pesquisa se mostraram disponíveis e interessados e foram receptivos e carinhosos durante todo o processo. As perguntas abertas e fechadas para a entrevista focalizada foram elaboradas com base nos objetivos da pesquisa e permitiam uma enorme variedade de respostas e encontram-se disponíveis no anexo III. Foram decoradas para que não precisasse recorrer ao papel a todo momento, assim, mesmo avisando que estava gravando, os artesãos acabavam se esquecendo e agiam de forma mais espontânea. Geralmente havia um constrangimento e uma tentativa de adequação das respostas quando se lembravam que estavam sendo gravados. As respostas foram gravadas em áudio, para posteriormente serem transcritas e analisadas. Parte dos relatos compõe o capítulo 3 da dissertação. As respostas foram examinadas à luz da bibliografia com realização de análise de conteúdo.

Há a necessidade de uma releitura sobre o lazer para que ele seja utilizado como

ferramenta de compreensão do ser, estar, existir, habitar e produzir o/no mundo. Assim o trabalho divide-se de forma a facilitar o entendimento. Inicia-se com a apresentação do povoado do Galheiros e da região de Diamantina. Em seguida aborda a construção histórica do conceito de lazer com ênfase para os estudos do lazer no Brasil, analisando as diversas formas de compreensão do lazer a partir da interpretação dos conceitos de alguns dos principais estudiosos da área, como Dumazedier, Marcellino e Magnani. A interface entre o lazer e o ambiente rural é realizada também nesta parte do trabalho em um diálogo sobre o estado da arte a respeito do tema. Foi necessário identificar e caracterizar o ambiente rural, baseando para isso nas definições do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em diálogo com a Geografia a partir de autores como Milton Santos, Maximilien Sorre e Ana Fani Carlos. Em seguida realizamos as relações entre o lazer e o rural buscando esclarecer e justificar a escolha do tema no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do lazer. A primeira parte do trabalho se encerra abordando os conceitos de cultura a partir de Hall (2006), Laraia (2008), Geertz (1989), Sahlins (1997), Laplantine (1988), Canclini (1997), Cunha (2009), Gomes (2016) e em outros autores relevantes para a pesquisa.

A segunda parte do trabalho trata das Comunidades Tradicionais. Introduzimos com uma breve revisão do conceito de “Comunidade”, transitando por Bauman (2003), Santos B. (2010) e Cunha (2009). Em seguida apresentamos os conceitos fundamentais a respeito das Comunidade Tradicionais respaldados por autores como Henyo Barreto (1999), que abre a discussão questionando as implicações da utilização do termo “Comunidade tradicional”. Diegues e Arruda (2001) e Cunha (2009) estarão continuamente lançando luz à esta discussão. Realizamos uma análise das semelhanças e contradições de cada abordagem, justificando a escolha do termo “comunidades tradicionais” para elaboração deste trabalho. Exploramos também a legislação existente sobre o assunto no Brasil, analisando os direitos das comunidades consideradas tradicionais, as políticas públicas voltadas para esta população, o direito à terra e a proteção de suas tradições, fazendo um paralelo com o que, de fato, foi encontrado ao longo da pesquisa. Embasada ainda em Bruno Latour (2017) que em recente entrevista afirma que “o objetivo da ciência não é produzir verdade indiscutíveis, mas discutíveis” a pesquisa dialoga com outros trabalhos realizados no Povoado, destacando o de Luiza Câmpera (2011) e os trabalhos realizados pelo Instituto Terra Brasilis (1999) e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, Emater-MG (2001).

A produção social do território também é abordada na segunda parte do trabalho.

Discorreremos sobre o vínculo com o espaço-lugar dialogando com as obras de Manuela Carneiro da Cunha, Milton Santos e com as reflexões do sociólogo Boaventura Santos. Levantaremos também a relação entre o lazer, o trabalho e as manifestações culturais percebidas nas pesquisas de alguns autores, mas de maneira geral, ainda incipiente nos estudos do lazer. As "manifestações culturais" são atividades de destaque dentro das "Comunidades Tradicionais" e algumas vezes é através delas que a comunidade obtém todo o necessário a sua subsistência, por isso exploramos a relação do povoado com sua tradição.

A terceira parte do trabalho é dedicada a responder à questão central da pesquisa a vivenciando a realidade do Povoado do Galheiros. É nesta parte do trabalho que é realizada a transposição dos conhecimentos e análises relacionados aos estudos do lazer ao povoado do Galheiros, buscando uma melhor compreensão das práticas de vida do povoado através da sua relação com o tempo e com os elementos organizadores do cotidiano, como o trabalho e o descanso. O fechamento desta parte do trabalho se dá através da análise das questões referentes à sobrevivência do povoado na sociedade pós-moderna, à transferência dos conhecimentos às novas gerações e ao interesse das mesmas em manter as tradições, o que levanta o orgulho e o pertencimento ao Povoado e sua história. No estudo da transmissão do conhecimento será retomado o diálogo com autores como Lave e Wenger (1991) e o conceito de aprendizagem situada.

Nas considerações finais são destacadas as discussões principais do trabalho a título de síntese, bem como as possibilidades de contribuição deste para o campo do lazer além do espaço urbano.



Fotografia 1 - Flores secando no quintal de uma casa no Galheiros. Arquivo pessoal, 2018.

DIAMANTINA, GALHEIROS, FLORES E CORES

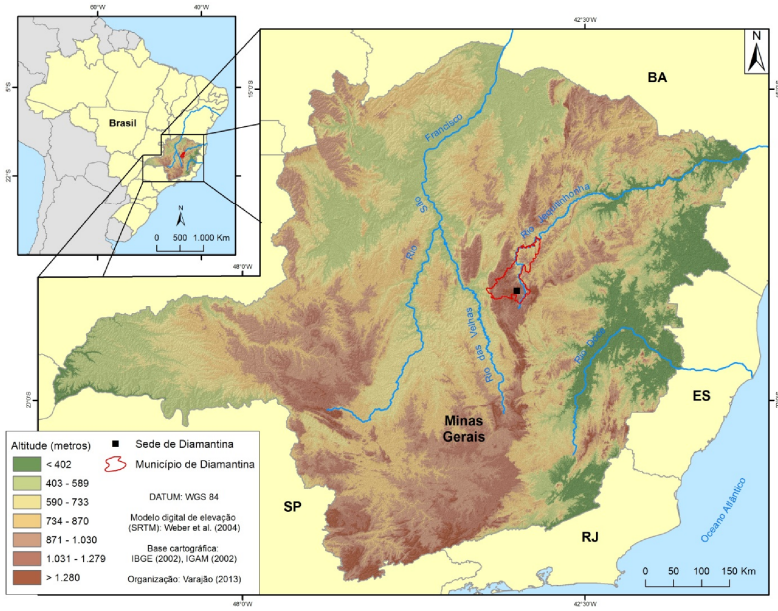
Quem, conhecendo Diamantina, será capaz de não gostar de Diamantina? Mesmo não conhecendo: ouvindo falar.
Carlos Drummond de Andrade,1972.[13]

O povoado objeto da pesquisa, Povoado do Galheiros, é um povoado pertencente ao Distrito do Guinda, no município de Diamantina. Diamantina encontra-se à 300 km ao norte da capital do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, na mesorregião do Jequitinhonha, mais especificamente no Alto Jequitinhonha. É limitada ao sul pelos municípios de Monjolos, Gouveia, Datas e Serro; a leste por Couto de Magalhães e Senador Modestino Gonçalves; a nordeste por Carbonita; a norte e oeste por Bocaiúva; a noroeste por Olhos d'Água e a oeste por Buenópolis e Augusto de Lima. A localização da sede do município de Diamantina, no estado de Minas Gerais, é definida pelas coordenadas 18º 14' 58" Latitude Sul e 43º 36' 01" Longitude oeste, com uma elevação média de 1250 metros acima do nível do mar (IBGE). Encontra-se na região do Espinhaço Meridional, possuindo clima tropical de altitude, caracterizado por chuvas concentradas no verão e invernos secos. A temperatura média na região é de 18,8°C.

Segundo o Censo do IBGE do ano de 2010, Diamantina é um município que possui uma população de 47.617 pessoas distribuídas em 3.891,659 km² de área, sendo o município mais populoso da sua mesorregião. Sua população é predominantemente urbana, destacando-se na economia e desenvolvimentos locais. Diamantina faz parte do Circuito Turístico dos Diamantes, criado no ano de 2005 em um convênio entre diversos órgãos públicos do Estado de Minas Gerais, com destaque nacional e internacional, além de possuir um conjunto arquitetônico tombado pelo IPHAN e reconhecido em 1999 como Patrimônio Cultural da Humanidade, pela UNESCO[14]. Conta ainda com equipamentos relevantes como um aeroporto e uma Universidade Federal, além de um Campus da Universidade do Estado de Minas Gerais.

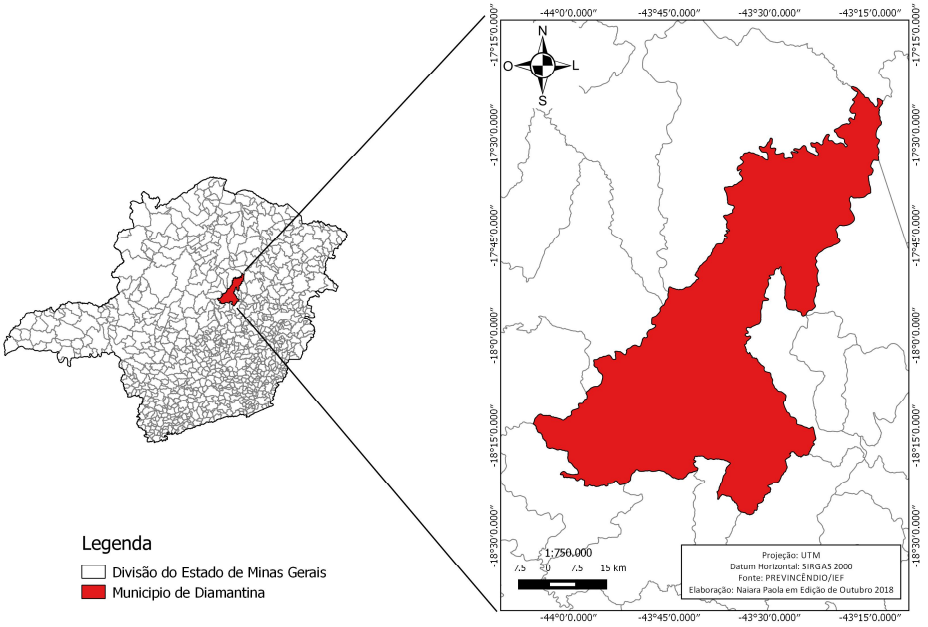
[13] Poema "Encanto de Diamantina" Carlos Drummond de Andrade, 1972.
[14]Disponível em http://www.revistasagarana.com.br/revista27/diamantina.htm consulta em 02 de março de 2019.

Mapa 1 – Localização de Diamantina no Brasil



Fonte: Varajão, G. http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-A2SK5T. Acesso em 08 de abr. de 2019

Mapa 2 – Localização do município de Diamantina no estado de Minas Gerais



Fonte: Acervo pessoal, out. 2018

Antes de atingir sua posição de destaque turístico em virtude de seu Patrimônio Natural e Cultural, a posição de destaque do município provinha da economia minerária. O município foi formado a partir de pessoas que se deslocaram à região devido ao interesse pela

mineração, primeiramente do ouro e depois, de forma bastante expressiva, de diamantes. Para compreender melhor o processo da ocupação e apropriação do espaço onde hoje se localiza o munício de Diamantina é necessário conhecer sua história, mesmo que de forma sucinta.

Após a descoberta do ouro na região no final do século XVII e a possibilidade da mineração, várias bandeiras se deslocaram rumo à região e procuraram se instalar às margens do rio onde então seria realizado o garimpo do ouro. O rio foi batizado de Tijuco, que no vocábulo indígena quer dizer lama. Estima-se que este povoamento tenha sido por volta do ano de 1713, porém como afirma Machado Filho (1957) há muitas dúvidas e conjeturas na origem do povoamento do Tijuco.

A grande quantidade de ouro fez com que mais pessoas fossem se aglomerando na região. Essa primeira aglomeração recebeu então o mesmo nome do rio, Tijuco, e logo se transformou em um pequeno arraial. O garimpo do ouro seguiu exclusivo até o ano de 1729, quando se iniciou o garimpo de diamantes. A exploração dos diamantes mudaria para sempre a história da região

> A extração da preciosa gema tomou conta das atividades dos mineiros. Sob o signo do Diamante ao fluxo e refluxo das quadras boas e más, desenvolveu-se até o fastígio a prosperidade do Tijuco, constituiu-se o ciclo especial da nossa economia, e plasmou-se o caráter típico do diamantinense, continuamente fascinado pelo estado natural de sonho que permite o arrôjo das tentativas, explica esbanjamentos na efêmera fortuna e o orgulho consolador que, de uma hora pra outra, tudo pode melhorar. (MACHADO FILHO, 1957, p.16)

Em dezembro de 1729 a coroa declarou como monopólio a extração dos diamantes na região anulando as escrituras das propriedades que estivessem em áreas de garimpo e a partir de então controlando toda a atividade e as terras. A exploração foi aberta aos particulares, mediante a cobrança de uma taxa de captação sobre cada escravo que trabalhasse na extração. Foi também criado o Distrito Diamantino, com sede no Tijuco incluindo outros arraiais e povoados como Gouveia, Milho Verde, São Gonçalo, Chapada, Rio Manso, Picada e Pé do Morro, sendo que poderia ter seu contorno alterado para englobar outras regiões onde fossem feitas novas descobertas. Em 26 de junho de 1730 estabeleceu-se o primeiro regimento de mineração dos diamantes, determinando que o ouvidor da vila do Príncipe, à qual a região diamantina estava administrativamente subordinada, fosse o superintendente das terras diamantinas da comarca.

> Até 1734, a história administrativa do Distrito Diamantino caracteriza-se pela hesitação. Em substituição à legislação vigente em toda a Capitania, num curto

> período foi se formando um emaranhando de leis, decretos, ordens régias, bandos, portarias e editais com vistas a reger de forma particular a área de ocorrência das jazidas diamantíferas. As hesitações das autoridades se deviam na realidade à sua inexperiência na matéria: a mineração dos diamantes exigia tratamento distinto do dispensado ao ouro. É por isto que as normas motivadas pela necessidade de instituir um corpo administrativo responsável pelo controle das lavras diamantíferas vinham mescladas com uma legislação, cujo intuito visava a, acima de tudo, garantir o máximo rendimento fiscal. (CARRARA, 2005, on-line)

Em 1734, foi criada a Intendência dos Diamantes, cujo regime altamente fiscalizador, arbitrário e repressivo era tão rígido que na época os moradores diziam que o Distrito Diamantino se tornara um "estado dentro do Estado", governado por bons e maus soberanos (MACHADO FILHO, 1957, p. 18). No mesmo ano foi proibida a mineração de diamantes com o objetivo de controlar a exploração desordenada pois o excesso de pedras no mercado provocava a queda dos preços. O objetivo foi regularizar a captação da coroa.

A partir de 1740, a extração dos diamantes começou a ser feita sob a forma de contratos ou "terceirizada" por uma companhia particular que vencesse uma licitação. Os vencedores da licitação – contratadores – tinham o direito de empregar seiscentos escravos, cujos nomes deviam ser lançados em um livro destinado a esse fim. Sobre cada um, pagariam os contratadores uma taxa. Este sistema perdurou até 1771 quando foi emitido um alvará extinguindo o sistema de contratos e fixando o monopólio real da extração e venda dos diamantes do Brasil, que ficaria sob inspeção do Erário Régio, órgão criado no contexto das reformas pombalinas, em 1761, com a finalidade de concentrar a contabilidade do Reino e domínios. Constituiu-se também, em Portugal, uma Diretoria da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil. No mesmo ano, mais um alvará regulou a atuação desses caixas que, como indica a legislação, deveriam atuar em conjunto com o intendente dos Diamantes na recém-criada Junta da Administração Diamantina do Tejuco (CARRARA, 2005, on-line).

Após 1776 e com a dificuldade na circulação de moedas, já que as mesmas eram enviadas apenas anualmente pela Coroa e havia um alto custo na exploração, foi concedida à Real Extração o privilégio de emitir bilhetes em papel referente às dívidas contraídas durante o ano. O resultado foi que as dificuldades de resgate destes bilhetes, principalmente após 1776, fizeram com que eles circulassem livremente entre os particulares no Distrito, fazendo as vezes de papel moeda. Durante o século XVIII, o Tejuco ficou reduzido à situação jurídica de arraial, com o objetivo de que não se instalasse uma Câmara Municipal na localidade. Somente com o decreto imperial de 13 de outubro de 1831 foi o Tejuco elevado à vila e, pela lei nº. 93 de 6 de março de 1838 foi criada a cidade de Diamantina. A Real Extração foi

extinta por decreto de 24 de setembro de 1845 mas somente com os novos adendos que foram emitidos no ano de 1852 e que legitimaram as ocupações já realizadas, esta legislação pôde ser posta efetivamente em vigor no ano de 1853, quando finalmente a Real Extração foi efetivamente extinta (MACHADO FILHO, 1987).

Após a extinção da Real Extração o arrendamento das jazidas passou a ser livre então sob a fiscalização da Inspetoria dos Terrenos Diamantinos e se destacaram três companhias que se permaneceram com a exploração dos diamantes: a Cia. Brasileira Diamantífera, a empresa Serrinha Ltda e a Mineração Machado mas ainda assim a mineração entrou em declínio. Presume-se que o declínio se deu não apenas devido a descobertas de jazidas no continente Africano como pela ausência de indústrias de beneficiamento capazes de lapidar as pedras no Brasil. Foram realizados investimentos para fundação de fábricas para lapidação, mas a crise não foi contida. Os recursos e os trabalhadores precisaram de nova fonte de renda, indo em grande parte, para a cafeicultura. (MACHADO FILHO, 1957).

A economia do município permaneceu instável até 1869, quando a industrialização fez com que a economia local voltasse a se movimentar. Ouve a inauguração da fábrica de tecidos em Biribiri, há 12 quilômetros da sede de Diamantina, e posteriormente outras fábricas se estabeleceram na região, como a Companhia de Fiação e Tecidos Santa Bárbara, criada em 1886, no município de Buenópolis. Em Diamantina também foram incentivadas pequenas indústrias, como as de lapidação de diamantes e de produção de vinho.

A partir de então novas áreas foram sendo reconhecidas. Algumas já eram ocupadas anteriormente pelo interesse no garimpo, outras estavam ocupadas pelos agricultores que forneciam alimentos e matéria-prima, outras foram surgindo em decorrência da “expulsão” das pessoas e da escassez de áreas urbanas próximas ao Centro Histórico. Em 1891, pela Lei Estadual número 2 foi confirmada a criação da sede municipal que compreendia a sede do município e dezessete distritos: Diamantina, Campina de São Sebastião, Curumataí, Curralinho, Datas, Glória, Guinda, Gouvea, Inhaí, Mendanha, Mercês do Araçuaí, Pouso Alto, Rio Manso, Rio Preto, Chapada, Tabua e Varas.

Com o passar dos anos Diamantina sofreu várias alterações em seu território, alguns distritos foram elevados à município, outros novos foram incorporados e em 1970 Diamantina chega a constituição que mantem até os dias atuais, sendo: Diamantina (sede), os distritos de Conselheiro Mata, Desembargador Otoni, Extração Guinda, Inhaí, Mendanha, Planalto de Minas, São João da Chapada, Senador Mourão e Sopa e os povoados de Braúnas, Boa Vista, Macacos, Quartel do Indaiá, Pinheiro, Biribiri, Vau, Quartéis, Batatal e Galheiros.

(DIAMANTINA, 2009, p. 45).

Mapa 3 – Mapa ilustrativo de Diamantina e seus distritos



Fonte: Diamantina, 2009.

Na configuração atual do município o distrito mais próximo da sede de Diamantina é o distrito do Guinda localizado há apenas 8 km ao sudoeste da sede, no vetor de potencial crescimento do município. A região é considerada “polo de qualidade de vida do município” sendo “destinada como núcleo de apoio rural e de incentivo às atividades ligadas à cadeia produtiva do turismo” (DIAMANTINA, 2009, p. 13). O distrito possui bom acesso à sede desde 1929 quando recebeu uma estrada que o ligava à Diamantina. Além disso encontra-se próximo à Rodovia Federal 367 que liga Diamantina à Belo Horizonte.

Mapa 4 – Mapa ilustrativo localização do distrito do Guinda em relação aos acessos terrestres até Diamantina



Fonte: Diamantina, 2009.

Na sede do distrito do Guinda grande parte dos moradores tem ou teve alguma relação com o Garimpo. Segundo Borkati (2012) a ocupação do local onde hoje se localiza o distrito data do início do século XVIII, quando diamantes foram encontrados nas proximidades do córrego Mongongo, onde houve grande exploração de pedras preciosas. Um escravo de nome Manoel Guinda teria encontrado o local e além de explorar abrigaria outros escravos fugidos. Guinda seria então um distrito formado a partir de escravos e batizado em homenagem a Manoel. Com a queda na produção dos diamantes o distrito teria entrado em uma estagnação econômica. Por algum momento os moradores da sede trabalharam com coleta de flores Sempre-vivas e fabricação de tapetes arraiolo, mas hoje vivem principalmente da agricultura e pecuária de subsistência e empregos na sede de Diamantina, sendo o distrito um distrito-dormitório.

Guinda tem sobre sua responsabilidade o povoado do Galheiros, objeto desta pesquisa. Diz-se que o nome Galheiros tem origem devido à espécie veado galheiro que habitava a região, animal hoje extinto. Como a serra onde está localizado o povoado também recebe o nome de Serra de Galheiro, acredita-se que realmente este seja o motivo do nome.

Galheiros é um povoado rural que abriga uma comunidade considerada tradicional por reunir apanhadores de flores Sempre-vivas. Localizado à vinte e cinco quilômetros – sendo 15 em estrada de terra – da sede de Diamantina, Galheiros tem a economia baseada na agricultura e pecuária de subsistência. Além disso destaca-se a atividade de a extração e coleta

de flores Sempre-vivas que são comercializadas dentro e fora do país e utilizadas para confecção de artesanato que tem os mesmos destinos. As Sempre-vivas destacam-se em toda a região de Diamantina não apenas pela importância econômica como pela beleza cênica que conferem ao ambiente. As flores possuem características muito específicas, como pontua a botânica Ana Maria Giulietti (1996)

> Sempre-vivas" são partes de plantas, geralmente escapos florais e inflorescências, que conservam a aparência de estruturas vivas mesmo depois de destacadas e secas e que são comercializadas e exportadas para decoração de interiores. Para tal fim são também utilizadas outras partes de plantas, especialmente folhas, frutos e sementes, conhecidas genericamente como "plantas secas. (GIULIETTI *et al.,* 1996, p.330)

A região onde está localizado o povoado do Galheiros é repleta das flores, mas é possível vê-las em todo o município de Diamantina e em outros de Minas Gerais, Bahia e Goiás, com destaque para a Serra do Espinhaço. Há muitas outras comunidades e povoados em Diamantina que dependem economicamente da coleta e venda das flores Sempre-vivas, algumas inclusive encontram-se hoje impossibilitadas de realizar a coleta depois da implantação do Parque Nacional das Sempre-vivas em 2002. O povoado do Galheiros fica distante da região de delimitação do Parque e, como relatado oralmente por vários moradores[15], *"é um povoado que sempre foi um pouco isolado"*[16]. O destaque que o povoado do Galheiros recebe advêm de uma característica única com relação aos outros povoados e distritos que dependem das Sempre-vivas: além de coletar e tingir as flores para venda, Galheiros beneficia produzindo artesanato e se organiza a partir do associativismo[17]. Esta é inclusive uma das premissas encontrada no Plano de Manejo do Parque Nacional das Sempre-vivas no que diz respeito à situação das comunidades tradicionais diretamente atingidas pelo parque: trabalhar nestes povoados e comunidades da mesma forma que foi realizado em Galheiros, tendo em vista o caso bem-sucedido do povoado. (ICMBIO, 2016, p. 66)

Há inúmeros relatos destacando a beleza cênica dos campos de Sempre-vivas como este que remete à vizinhança do distrito do Guinda. Em linha reta, atravessando pelos campos, a sede do distrito do Guinda está há aproximadamente 11 quilômetros da sede[18] do povoado do Galheiros.

---

[15] Para diferenciar transcrições literais de falas dos moradores do povoado utilizaremos as aspas e o itálico. Nota da autora.
[16] Verificar anexo IV – Mapa do PARNA Sempre Vivas, página 144.
[17]Publicado no diário oficial da União em 04 de fevereiro de 2016.
[18]O povoado do Galheiros não possui oficialmente uma sede. Apenas como referência a sede será considerada a região onde está situada a igreja católica e os bares do povoado.

> São na verdade sem par os campos das vizinhanças do Guinda, do verde peculiar às alturas, sob o azul sereno das grandes altitudes, e salpicados de Sempre-vivas do campo que só há em Diamantina, de onde são exportadas até para o Japão. (MACHADO FILHO, 1957, p. 187)

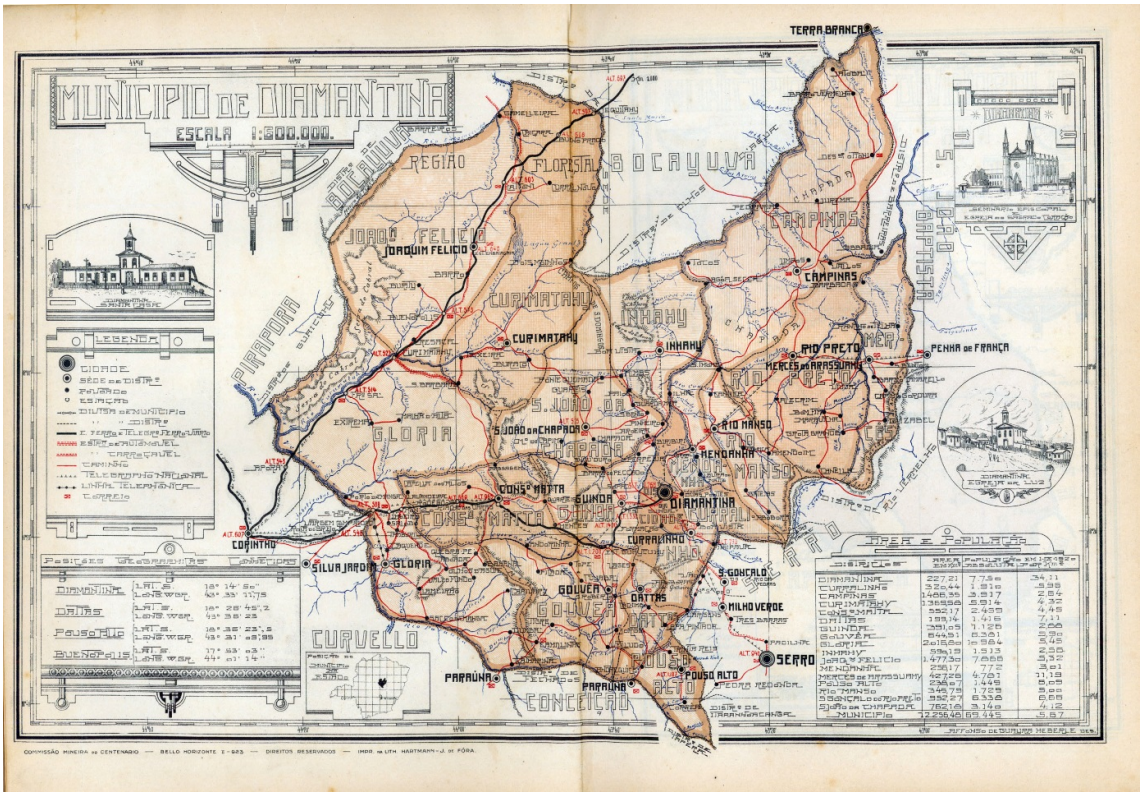
Fotografia 2 - Sempre-vivas no caminho entre Diamantina e Galheiros



Fonte: Acervo pessoal, jan. /19

Galheiros é um dos povoados que se destaca pela organização na coleta e artesanato com as flores Sempre-vivas. Pesquisas anteriores sugerem efetivamente que, mesmo estando dentro do distrito diamantífero do Guinda, as atividades econômicas em Galheiros estiveram sempre ligadas ao extrativismo, tendo seu início em 1928 com fornecimento de lenha para a sede de Diamantina (LARA, 1999). A data corrobora com a data aproximada de fundação do Povoado narrada pelos moradores, década de 1920. Porém, apesar de declarações orais e dos relatos dos moradores do Galheiros afirmando que residem no povoado há mais de 60 anos e que seus pais também lá viviam, o povoado não é sequer demarcado no mapa oficial do departamento Geográfico de 1955. Segundo relato oral dos moradores o povoado teria iniciado a partir do senhor Juscelino Borges, que dá nome a escola de ensino fundamental hoje desativada no povoado. O senhor Juscelino teria se casado com uma senhora de nome Maria e a partir de então criado seus filhos no povoado. Os filhos teriam também se casado, aumentando então a família e o povoado. Mas a família Borges não é a única a ocupar o povoado. Do outro lado da ponte há a família Rodrigues, que também, segundo relatos orais, se estabeleceu na região mais ou menos na mesma época. Assim o casamento entre os Borges e Rodrigues deu origem a grande parte dos moradores atuais do povoado.

Figura 6 – Mapa de Diamantina ano de 1955



Fonte: http://www.albumchorographico1927.com.br/imprimir.php?mapa=2012_05_04_17_10_37_diamantina.jpg

Em uma história narrada oralmente e repassada de geração em geração, diz-se que as primeiras coletas de flores Sempre-vivas na região do Galheiros ocorreram por volta de 1930 quando um comerciante desejou presentear sua esposa com um buquê. Contam os moradores que a partir de então outras pessoas foram vendo as flores e se encantando com sua beleza e assim, encomendando buquês, porém ainda sem conotação comercial. A exploração comercial das flores teria começado anos mais tarde, entretanto a exploração para a exportação teria iniciado apenas em 1958, sendo uma atividade inicialmente predominantemente feminina e posteriormente se tornando lucrativa a ponto de atrair o público masculino, que até o momento se dedicava a coleta de capim para fabricação de colchões, a coleta de paina[19] e à agricultura de subsistência (LARA, 1999). Assim a partir do extrativismo o povoado se consolidava. Nesta época, diante da demanda, foi aberta também a primeira escola do povoado que funcionava em uma casa cedida por um morador e oferecia até a antiga 4ª série do ensino fundamental. Vários moradores estudaram nesta escola, muitos

[19]A paina é o fruto da Paineira de nome científico Ceiba speciosa (A. St.-Hil.) Ravenna, utilizado para revestir o interior de colchões e travesseiros. Fonte: https://sites.unicentro.br/wp/manejoflorestal/8851-2/ acesso em 03 de fevereiro de 2019.

no período noturno. Apesar de terem estudado até a 4ª série, muitos afirmam não saber ler direito e assinam apenas o nome com certa dificuldade.

O ápice da atividade de coleta de Sempre-vivas ocorreu no início da década de 1970, com grande número de exportações, ampliação dos campos de coleta e a extração desordenada, causando danos graves às espécies (LARA, 1999). Relatos orais dos moradores afirmam que as flores eram exportadas até para o Japão, mas *"não da forma como muitos pensam que era"*. A exportação para os outros países só era possível com a intensa exploração dos trabalhadores da coleta, que coletavam grande quantidade de flores e repassavam a baixos preços a atravessadores que exportavam a valores altos. Enquanto os atravessadores enriqueciam, os coletores eram explorados em troca de pequenos valores. Outra prática que contribuía para uma elevada coleta de flores era o sistema de "meia" ou "arrendamento", quando os coletores arrendavam uma área para realizar a coleta das flores e ao final do período da coleta pagavam ao dono da área em dinheiro ou com parte da mercadoria. Estes arrendamentos obrigavam os coletores a passar dias e noites nas lapas, coletando o máximo possível, caso contrário o valor não seria suficiente para arcar com as despesas do arrendamento. Assim alguns coletores iam para os campos de Sempre-vivas com suas famílias e lá ficavam acampados durante vários dias em condições desfavoráveis. (LARA, 1999). Além da degradação do meio havia a degradação dos trabalhadores, que recebiam pouco em troca de muito trabalho. Alguns moradores afirmam que a prática de explorar os coletores ainda existe, mas que após as exigências do IBAMA e MMA de licenças para a exportação de espécies vegetais essa exploração diminuiu.

No início da década de 1980 a coleta das Sempre-vivas continuava intensa e movimentava o povoado. A maior parte das flores era exportadas para países como Estados Unidos, Alemanha, Holanda, Canadá e Japão. Também foi nesta época que, segundo relatos orais, a igreja em homenagem a Nossa Senhora Aparecida foi construída. Outro acontecimento importante desta década foi a inauguração, pela Prefeitura de Diamantina, de uma construção destinada a abrigar exclusivamente a escola do povoado. Inaugurada em 1981 com o nome do provável fundador do povoado, a Escola Municipal Juscelino Borges funcionou até o ano de 2015, quando foi fechada devido à baixa demanda.

No final da década de 80, com o excesso de coleta, a qualidade das flores caiu e consequentemente a procura pelas mesmas, levando ao declínio da exportação e obrigando alguns moradores a buscarem outra ocupação. Muitos foram trabalhar no comércio na sede de Diamantina ou nas extrações de rochas existentes na região.

Nesta época a temática das Sempre-vivas já havia despertado interesse de instituições públicas, privadas e ONGs dispostas a preservar as espécies e a compreender melhor a dinâmica das populações envolvida com elas. Assim durante a década de 90 o povoado passou por um período de reestruturação das suas atividades, através de intervenções promovidas pela ONG Terra Brasilis, juntamente com a EMATER-MG e o IEF/MG. Foram realizadas diversas reuniões com o objetivo de compreender como funcionava a "*panha*" das flores e o comércio. Após a obtenção de uma grande quantidade de informações, outras instituições foram envolvidas na discussão, como a Prefeitura Municipal de Diamantina, em um trabalho conjunto na tentativa de solucionar os problemas.

A partir destas intervenções foram tomadas decisões importantes a respeito da principal atividade econômica do Galheiros. Decidiu-se que além da coleta das plantas nativas, haveria campos para o cultivo das flores. Além disso, a coleta das flores nativas obedeceria ao tempo de florescimento das plantas, evitando que fossem arrancadas na época da reprodução. Junto com os interventores, os coletores precisaram buscar novas possibilidades de agregar valor ao produto final, com o objetivo de aumentar a renda. Uma das alternativas foi o artesanato.

Um ponto de destaque foi a organização dos coletores em uma associação - Associação de Artesãos Sempre-viva. Na época, ingressar na associação teve um custo, lamentado até os dias atuais por coletores/artesãos que alegam que não puderam se associar por falta de recursos. Vinte e nove pessoas se associaram, muitos de uma mesma família. Algumas famílias com menos recursos inscreveram apenas um associado. O número de associados reflete diretamente na renda obtida, pois a divisão dos pedidos é realizada pelo número total de associados, sendo assim, quanto mais associados de uma mesma família, maior é o pedido e consequentemente a renda. Uma das regras importantes para entrar na Associação foi estar disposto a trabalhar com o artesanato. Todos devem receber e confeccionar os pedidos de acordo com as demandas.

Após a criação da Associação os membros receberam vários cursos de capacitação. Em parceria com o SEBRAE/MG foram orientados sobre administração e empreendedorismo e descobriram que, ao invés de apenas vender matéria-prima, poderiam beneficiá-la com a produção do artesanato, conseguindo um lucro maior com a mesma quantidade de flores e, consequentemente, diminuindo a coleta. Foram orientados também sobre valorização dos produtos artesanais e sobre a necessidade de confeccionar peças, atraentes para o mercado. O artesanato modificou a dinâmica do povoado, proporcionou

parcerias com a iniciativa pública e com empresas privadas e viagens nacionais e até internacionais para comercialização e divulgação das peças.

A maioria dos associados afirma que a renda melhorou significativamente após a criação da Associação, contudo pontuam situações que necessitam de ajuste para seu pleno funcionamento, como a impossibilidade de entrada de novos associados. Este fato deve-se a dificuldade em calcular de forma proporcional o valor investido por cada membro na época da fundação da Associação. Hoje, a única possibilidade de adesão de um novo membro à Associação é no caso de substituição de membro que desiste ou falece e esta substituição deve ser tratada diretamente com o "dono" da vaga ou com um parente.

O fato de não haver possibilidade de se associar aumenta a vontade dos jovens de buscar outras atividades na sede do município. De certa maneira o contato com a sede de Diamantina é constante na vida da população do povoado, tendo em vista que desde o nascimento são encaminhados para a sede, já que no povoado não há maternidade nem nenhum tipo de serviço médico. A maior parte de serviços e produtos é adquirida na sede, onde há bons supermercados, farmácias e comércio variado. O povoado também não há nenhum serviço bancário, e os moradores precisam se deslocar até a sede para receber benefícios e salários. A escolarização a partir do ensino fundamental II também só é possível na sede, o que faz com que os jovens criem vínculo com a sede de Diamantina e, após ingressarem no mercado de trabalho ou no ensino superior, façam do Galheiros apenas dormitório ou local de passar os finais de semana com as famílias. Muitas famílias do Galheiros possuem imóveis na sede de Diamantina, que são alugados até que os filhos cresçam e passem a ocupá-los. O deslocamento ente o povoado e a sede é realizado por muitos de moto. Quem não tem veículo próprio pode utilizar transporte público que é realizado pela Viação Pássaro Verde duas vezes ao dia, de manhã sai às 07h35 do povoado com destino à sede de Diamantina e tem o custo de R$9,10 e à tarde, sai às 15h30, da sede com destino ao povoado, com custo de R$9,50.

O povoado possui história recente, porém muito rica e profunda. Possui relevância para região onde está localizado não apenas por fazer parte do roteiro turístico do município como pela preservação da biodiversidade local. Seu destino depende diretamente da aplicação de políticas públicas e do interesse em trabalhar pela existência do mesmo.



Fotografia 3 – Cavaleiros no trajeto Diamantina – Galheiros
Arquivo pessoal, 2017.

1 UMA BREVE REVISÃO DA LITERATURA SOBRE LAZER E SUAS RELAÇÕES PARA ALÉM DO URBANO

Os Estudos sobre o Lazer - Cordel com licença métrica[20]

Naiara Paola de Oliveira

Este Cordel pequenino
é dos estudos do lazer
vai tentar falar um pouco
de trabalho e de prazer
e dos significados
no nosso modo de viver

Lafargue socialista
já foi mal interpretado
não era contra o trabalho
mas pregava o cuidado
não concordava com o excesso
do mundo civilizado

Esse amor pelo trabalho
chama de bênção tortura
jornadas intermináveis
uma vida muito dura
Doze horas para crianças
o trabalho é ditadura

Lembra ele que na Grécia
só escravos a trabalhar
o homem livre conhecia
apenas jogos de pensar
e o seu corpo escultural
Ele podia exercitar

Sobre jornada de trabalho

[20]Este cordel foi escrito como um trabalho de intervenção artística para a disciplina Seminários de Teorias do Lazer, do programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, ministrada pelo docente Helder Isayama no segundo semestre de 2017. Tem o objetivo de narrar o conteúdo de forma lúdica e por isso, apesar das tentativas, algumas das quadras - estrofes de quatro versos de sete sílabas – podem estar fora do padrão oficial. Por isso a licença métrica e o respeito aos Cordelistas do nosso Brasil.

Russel era enfático
são quatro horas por dia
E com um ano sabático
é necessário o ócio
pro sujeito ser simpático

Russel acreditava
Na sociedade transformada
Sem classes sem violência
com redução da jornada
com reforma educacional
e mulher emancipada

Dumazedier afirma
que o lazer de verdade
é conjunto de ocupações
feitas de livre vontade
mas é também de formação
uma oportunidade

Repousar e se divertir
recrear e se entreter
capacidade de criar
podendo desenvolver
sem obrigações familiares
o homem a se satisfazer

Lazer se exerce no tempo
à margem das obrigações
e esse tempo também
tem algumas variações
tempo livre, liberado,
e outras situações

Cuenca fala do ócio
mas sendo bem trabalhado
avalia se o tempo livre
é bem ou mal utilizado
fala do ócio e do gosto
como algo individualizado

O ócio pode ser estudado
de uma forma peculiar
sob duas perspectivas
pode-se analisar
Do ponto de vista objetivo
o tempo tem que considerar

Quando é subjetivo
tem que se verificar
a satisfação percebida
logo ao se realizar
a experiência vivida
de modo particular

Stebbins introduziu
o conceito do lazer sério
mas pra mim este conceito
é mesmo um grande mistério
é trabalho ou é lazer?
Não entendi o critério

Lazer é no tempo livre
para a própria satisfação
agradável ou desagradável
não pode ser obrigação
só pode ser atividade
feita sem coerção

As propriedades do lazer
ajudam na definição
Camargo começa falando
da sua identificação:
gratuidade, prazer,
escolhas e liberação

Sobre às vezes se confundir
o trabalho com lazer
afirma que a minoria
pode mesmo assim fazer

apresenta outro conceito
um tal de semilazer

Este conceito se aplica
a quem no tempo de lazer
repete as atividades
que no trabalho costuma ter
mas faz isto livremente
como forma de prazer

Marcellino trabalhou
com outro conceito possível
resolveu utilizar
o termo tempo disponível
combinou tempo e atitude
buscando algo infalível

Falou também da cultura
Fruida ou praticada
neste tempo disponível
de forma desinteressada
E a visão funcionalista
do lazer foi criticada

O lazer é um fenômeno
gerado historicamente
e do qual emergem valores
que questionam socialmente
e são exercidas influências
da estrutura social vigente

Magnani introduziu
novos termos ao estudo
com sua metodologia
no urbano sobretudo
estudou a periferia
E achou "pedaço" em tudo

Foi analisar o caso
pela etnografia

mergulhou no objeto
usou a antropologia
das classes trabalhadoras
buscou a ideologia

Gomes conceituou
O lazer como necessidade
uma dimensão da cultura
falou de ludicidade
e também abordou as práticas
da vida em sociedade

Está presente na vida
todos os tempos, lugares
e contextos mais diversos
com diferentes valores
prática social complexa
dissociada dos labores

Victor Melo trabalhou
muitas possibilidades
quis perceber o lazer
com olhos multidisciplinares
convidou outras ciências
e consultou seus olhares

A geografia pensou
na territorialização
assumiu que ainda não dá
efetiva contribuição
mas o trabalho já existe
e está em expansão

A história contribui
em dois aspectos diferentes
o lazer como objeto
ou investigações latentes
buscando novos saberes
e descobertas coerentes

A economia analisou
um pouco do comportamento
de quem consome o lazer
dentro de cada momento
concluiu que a maioria
precisa olhar o orçamento

a arquitetura tocou
na parte da ecologia
e contribui com construções
que usam a tecnologia
para que a experiência do lazer
seja completa alegria

E para finalizar
falamos da produção
dos estudos do lazer
na nossa pós-graduação
cada dia avançando mais
e recebendo menção

Nos estudos do lazer
ainda há muito há pesquisar
cada um tem seu papel
no mestrado interdisciplinar
precisamos nos unir
para o campo consolidar.

1.1 Breve revisão de literatura sobre os Estudos do Lazer

Na contemporaneidade é, de certa forma, natural e recorrente se deparar com reflexões a respeito dos tempos de lazer e de trabalho tendo em vista a constante tentativa da sociedade em controlar o tempo e utilizá-lo da melhor forma possível dentro destes conceitos, porém a preocupação em compreender o tempo de não trabalho ou de ócio não é uma preocupação recente, como pontua Werneck (2008)

> As noções de lazer e de trabalho, bem como todo o saber produzido no mundo ocidental, tem suas raízes primeiras na Antiguidade clássica. Esse contexto histórico

> é marcado pelo apogeu urbano, intelectual e artístico de Atenas, centro para onde convergiam produtos e ideias do mundo inteiro e de onde partiam, em todas as direções, os princípios básicos de todo o conhecimento construído no Ocidente. (WERNECK, 2008, on-line)

Na Grécia o lazer estava relacionado ao ócio não apenas como momento de descanso e culto do "eu", mas também como momento de se dedicar ao aprendizado e a atividades de cunho intelectual. Sendo assim era privilégio dos nobres e "representava um exercício em forma elevada, atribuído à alma racional: os tesouros do espírito eram frutos do ócio" (WERNECK, 2008). Alguns autores defendem que a palavra lazer tenha, inclusive, se originado a partir da palavra grega scholé, "utilizada para designar o tempo ocupado por atividades ideais e nobres para o ser (como a contemplação teórica, a especulação filosófica e o ócio), sendo que o sentido atual de lazer provém da noção romana de otium (ócio)" (SILVA; FARJALLA, 2007, p. 3)

Com o declínio da civilização helênica e ascensão da civilização romana, iniciou-se a difusão do Cristianismo e com ele novos valores relacionados a trabalho e tempo livre. O trabalho começa então a ser visto como obra divina em oposição ao lazer e ao tempo livre que carregam características mais próximas ao pecado, há um movimento em negar os prazeres do corpo com o objetivo de agradar a Deus e a Igreja, e mesmo em condições extremamente precárias, os servos se dispunham a trabalhar exaustivamente, focados na salvação pós morte. Até mesmo as festas tinham caráter predominantemente religioso e se transformavam em momentos de reafirmação destas premissas, através do controle moral e social. (WERNECK, 2008).

Com o advento da Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra no século XVIII e a nova organização dos tempos sociais com períodos demarcados para o trabalho e para o não trabalho, o lazer recebe outros significados. Essa demarcação dos tempos com a artificialização do tempo de lazer é uma das maiores marcas da Revolução Industrial, quando pensamos na relação com o lazer, mas não é a única. Além da demarcação do tempo a Revolução Industrial sedimentou a formação das classes sociais e ocasionou o surgimento de uma classe operária, que vivia em condições subumanas, como explica Hobsbawn

> Se um único fator dominava a vida dos trabalhadores do Século XIX, esse fator era a 'insegurança'. Eles não sabiam no princípio da semana quanto iriam levar para casa na sexta-feira. Eles não sabiam quanto iriam durar no emprego presente, ou se viessem a perdê-lo, quando voltariam a encontrar um novo trabalho e em que condições. Eles não sabiam que acidentes ou doenças riam afetá-los, e embora soubessem que algum dia no meio da vida — talvez 40 anos para os trabalhadores não especializados, talvez 50 anos para os especializados — iriam se tornar

> incapazes para o trabalho pleno e adulto, não sabiam o que iria acontecer então entre esse momento e a morte. (HOBSBAWM, 1977, p.227)

Marcellino (1996) pontua que a situação era tão degradante que incentivou a produção do primeiro "manifesto" a favor do lazer dos operários, *O Direito à Preguiça* de Paul Lafargue, publicado em 1883 em Paris, logo após a segunda Revolução Industrial. Em seu manifesto Lafargue, entre outros pontos, associa a degradação do homem ao trabalho, critica a bênção associada ao trabalho, expõe diversas mazelas do capitalismo e da burguesia e defende a redução das horas de trabalho, não apenas para diminuir a jornada dos trabalhadores, mas também para ajudar na movimentação do mercado consumidor pela força produtiva e não apenas pela burguesia. Toca ainda em pontos sensíveis como o Cristianismo

> Como Cristo, a triste personificação da antiga escravidão, os homens, as mulheres, as crianças do Proletariado galgam penosamente há um século o duro calvário da dor: há um século o trabalho forçado quebra seus ossos, fere suas carnes, destrói seus nervos; desde há um século a fome torce as suas entranhas e alucina os seu cérebro!... Ó Preguiça, tem piedade da nossa longa miséria! Ó Preguiça, mãe das artes e das nobres virtudes, sê o bálsamo das angústias humanas! (LAFARGUE, 2000, p. 77)

Lafargue pode ser considerado um dos precursores nos questionamentos a respeito do direito ao lazer, defendendo que as máquinas e as tecnologias deveriam contribuir para redução das horas de trabalho dos operários e não para o aumento, como acontecia. Uma das questões centrais de sua publicação é a tentativa de fazer com que os operários reflitam sobre sua situação e questionem, saindo do processo de alienação.

Nos Estados Unidos na mesma década Thorstein Veblen publica, em 1889, o seu livro *"A Teoria da Classe Ociosa: um estudo econômico das instituições"* onde pontua o lazer como uma forma de ostentação das elites sociais e improdutivas, que apenas exploravam os verdadeiros trabalhadores. Quem não precisava trabalhar era visto como mais descente, mais digno. O fato de não precisar trabalhar era uma declaração de riqueza visto como mérito. (VEBLEN, 1965)

Lafargue assim como Veblen criticou a ociosidade da burguesia e o lazer como privilégio das classes mais abastadas, questionando a construção social do lazer. Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) os estudos a respeito da importância do tempo livre e do lazer começam a se ampliar com a criação de instituições internacionais direta e indiretamente relacionadas ao lazer. Apesar das iniciativas, segundo Dumazedier foi "preciso esperar os anos 1920-1930 para ver, tanto na Europa, quanto nos Estados Unidos, os

primeiros estudos da sociologia empírica do lazer propriamente dita" (DUMAZEDIER, 1979, p.21).

No ano de 1932, Bertrand Russel publica O *elogio ao Ócio*, reafirmando a importância dos momentos contemplativos para o desenvolvimento intelectual, defendendo ideias como a de que o trabalho não é o objetivo da vida. Além de acreditar que o prazer mental traria conhecimento, defendia uma jornada diária de trabalho de no máximo quatro horas, com períodos sabáticos como forma de se libertar da "tirania do trabalho" (RUSSEL, 2002).

Após a Segunda Guerra Mundial, inicia-se uma preocupação com as políticas de bem-estar social. Começam a ter destaque produções que versavam questões como o acesso a educação, saúde, cultura e outros direitos sociais básicos e necessários para uma melhor qualidade de vida. Estas produções fomentam, entre outras, pesquisas relacionadas ao tempo livre e as lutas pela redução da jornada de trabalho. Em 1944, o educador e posteriormente sociólogo Joffre Dumazedier cria "juntamente com Bénigno Cacérès, Paul Lengrand, Joseph Rovan, a associação *Peuple et Culture*, que tinha como lema "devolver a cultura ao povo e o povo à cultura" (CAMARGO, 2016, p. 145). Dumazedier segue com os estudos no campo da sociologia e estes estudos o motivam a iniciar em 1955 uma pesquisa sobre práticas do tempo livre na cidade de Annecy, na França. A pesquisa teve duração de quinze anos e logo em suas primeiras análises Dumazedier percebeu que o tempo liberado do trabalho era ocupado pela maioria com atividades de lazer. (DUMAZEDIER, 1976).

A partir desta pesquisa o autor conclui, diferente de outros pesquisadores da época, que o tempo livre do cotidiano dos trabalhadores é um tempo privilegiado, e não apenas um "fenômeno residual do trabalho". A pesquisa de Dumazedier dá origem a "moderna sociologia do lazer" (CAMARGO, 2016). Dumazedier revoluciona as descobertas a respeito do tema lazer, quando aborda a temática do lazer através da educação e não apenas partindo das temáticas da economia e do consumo, como sugeriram autores anteriores. O autor entende o lazer como um fato social (CAMARGO, 2016). A partir desta pesquisa o autor publica, entre outras obras, *Lazer e Cultura Popular*, que em suas proposições teóricas se refere ao lazer como um conjunto de ocupações opostas ao trabalho profissional. Dumazedier estabelece em 1973 o conceito mais utilizado a respeito do lazer até os dias atuais, entendendo o lazer como

> um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para

> desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 1976, p.34).

Dumazedier embasa uma série de estudos sobre o lazer em todo o mundo e identifica nele as funções de descanso, entretenimento e desenvolvimento. Afirma que o lazer é um fenômeno moderno e urbano, advindo da evolução industrial.

Também no Brasil os estudos do Lazer são impulsionados a partir de 1970, em grande parte influenciados pelas descobertas de Dumazedier. Seus estudos fundamentaram pesquisadores brasileiros como Renato Requixa e Luiz Octávio de Camargo, ambos destacando o caráter liberatório do lazer, sua livre escolha e sua relação com o trabalho profissional. Segundo Gomes (2004) a presença de Dumazedier no Brasil em várias ocasiões, entre as décadas de 1960 e 1970, contribuiu diretamente para este impulso.

Apesar deste interesse maior pelos estudos do lazer após a década de 70, há pesquisadores que consideram que a primeira publicação que demonstra interesse no tema "Recreação" teria sido publicada em 1847, e que desde a década de 1930 já era possível perceber publicações com temática voltada para o lazer, abordando tanto a ocupação do tempo livre de crianças dentro e fora das escolas como dos trabalhadores (PEIXOTO, 2007). Merece destaque ainda a obra "Lazer operário: um estudo de organização social das cidades" de Acácio Ferreira, publicada em 1959 e considerada por diversos estudiosos como sendo a obra pioneira sobre o lazer no Brasil. Na obra, Ferreira chega a questionar a indiferença dos governantes e estudiosos com relação a ocupação do tempo livre dos brasileiros

> Essa indiferença dos educadores, sociólogos, psicólogos, urbanistas, etc, pelo destino que os brasileiros dão ao seu tempo livre, deve-se em boa parte – acreditamos – à inexistência de grandes metrópoles e à ausência de várias características das sociedades de massas, próprias dos países altamente industrializados, onde as conotações culturais, econômicas e sociais do tempo de lazer são naturalmente ostensivas e gritantes. [...] Por outro lado, a natureza reflexa da nossa cultura deforma, em muitos casos, a visão dos brasileiros face aos fenômenos surgidos da realidade nacional. [...] Acontece, porém, que nos países padrões do sistema cultural em que nos inserimos, "tempo é dinheiro" e amar a vida no que ela tem de belo e desinteressado uma deformação ou um vício (FERREIRA, 1959, p. 14-16)

Nelson Marcellino (1995) traz novas contribuições aos estudos do lazer no Brasil. Fundamentado principalmente em Antônio Gramsi, sua obra apresenta o lazer como cultura, relacionado com tempo e atitude. Introduz o conceito de "tempo disponível" em substituição ao "tempo livre" anteriormente utilizado para delimitar o tempo no qual o lazer ocorre. Define assim o lazer como

> a cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída) no "tempo disponível". O importante, como traço definidor, é o caráter "desinteressado" dessa vivência. Não se busca, pelo menos fundamentalmente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. (MARCELLINO, 1995, p. 31).

A partir da década de 90 novos estudos se incorporam aos estudos do lazer. Mascarenhas (2001) em suas reflexões a partir do Marxismo, levanta aspectos sobre as relações de hegemonia dentro do lazer e a conquista do tempo livre, baseando-se na relação lazer, trabalho e tempo. O autor ainda mantem a ideia de que "o lazer se constitui como um fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassando por relações de hegemonia" (MASCARENHAS, 2001, p. 58) no entanto sua ênfase está na relevância social do lazer e sua capacidade transformadora dentro da sociedade.

Christianne L. Gomes[21] também inicia suas publicações na década de 1990 e traz novas leituras e contribuições aos Estudos do Lazer. Uma bastante relevante é a ruptura com a ideia de fixação do período exato para o surgimento dos estudos do lazer, afirmando que a institucionalização do lazer não é responsabilidade exclusiva da Revolução Industrial, mas sim de diferentes fatores. Segundo a autora seria muito complexo precisar quando exatamente surgiu o lazer e a visão de que o lazer surgiu pós revolução industrial poderia reduzir sua compreensão. Pontua ainda que esta necessidade de realizar um recorte temporal ao surgimento do lazer pode se relacionar com a necessidade de estudá-lo como ciência a partir da criação da Sociologia do Lazer. Não descarta, no entanto, as importantes alterações ocorridas neste período, especialmente as relacionadas com a artificialização dos tempos de trabalho e lazer, com as jornadas de trabalho para a institucionalização das práticas de lazer e com a necessidade de controle deste tempo de lazer, em virtude de práticas que se tornavam comuns e ameaçavam a ordem social, como a prostituição e o alcoolismo. O lazer está, portanto, vinculado à categoria tempo. Como argumentos a autora associa a ocorrência do lazer a manifestações culturais, e pontua que essas manifestações acontecem desde as sociedades mais antigas, como festas, teatros e outras reuniões com características de lazer. Seu conceito compreende o lazer como uma necessidade humana e uma dimensão da cultura capaz de fomentar relações dialógicas e que está diretamente relacionada com a manifestação do lúdico no tempo e no espaço. (GOMES, 2011).

[21]Os trabalhos de GOMES, C. passam a ser assinados como tal a partir do ano 2000. Antes desta data os trabalhos eram assinados com o sobrenome WERNECK. Trata-se da mesma autora. Nota da autora.

> Concebido enquanto uma produção cultural humana, o lazer constitui relações dialógicas com a educação, com o trabalho, com a política, com a economia, com a linguagem e com a arte, entre outras dimensões da vida social, sendo parte integrante e constitutiva de cada sociedade (GOMES, 2011, p. 17).

A autora afirma que o lazer como conhecemos hoje é diferente do lazer que conhecíamos em sociedades antigas, mas que este fato não deve ser capaz de apagar o passado histórico do lazer. Além disso afirma que conceitos são dinâmicos e podem gerar diversas interpretações, tendo assim que ser avaliados dentro da realidade ao qual são aplicados (GOMES, 2004). De fato, os trabalhos de Christianne Gomes contribuem diretamente para esta pesquisa, considerando a elucidação do lazer como uma necessidade humana, "constituída na articulação de três elementos fundamentais: a ludicidade, as manifestações culturais e o tempo/espaço social" (GOMES, 2014, p. 3) e a pretensão da pesquisa em avaliar a relevância dos tempos de lazer para a produção social de uma comunidade rural, tradicional e inserida em uma realidade diversa da sociedade urbana pós-industrial. Este trabalho corrobora com a ideia de conceber o lazer como "uma prática social complexa que abarca uma multiplicidade de vivências culturais situadas em cada contexto – e não somente nas chamadas sociedades modernas, urbanizadas e industrializadas. " (GOMES, 2014, p. 9)

Magnani afirma que o lazer surge em oposição ao trabalho e o entende como um conjunto de ocupações que preenchem o tempo livre, ou de não trabalho. Seria o lazer "parte integrante da vida cotidiana das pessoas e constitui, sem dúvida, o lado mais agradável e descontraído de sua rotina semanal" (MAGNANI, 2003, p. 18), apesar disso, não é tratado com a relevância que deveria. O cientista social elucida que o lazer

> é também um campo a partir do qual se pode pensar a sociedade atual com seus grupos, sua sociabilidade e seus conflitos. Suporte de múltiplos significados, o lazer oferece uma via de acesso ao conhecimento do impasse e possibilidades que se abrem na sociedade contemporânea (MAGNANI, 2000, p. 25).

Os caminhos para os estudos do lazer a partir da pesquisa etnográfica, partem do "olhar de perto e de dentro" que, intercalados com os "olhares de fora e de longe" (MAGNANI, 2002), buscam apreender com um olhar mais detalhista os modos de vida dos atores sociais em sua vida cotidiana e ampliar o olhar para o macro na tentativa de compreender o todo. O autor tem pesquisas principalmente voltadas para a etnografia urbana, mas propõe um enfoque diferente dos estudos tradicionais, a partir de lógicas mais criativas,

dentro das limitações impostas pelas questões de ordem social, econômicas e políticas. Além disso, trata de pontos como a tradição, inspirado em sua pesquisa na periferia da metrópole de São Paulo, mas com aplicabilidade para outros espaços, como quando pontua a importância de "analisar crenças, costumes e festas, valores e formas de entretenimento na forma em que se apresentam hoje, pois a cultura, mais que uma soma de produtos, é o processo de sua constante recriação, num espeço socialmente determinado" (MAGNANI, 2003, p. 26). As obras de Magnani ajudarão a trazer luz à pesquisa, tanto no que diz respeito a conceitos relacionados a questões culturais quanto à pesquisa etnográfica.

Victor Melo (2013) contribui para a discussão analisando a construção do conceito de lazer e seus autores. Melo analisa a qualidade das publicações a respeito do tema e na consolidação do (s) conceitos (s) de lazer, optando por uma postura cautelosa com relação às antigas e novas concepções, defendendo que faltariam aportes históricos e sociológicos para definição absoluta do conceito de lazer a partir das pesquisas mais atuais. O autor pontua que

> Nesse processo de conformação do campo, tanto se consolidou um conceito de lazer amplamente utilizado, compreendido basicamente a partir do cruzamento das dimensões tempo (de caráter mais objetivo, mais social) e atitude (de caráter mais subjetivo, psicológico), quanto surgiram algumas críticas ou sugestões de novas conceituações, como as de Christiane Gomes (2004) e Mascarenhas (2005), entre outros. (MELO, 2013, p.19)

O autor afirma reconhecer os esforços na construção/desconstrução do conceito de lazer, mas que verifica ainda fragilidades nos conceitos mais modernos. Afirma ainda que a relevância de um conceito extrapola às questões epistemológicas, estando ligado também aos grupos que o adotam e ao prestígio de seu autor, por exemplo. Melo também aproxima o lazer do "mercado" e o associa a modernidade.

O trabalho parte de um breve levantamento histórico de autores dos Estudos do lazer em todo o mundo para aportar na produção científica a respeito do lazer no Brasil, fazendo um recorte dentro das perspectivas que serão trabalhadas na pesquisa. A produção científica a respeito do lazer no Brasil tem aumentado e se diversificado nos últimos anos, mas Melo (2013) observa que, ainda que haja um aumento quantitativo da produção, é necessário avaliar a qualidade destas produções.

Voltemos a Chistianne Gomes que entende o lazer como "uma necessidade humana", representando a necessidade de "fruir, ludicamente as incontáveis práticas culturais constituídas, socialmente em cada contexto" (GOMES, 2011, p. 16). Juntam-se a ela outros

pesquisadores que buscam as novas percepções para o conceito de lazer. O lazer então, passa de objeto a ferramenta para auxiliar a compreensão de conceitos como cultura. E é essa a abordagem que vai nortear o trabalho. Sem desconsiderar todo o caminho percorrido pelo lazer desde sua concepção enquanto ciência, pretendemos uma análise voltada para "problematizar experiências de Lazer enfatizando-as como práticas sociais, contextualizando-as em diferentes expressões que revelam histórias de práticas e processos de envolvimento social" (COSTA *et al.*, 2016, p. 1).

Costa *et al.* (2016) aproxima o lazer da antropologia e pretende entrelaçar o lazer a práticas sociais complexas, ampliando o diálogo do lazer com o modo de vida e as relações entre as pessoas e os grupos sociais. Aborda também o lazer para além do espaço urbano (COSTA *et al.*, 2016). A autora ressalta ainda a possibilidade do diálogo do lazer com a educação, a política, a economia e outras dimensões da vida o que faz com que o lazer seja repleto de contradições e em alguns momentos reproduza a ordem social enquanto em outros produz o novo.

A produção científica de Mascarenhas (2005) também contribui trazendo a proposta de um outro lazer, diferente do que, segundo o autor, tem sido proposto nas últimas duas décadas: um lazer mercantil que atenderia as forças do mercado. O autor afirma a necessidade do investimento em políticas públicas de lazer para a transformação deste quadro. Essas políticas deveriam ser capazes

> além de reivindicar uma pedagogia crítica do lazer que, no desenrolar cotidiano de tais políticas, possa potencializar, junto à sociedade civil, especialmente, aos setores populares, um outro tipo de sociabilidade e experiência lúdica, articulada à utopia de um novo modo de se conceber e organizar a vida (MASCARENHAS, 2005, p. 157).

Mascarenhas (2005) reforça a importância da alegria no lazer e não a alegria imediata como a proporcionada pelo lazer mercadológico, mas uma alegria "provocada e estimulada pela satisfação de acesso e apropriação da cultura elaborada. " O autor acredita que existe a necessidade de que o lazer seja entendido como uma manifestação da cultura e que o mesmo seja utilizado como instrumento de ligação com a realidade, e ainda que o sujeito deve ser protagonista das suas práticas e não apenas um consumidor passivo do lazer. (MASCARENHAS, 2005).

Partiremos do diálogo do lazer com a antropologia, acreditando que existe validade na análise do lazer a partir da vivência dos sujeitos e o entrelaçamento com as práticas sociais (COSTA *et al.*, 2016). Toda a trajetória dos estudos do lazer deve, no entanto,

ser considerada na medida da sua necessidade sobre pena de tornar a pesquisa superficial.

1.2 O rural enquanto modo de vida – Uma análise do tempo e do território

As dificuldades em conceituar lazer e trabalho se repetem quando vamos conceituar o rural e o urbano: além de inúmeras definições, são geralmente caracterizados como sendo antagônicos, excludentes um ao outro, como uma espécie de conceitos opostos, sem considerar a integração que existe entre estes dois ambientes. Talvez porque, como afirma Levi Strauss, "uma espécie de intuição intelectual apreende o mundo, ou um domínio do mundo, sob a forma de termos diversamente opostos" (STRAUSS, 1986, p. 245), como quente e frio, cru e cozido, urbano e rural, lazer e trabalho. Antes de relacionar o lazer com o ambiente rural, é necessário apresentá-lo através de duas abordagens: a primeira caracterizando o rural de forma bem próxima ao significado atual da palavra "campo": através da paisagem, dos recursos naturais, das classificações oficiais e das atividades econômicas. A segunda caracterizando o rural como um modo de vida, através da expressão e dos padrões culturais das pessoas que vivem nestes espaços e da ligação destas pessoas com a terra. Esta exposição sobre o rural será realizada em diálogo com a Geografia.

É importante ressaltar que, apesar da complexidade em definir rural e urbano, estes termos por si só representam um avanço com relação aos termos "campo" e "cidade", que hoje estão mais relacionados com a delimitação física e espacial, ou seja, a forma geográfica dos espaços enquanto os termos "rural" e "urbano" estão relacionados principalmente com a produção social no espaço. É de muita relevância utilizar corretamente o termo rural, já que durante bastante tempo "rural" e "campo" foram considerados sinônimos bem como "urbano" e "cidade".[22]

Caracterizar o rural sem falar do urbano é uma tarefa complexa tendo em vista que, desde a primeira delimitação oficial brasileira de zonas rurais e urbanas dos municípios, a demarcação entre rural e urbano é realizada a partir da demarcação do urbano, reservando ao rural o resíduo do urbano, ou seja, não são definidas as funções do ambiente rural. Para facilitar o entendimento realizaremos, no primeiro momento, o levantamento da legislação envolvendo o ambiente rural e, posteriormente, uma linha temporal dos estudos da geografia

[22]LIMA, M. H. P. Cidade-campo, urbano-rural: uma contribuição ao debate a partir de pequenas cidades em Minas Gerais. 2007. 271 p. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http:// objdig.ufrj.br/16/teses/710211.pdf>. Acesso em 01 de abril de 2019.

sobre as mesmas definições. Desta forma será possível elucidar melhor em que momentos a definição levou em consideração principalmente aspectos físicos e quando ela levou em consideração aspectos sociais.

Os estudos para delimitação dos espaços urbanos e rurais no Brasil datam da década de 1930, impulsionados pela criação do Instituto Nacional de Geografia em 1936[23] e pela proximidade da realização do primeiro CENSO nacional pelo instituto. Era necessário que houvesse parâmetros e determinações legais para que fosse possível caracterizar o espaço brasileiro. A primeira definição oficial com critérios objetivos capazes de diferenciar estes espaços data de 1938[24], com a publicação do decreto lei 311 que dispõe sobre a divisão territorial do país. Neste decreto as sedes dos municípios teriam a categoria de "cidades" e precisariam de um número mínimo de moradias para se instalar. Portanto deixa ao ambiente rural tudo o que não se enquadrasse nessas características. Inicia-se assim uma relação entre urbanização e densidade demográfica ficando subentendido que o ambiente rural teria menor densidade demográfica que o ambiente urbano, mais densamente ocupado. Nesta época a economia brasileira ainda era predominantemente dependente da agropecuária e o espaço rural detinha além do domínio econômico, o social, político e cultural já que cerca de 70% da população brasileira era considera rural. (IBGE).

Apesar do destaque na economia, inicia-se um período de instabilidade no ambiente rural brasileiro. Enquanto em algumas regiões prevalece o sistema de produção de alto valor com mecanização da agricultura e consequente desemprego estrutural, parte do Brasil ainda se dedica agricultura de subsistência muitas vezes com condições penosas para os trabalhadores que precisam concorrer com as grandes produções. É também neste período que se iniciam movimentos pela reforma agrária no Brasil, quando milhares de trabalhadores rurais já sem seus postos de trabalho lutam pela melhor distribuição das terras e melhoria das condições de trabalho.

O setor agropecuário torna-se economicamente instável. Isto, somado ao processo de urbanização e industrialização que acontecia principalmente na Região Sudeste, torna as regiões consideradas urbanas, atraentes para a população.

Na década de 60, com o regime militar, os movimentos pela reforma agrária foram duramente reprimidos e buscando evitar novos os conflitos é enviado ao Congresso o

[23]Em 1938 o Instituto nacional de Geografia se funde com o Conselho Nacional de Geografia e passam a se chamar IBGE. Nota da autora.

[24] Decreto Lei n. 311, de 02.03.1938 que dispõe da divisão territorial do Brasil disponível em http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.htmlacesso em 12 de novembro de 2018.

projeto do Estatuto da Terra, primeira proposta de desenvolvimento rural, com valorização das funções sociais da terra, de características bastante controversas. Apesar de teoricamente ter sido elaborado para sanar os problemas relacionados à má distribuição das terras no Brasil, estudiosos defendem que o estatuto buscou uma conciliação com a classe insatisfeita visando diminuir os conflitos, mas que, no fundo, os maiores benefícios foram reservados aos latifundiários. O estatuto, entre outros pontos, tratou de definir termos como "Imóvel Rural", "propriedade familiar", "módulo rural", "minifúndio" e "latifúndios" relacionando unicamente com a exploração agrícola e econômica. Na mesma época os trabalhadores rurais tiveram seus direitos trabalhistas equiparados aos dos trabalhadores urbanos, o que seria posteriormente revogado.

Em 1966 a lei 5172 que trata do Sistema Tributário precisa novamente definir as propriedades rurais, para delimitar a cobrança dos impostos sobre elas. Assim como em legislações anteriores, o rural é identificado por exclusão, a propriedade que estaria "fora da zona urbana do município", porém há alguns parâmetros mais detalhados para definição do urbano entendendo

> como zona urbana a definida em lei municipal; observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:
> I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
> II - abastecimento de água;
> III - sistema de esgotos sanitários;
> IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
> V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado. (BRASIL, 1996, Art. 3º.§ 1).

Ou seja, estende-se o parâmetro apenas da densidade populacional para diferenciar urbano de rural para a existência de outros equipamentos, reafirmando que a zona urbana seria aquela mais bem equipada enquanto a zona rural, mais deprimida.

A partir de 1970 e com a intensificação dos conflitos fundiários no Brasil, é criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA [25], subordinado primeiramente ao Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários e posteriormente ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, também tendo a regularização fundiária como um de seus principais objetivos. O INCRA foi fundado tendo como objetivo

[25]Em 1989 o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário foi extinto, e suas atribuições voltaram para o âmbito do Ministério da Agricultura. Mas o Decreto Legislativo 2 de 29/3/1989 rejeitou o Decreto-Lei 2363 e, com isso, o Incra foi recriado.

principal trabalhar pela reforma agrária no país, fazendo cumprir o que a lei em muitos momentos denomina de “função social” da terra, relacionada com a subsistência das famílias que dela dependem, produzir e preservar o meio ambiente.

A Constituição Federal de 1988 no artigo 186 cita a política agrícola voltada especialmente para a economia das áreas rurais e define funções para as propriedades rurais, sendo elas principalmente relacionadas ao aproveitamento, preservação dos recursos naturais e relações de trabalho no campo, novamente tratando apenas da relevância econômica. Um ponto importante tratado na Constituição Federal de 1988, que indiretamente pode contribuir para a permanência no campo, é a retomada das garantias dos direitos trabalhistas, revogados em 1973, para os trabalhadores rurais. Estes direitos tendem a diminuir o êxodo rural, mas de qualquer forma isto seria apenas uma consequência da legislação e não o objetivo principal.

Em 1993 a lei 8629 detalha os procedimentos referentes à Reforma Agrária previstos na Constituição Federal. Define Imóvel Rural como “o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindústria”. O fato de um imóvel rural poder estar localizado em qualquer localização deixa ao entendimento que caso um imóvel seja utilizado para esta finalidade, mesmo que localizado em uma região urbana, ele é considerado rural, dispensando caracterizar efetivamente “rural” e “urbano”, mas associando novamente apenas a produção agrícola ao imóvel rural.

No ano 2000 é criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que teria como competências, além da reforma agrária, a promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural, constituído pelos agricultores familiares e a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos[26]. Em 2003 o MDA introduziu o Território de Identidades e o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, o Pronat, com o objetivo de “promover o planejamento e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e dinamização de sua economia” através da a “gestão social dos territórios; o fortalecimento do capital social; a dinamização das economias; a articulação interinstitucional”. Na época o programa foi elogiado por alguns e criticados por estudiosos que afirmavam que o Programa reforçaria o estereotipo de “atraso” já atribuído ao rural sem efetivamente solucionar os problemas enfrentados por este espaço, já que atuava principalmente através de programas de transferência de renda. Não há como

[26]DECRETO Nº 4.723, DE 6 DE JUNHO DE 2003.

negar, porém, que perante a legislação oficial Brasileira, é a primeira vez, através do Território de Identidades, que há uma tentativa em agrupar os moradores do campo a partir de critérios sociais, entre eles a cultura e a afinidade entre os grupos que residem em determinada área rural. A partir de então amplia-se o interesse em extrapolar as características físicas para classificar uma determinada região como “urbana” ou “rural”.

Em 2008 o governo Federal lança o Programa Território de Cidadania, que segundo seu próprio texto teria o objetivo de reduzir desigualdades nos territórios rurais, onde se encontram as maiores desigualdades no Brasil. Além disso o Programa teria a preocupação de evitar o Êxodo Rural. Para este programa um território rural “se define por sua identidade social econômica e cultural” e ainda deveria possuir requisitos como “ser um conjunto de municípios com até 50 mil habitantes e densidade populacional menor que 80 habitantes por Km^2”. Os Territórios de Cidadania não utilizavam limites oficiais de municípios para implantação do programa e sim as características geográficas, econômicas e sociais da região onde atuava. Assim como o Programa Território de Identidades, o programa foi alvo de elogios e críticas.

No ano de 2014, o IBGE lança seu Manual da Base Territorial, elaborando uma referência legal para definição de áreas urbanas e rurais e define área rural como “aquela que não foi incluída no perímetro urbano por lei municipal. Caracteriza-se por uso rústico do solo, com grandes extensões de terra e baixa densidade habitacional. Incluem campos, florestas, lavouras, pastos etc.” (IBGE, 2014, p. 22). A definição do IBGE para áreas urbanas e rurais contempla ainda subdivisões, sendo que para as áreas rurais temos o aglomerado rural de extensão urbana, o povoado, o núcleo, o lugarejo e a área rural. As definições atuais do Manual da Base Territorial do IBGE para o ambiente rural representam avanços ao delimitar funções a ele e não apenas o caracterizar a partir do espaço urbano, mas ainda há muitas limitações nesta caracterização, pois o IBGE volta a utilizar apenas características de ordem física e econômica, realizando a classificação a partir apenas de critérios objetivos.

É nítido que tanto o Congresso Nacional quanto o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística focaram suas caracterizações de espaço urbano e rural, ou de campo e cidade em características físicas e econômicas. Essas classificações se preocupam principalmente em delimitar espaços físicos para administração, utilizando além de parâmetros populacionais parâmetros relacionados a natureza econômica da região. Em teoria, o espaço rural deve ser caracterizado pelas atividades primárias como agricultura e pecuária e ao espaço urbano estaria reservada a industrialização e os serviços. Esta é outra classificação

que apresenta diversas lacunas, pois há uma crescente diversificação das atividades no campo além de regiões de agricultura mecanizada e bastante desenvolvida. Todas estas classificações atendem as demandas políticas principalmente focadas em atender indicadores estatísticos, porém desconsideram que estas regiões são ocupadas por pessoas que ali produzem sua história e sua vida, sendo assim, se tornam insuficientes às Ciências Sociais, que também vão formular suas próprias definições para os espaços em questão.

A Geografia é um exemplo de ciência que tem interesse em definir o rural e o urbano. Algumas destas definições seguem baseadas nas definições oficiais, mas outras consideram que esta divisão, puramente física, não é capaz de preencher as lacunas a respeito do tema. A partir da observação, estudiosos do tema começam a perceber que o espaço por si só não é capaz de se significar, ou seja, para que um espaço seja repleto de significados é necessário que nele existam relações, fluxos. Surgem então, além das já existentes, discussões a respeito da definição do rural, da ruralidade ou do campo uma opção que parece mais segura: considerar o rural a partir do modo de vida das pessoas que ali residem e transformam. Para esclarecer melhor o significado deste "modo de vida" dialogaremos com o geógrafo Maximilien Sorre (1984), pesquisador da Geografia Humana, que defende que não podemos dissociar o homem do meio, acreditando ainda que a Geografia Humana deve ser o resultado de pesquisas colaborativas entre Geógrafos, Etnógrafos e Sociólogos, buscando uma compreensão o mais abrangente possível.

Sorre defende que uma descrição equilibrada de um ambiente só seria possível considerando os seres que ali estivessem e as atividades realizadas exclusivamente naquele ambiente. Assim Sorre vai além das classificações que, mesmo que considerem as relações humanas no ambiente, priorizam as atividades econômicas e indicadores sociais: considera toda a cosmologia daquele lugar afirmando que os grupos humanos possuem capacidade de criar a paisagem geográfica e pontuando ainda que

> o meio social pesa muito mais que o meio inerte ou que o meio vivo sobre todas as iniciativas humanas. A saúde, a capacidade de reprodução de um grupo em um dado momento dependem mais do ambiente humano, das representações, dos impulsos coletivos, que do clima e de outras condições físicas. (SORRE, 1984, p. 89)

Milton Santos amplia as discussões a respeito do assunto quando define o espaço geográfico como "conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações" (1997, p. 51), esclarecendo que há diferenças entre a urbanização do território e a urbanização social, uma residência agrícola pode ser muito urbanizada bem como não é possível classificar o

meio rural brasileiro como estritamente agrário.

Santos (1993) esclarece que a urbanização brasileira foi uma urbanização tardia e que a economia das capitais dos estados brasileiros era predominantemente agrícola até o fim da Segunda Guerra Mundial e que, mais do que isso, o país vivia (e em alguns casos vive até hoje) situações extremamente diversas dentro de sua própria unidade. Enquanto algumas regiões como a sudeste começavam a se industrializar e urbanizar outras permaneciam em suas práticas agrícolas. Após a década de 60 essas diferenças se intensificam e o Brasil começa a dividir sua população não apenas em população rural e população urbana, pois surge também uma população agrícola, que vivia do campo, mas residia no urbano. A dicotomia rural-urbano, portanto não seria a melhor maneira de definir o Brasil, pois a relação seria de complementaridade, como a Geografia Crítica, escola atual da Geografia, considera

> A cidade e campo se diferenciam pelo conteúdo das relações sociais neles contidas e estas, hoje, ganham conteúdo em sua articulação com a construção da sociedade urbana, não transformando o campo em cidade, mas articulando-o ao urbano de um "outro modo", redefinindo o conteúdo da contradição cidade/campo, bem como aquilo que lhes une: este é a meu ver o desafio da análise. (CARLOS, 2004, p. 9)

Assim passamos a entender que definições apenas físicas ou econômicas de "rural" e "urbano" não são capazes de suprir nossa necessidade de compreensão destes ambientes, até mesmo porque, como pontua Carlos (2004)

> A extensão do capitalismo com o desenvolvimento da troca, e com ele o do mundo da mercadoria (de sua lógica, linguagem), estendendo-se ao mundo inteiro, também permitiu a generalização da propriedade privada e a submissão da vida cotidiana a sua lógica capturando os momentos, cultura e tradições da vida tanto na cidade quanto no campo, aproximando-os cada vez mais. (CARLOS, 2004, p. 8)

Então como caracterizar o modo de vida rural sem incorrer em preconceitos que muitas vezes definem as ruralidades e que nem sempre se aplicam de forma concreta ao ambiente em análise? Como classificar o rural a partir de outras realidades não apenas demográficas ou econômicas? Se o rural e o urbano estão cada vez mais próximos e se consideramos o rural como um modo de vida percebemos que não apenas em Galheiros como muitas vezes na própria sede de Diamantina, assim como percebemos em Belo Horizonte, MG e em outras metrópoles brasileiras, há quase sempre um resíduo do rural.

Partimos então para uma caracterização do modo de vida rural a partir da temporalidade. Na perspectiva de Sorre, que considera o modo de vida como "o conjunto mais ou menos coordenado das atividades espirituais e materiais consolidadas pela tradição,

graças as quais um grupo humano assegura sua permanência em determinado meio" (SORRE, 1984, p. 90) e de Lefreve[27] que pontua a impossibilidade de dissociar tempo de espaço, chegamos à conclusão que é o modo de vida que faz com que um ambiente seja considerado urbano ou rural. Muito mais que uma demarcação física ou territorial, ser rural ou ser urbano é fazer parte de um modo de vida.

A urbanização transforma as relações, inclusive a relação espaço-tempo. De acordo com Carlos (2007) o tempo se acelera em função do desenvolvimento da técnica – que requer a construção de novos espaços – que vai redefinindo as relações dos habitantes com o lugar e no lugar. No ambiente urbano o tempo é restrito ao tempo produtivo, com situações de curta duração, é o tempo fraturado que muitas vezes prejudica as relações da vida humana. A temporalidade urbana é caracterizada "pela instantaneidade, redeterminando a relação dos indivíduos com a cidade e com os outros" (CARLOS, 2007, p. 13).

No modo de vida rural existe a organização do tempo, mas nem sempre o elemento organizador do tempo é relógio ou o calendário: existe o tempo da produção e o tempo da colheita, o tempo do descanso, o tempo da ação, o tempo da festa. Diferente do ambiente agrícola moderno que tem buscado imitar a rotina da indústria e onde o "respeito tradicional às condições naturais (solo, água, insolação, etc.) cede lugar, em proporções diversas, segundo os produtos e regiões, a um novo calendário agrícola baseado na ciência, na técnica e no conhecimento" (SANTOS, 1997, p. 243), no modo de vida rural o tempo age de forma diferente do ambiente urbano, sendo responsável por boa parte da rotina, da alteridade e das práticas de vida.

No Galheiros existe o tempo de florescer, o tempo de colher, o tempo de secar, o tempo de produzir, de reunir, de vender, o tempo de festejar – a festa é o tempo em movimento, é o tempo fora da rotina – existe o tempo de descansar mesmo que trabalhando. O trabalho está relacionado com o outro, com o tempo de descanso, com a vida.

Assim concluímos que qualquer modo de vida está diretamente relacionado com a temporalidade, já que são inseparáveis. Como pontua Santos (1993), precisamos empirizar o tempo para torná-lo material e assimilá-lo ao espaço que só existe na materialidade. O modo de vida rural é essa empiria do tempo materializada, geralmente, no ambiente do campo, mas também encontrada em outros ambientes.

1.3 Relações entre o lazer e o rural

[27]3 Lefebvre, Henri. La production de l'espace. 3ª ed. Paris, Anthropos, 1986.

Definido o rural como um modo de vida, já é possível realizar a ligação ente ele e o lazer. Segundo Alves (2009) o lazer é abordado no meio rural de diversas formas, porém há um destaque para os estudos ligados a utilização do tempo livre dos moradores de áreas rurais, ao turismo rural, oferecido principalmente para os moradores do espaço urbano e uma terceira abordagem que problematiza o meio rural a partir do lazer.

Este trabalho aborda o lazer como uma dimensão e produção da cultura, como prática social complexa, como um agente produtor da identidade e da alteridade, pretendendo avaliar como ele contribuiu ou pode contribuir para a manutenção da identidade do modo de vida rural e das comunidades tradicionais rurais. A história dessas pessoas se revela nas práticas cotidianas de forma contínua e assim como pontua Alves (2009) pretendemos problematizar o meio rural a partir do lazer.

O capítulo 1 item 1.1 deste trabalho realiza uma breve revisão da literatura a respeito do lazer e conclui que além da grande influência dos estudos europeus nas definições utilizadas no Brasil, existiu um consenso no tratamento do lazer em oposição ao trabalho e como uma atividade predominantemente urbana. Considerar o lazer como um fenômeno predominante urbano após constatar que urbano e rural não são conceitos excludentes, fixos e imutáveis, mas sim modos de vida, não atende às expectativas deste trabalho.

Mais recentemente com a ampliação dos olhares a respeito dos estudos do lazer surgem novas correntes de pesquisadores que, assim como Faleiros, sabiamente pontuam o motivo pelo qual não deveríamos restringir o lazer apenas aos ambientes urbanos

> se consideramos outras formas de articulação social – por exemplo no meio rural e nas sociedades tribais havia e há uma unidade relativa entre todas as produções sociais. O conjunto das necessidades humanas neste contexto, pode ser satisfeito por meio de atividade mais integralizadoras. Em parte, como os grupos sociais de formam em outras bases e as relações são mais diretas e pessoais, as atividades desenvolvidas envolvem, de uma maneira ou outra, quase todo o grupo. Por outro lado, ao nível das atividades propriamente, não há uma autonomização. A realização de um processo de produção pode reter ao mesmo tempo aspectos místicos ou lúdicos. (FALEIROS, 1980, p. 59)

O rural, já caracterizado como modo de vida, não se constrói sozinho. O modo de vida é construído a partir da ação do sujeito no espaço/tempo sendo esse sujeito produtor e produto do meio onde está inserido. O lazer é concebido como uma necessidade humana, “constituída na articulação de três elementos fundamentais: a ludicidade, as manifestações culturais e o tempo/espaço social” (GOMES, 2014, p. 3). Se o lazer é a articulação destes três

elementos e o rural é construído a partir das relações temporais, percebemos que o lazer não é um fenômeno exclusivo dos ambientes urbanos, afinal, como pontua Gomes (2008), assim como o rural não significa oposição ao urbano, o lazer também não significa oposição ao trabalho pois a vida e os seres humanos (apesar de fragmentados) são uma totalidade e não fragmentos.

O desafio de problematizar o lazer além dos espaços urbanos já é de conhecimento dos estudiosos do tema. Como pontua Costa (2010) é necessário ampliar o olhar sobre as pessoas e sobre suas práticas sociais complexas, suas produções coletivas, as práticas que trazem sentido à comunidade, os conhecimentos geracionais, e outros movimentos presentes de forma significativa no ambiente e modo de vida rurais. Além disso lembra também a importância de reconhecer a diversidade e pensar nela pois a mesma "é inerente à condição humana: somos atores/sujeitos sociais, históricos e culturais e, por isso, diferentes". Assim não há como conceber o rural sem o lazer, mesmo que o parâmetro análise seja o urbano (COSTA *et al.*, 2010).

Sobre a observação de Faleiros de que, geralmente, no rural as necessidades humanas são satisfeitas em atividades mais integralizadoras, a mesma pode ser constatada através dos estudos com populações de modo de vida predominantemente rural, como indígenas, quilombolas e populações tradicionais e a relevância do coletivo para estas populações. O coletivo vai além da organização social e da produção do espaço, o coletivo contribui diariamente para a afirmação e manutenção da identidade do grupo e das suas tradições.

O lazer concebido como ludicidade, entendido aqui como uma linguagem, se integra de forma única no modo de vida rural. Além da oralidade, a ludicidade se expressa no corpo, no místico, na arte, no ritual e em todas as outras linguagens presentes muito fortemente no modo de vida rural, especialmente considerando comunidades tradicionais que mantem suas características a partir da transmissão geracional. Essa transmissão muitas vezes se dá na aprendizagem situada da rotina diária - gênese do sujeito e da cultura - mas também nos encontros para preparação dos acontecimentos simbólicos da comunidade. Enquanto prática social situada exige o treino da atenção em um processo contínuo de percepção e ação e na relação entre o sujeito e o ambiente, pouco possível nos modos de vida urbanos que hoje vivenciam "a imposição do "tempo do efêmero" apontando a instabilidade do tempo presente, o que produz relações vazias, criando a percepção de estranhamento do indivíduo diante da metrópole" (CARLOS, 2007, p. 57). Assim, diferente das populações de modo de vida

urbano, essas populações pairam sobre a suas histórias sociais e são capazes de interpretar o tempo social de uma forma diferente. Ainda percebendo o modo de vida rural, é nele que se encontram a maior parte dos sujeitos ecológicos, capazes de se enxergar como parte de uma comunidade mais que humana e sua história individual em articulação com a história coletiva.

Assim, se relações múltiplas e subjetivas embasam o pensamento dos pesquisadores, parece impossível não conceber a existência do lazer no modo de vida rural, pois como pontua Magnani (2000) o lazer possui múltiplos significados e pode oferecer acesso a problemas cotidianos e possíveis soluções, reforçando a alteridade dos modos de viver e consequentemente a valorização do modo de vida rural.

O lazer no modo de vida rural é um potencializador para as atividades cotidianas. Pode assegurar direitos de reprodução social que vem sendo oprimidos pelos novos modos de vida, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para a conquista plena da cidadania por estas pessoas.

1.4 Cultura e identidade

Partindo do entendimento de lazer como "um campo de práticas sociais vivenciadas ludicamente pelos sujeitos, estando presente na vida cotidiana em todos os tempos, lugares e contextos" (GOMES, 2014, p. 9) e buscando compreender a organização social do Povoado do Galheiros o abordaremos o conceito antropológico de cultura (LARAIA, 2008) e das reflexões a respeito da construção da identidade a partir da relação com o outro (HALL, 2006).

O conceito de cultura é bastante problematizado sendo necessário levantar contribuições importantes de diversos autores sob pena de tornar a discussão superficial. Como o termo é utilizado em diversos contextos devemos tomar cuidado ao defini-lo, para não incorrer em erros conceituais.

Segundo Laraia a primeira definição de cultura que foi formulada do ponto de vista antropológico pertence ao antropólogo britânico Edward Tylor e foi formulada no ano de 1871. Tylor teria sintetizado os vocábulos *Kultur*, do germânico, e *Civilizaztion*, do francês na palavra inglesa *Culture*, que segundo o autor

> tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou

> hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade (TYLOR 1871 *apud* LARAIA, 2006, p. 25).

Tylor considerava a cultura um fenômeno natural, passível de evolução e de classificação através de escala e foi seguido por outros estudiosos que se basearam no mesmo princípio até que em 1883 o antropólogo Franz Boas, criador da Escola Cultural Americana, critica Tylor afirmando que os eventos históricos influenciam diretamente a formação da cultura. Em 1917 o antropólogo americano Alfred Kroeber se dedica a distinguir no homem o orgânico do cultural. Afirmando que os atos humanos têm relação com o aprendizado e não com a genética, Kroeber contribui para a ampliação do conceito de cultura, relacionando-o com a adaptação homem-meio, com o processo de aprendizagem e com o desenvolvimento do homem se comparado a outros animais (KROEBER, 1993). Com o avanço dos estudos a respeito da cultura surgem as teorias modernas a respeito do tema.

Geertz (1989) sugere a compreensão da cultura através da semiótica, considerando-a como uma condição para a existência humana ao mesmo tempo que um conjunto de mecanismos de controle para comportamentos. Esclarece ainda que a cultura não é uma realidade “superorgânica” e nem um padrão de comportamentos, portanto, não se deve reificá-la nem reduzi-la. A respeito do estudo da cultura, o autor afirma que a análise deve penetrar no corpo objeto, com adivinhação dos significados, avaliação das conjeturas e uma boa interpretação do fluxo social. Geertz entende a cultura como uma teia de significados que tece e é tecida pelo próprio homem. É necessário interpretar esses significados de forma complexa e de forma gradual (Geertz, 1989).

Para Sahlins a cultura nomeia um fenômeno único

> a organização da experiência e da ação humanas por meios simbólicos. As pessoas, relações e coisas que povoam a existência humana manifestam-se essencialmente como valores e significados, significados que não podem ser determinados a partir de propriedades biológicas ou físicas (SAHLINS, 1997a, p. 41)

A cultura seria um fenômeno dinâmico o qual muitas vezes as comunidades não têm consciência, mas, quando tem, podem usá-la inclusive contra opressão realizada por outras culturas que ameacem sua existência. “A "cultura” - a palavra mesma ou algum equivalente local - está na boca do povo, sobretudo no contexto das forças nacionais e globais que ameaçam os modos tradicionais de existência do (s) povo (s)” (SAHLINS, 1997b, p. 127).

O objetivo do estudo da cultura não seria compreender para apenas diferenciar ou

valorizar uma cultura em detrimento de outra, ao contrário, estudar a cultura pressupõe trabalhar pela valorização de todas elas, mesmo para que isso aconteça nem sempre seja necessário um estudo: Algumas culturas se valorizam e se celebram sem sequer compreender o conceito de cultura, apenas vivem. O autor afirma também que, apesar do fenômeno da globalização com a tendência a unificação das culturas, sempre haverá esquemas culturais particulares. (SAHLINS, 1997b). Pontua de forma específica a situação das comunidades rurais e tradicionais, "a persistência da cultura rural, mais que a existência da cultura urbana, é aparentemente a chave da continuidade das comunidades translocais" (SHALINS, 1997, p. 121). As comunidades rurais seriam exemplos de povos que sofrem desvalorização após a urbanização, sendo considerados retrógrados e ultrapassados, fazendo com que muitos de seus habitantes prefiram viver, mesmo que de forma paupérrima, nas modernas aglomerações urbanas.

DaMatta (2010) traz maiores esclarecimentos também em desacordo com qualquer corrente que defenda a cultura como um fenômeno natural. O autor através de comparações entre agrupamentos humanos e animais que vivem de forma relativamente ordenada como as formigas, explica que pode até haver uma organização, mas que

> Sem uma tradição, uma coletividade pode viver ordenadamente, mas não tem consciência do seu estilo de vida. E ter consciência é poder ser socializado, isto é, é se situar diante de uma lógica de inclusões necessárias e exclusões fundamentais, num exaustivo e muitas vezes dramático diálogo entre o que nós somos (ou queremos ser) e aquilo que os outros são e, logicamente, nós não devemos ser. (DAMATTA, 2010, p. 53)

Canclini trabalha a cultura principalmente na América Latina, pontuando que "a cultura moderna se construiu negando as tradições e os territórios" (Canclini, 1997, p. 49). A define como "como parte da socialização das classes e dos grupos na formação das concepções políticas e no estilo que a sociedade adota em diferentes linhas de desenvolvimento"[28] e aborda as preocupações com relação a compreensão e validação da cultura a partir dos parâmetros europeus. O autor traz o termo "hibridação cultural" ou "culturas híbridas" para caracterizar as mesclas interculturais

Diante de tantas definições de cultura a definição de Laplantine (1988) que, de dentro da antropologia, define a cultura como "um conjunto de comportamentos, saberes e saber-fazer característico de um grupo humano ou de uma sociedade dada, sendo essas

[28] Tradução autoral. Texto original "como parte de la socialización de las clases y los grupos en la formación de las concepciones políticas y en el estilo que la sociedad adopta en diferentes líneas de desarrollo" (1987, p.25). Nota da autora.

atividades adquiridas através de um processo de aprendizagem e transmitidas ao conjunto de seus membros" encontra-se bastante alinhada com as expectativas desta pesquisa. A definição de Lapantine da cultura a partir da transmissão da aprendizagem corrobora com a ideia da aprendizagem situada de Lave e Wenger (1991), que consideram a aprendizagem como um aspecto central, inseparável da prática social e que as pessoas e o mundo se constroem mutuamente. Essa participação seria primeiramente periférica – não em oposição ao centro nem como algo inferior e sim no sentido de se colocar mais como aprendiz para posteriormente também ensinar – para, com o tempo, se tornar uma participação legítima. A posição de aprendiz, porém não é fixa, considerando as diferentes formas e tempos de aprendizagem pode haver trocas de localização entre o "aprendiz" e o "mestre" que entendem que o aprendizado é uma construção coletiva, uma característica da prática social.

Segundo Cunha (2009, p. 306) "costuma-se chamar de saber ecológico tradicional ao conhecimento que populações locais têm de cada detalhe do seu entorno, do ciclo anual, das espécies animais e vegetais, dos solos etc.". No Galheiros os coletores/artesãos sabem a época de cada florescência, de cada colheita. Sabem exatamente como secar cada tipo de planta. Pelo tempo e pelo clima sabem se vai ou não florescer. Esse conhecimento empírico é passado de forma geracional, primeiramente na participação periférica quando ainda crianças acompanham os pais e avós na coleta dos campos. É esse saber-fazer que contribui para a afirmação identitária da comunidade. O saber ecológico, a aprendizagem, o saber-fazer são únicos, assim como a identidade dessas pessoas. São os processos inconscientes ao longo do tempo (HALL, 2006) que fazem com que exista esse sentimento de pertencimento e que faz com que esse sujeito, mesmo fragmentado, ainda seja capaz de promover situações de celebração da cultura (CUNHA, 2009).

Já a produção do artesanato partiu do saber científico pois começou a partir da intervenção das ONGs, mas, ainda assim, teve suas adaptações a partir da experiência individual e hoje é passada para o coletivo de forma consciente. O plantio das flores, ensinado pela UFVJM, não prosperou para a maioria dos coletores/artesãos. Segundo eles o motivo da diminuição de algumas espécies não se resolve apenas com o plantio e nem mesmo com os cuidados ensinados pelos pesquisadores e cientistas da universidade. Para eles seria necessário mais que isso: seria necessário por exemplo que o clima voltasse a ser como era antes. Essas questões permeiam o universo acadêmico pois muitas vezes não se consegue chegar a nenhum denominador no que diz respeito ao saber ecológico *versus* saber científico. Segundo Cunha, o comportamento de desvalorização do saber ecológico mantem estreitas

relações como nosso colonialismo interno, se aproximando da escala cultural de Tylor. No entanto, conseguiremos melhores resultados quando a comunidade científica conseguir "instaurar um regime de colaboração e intercâmbio respeitosos com suas populações tradicionais" (CUNHA, 2009, p.309) e mais que isso, conseguir achar meios de valorização dos saberes tradicionais, fazendo com que as populações participem dos processos e preservando a vitalidade da produção do conhecimento tradicional.

O lazer enquanto prática social complexa estaria então associado a construção desta cultura e desta identidade, sendo um excelente ponto de partida para a compreensão do ser e existir no mundo e capaz de potencializar especificidades de cada cultura.

Se a cultura de Laplantine afirma a ligação com determinados grupos ou sociedades, é certo que a cultura é potencialmente necessária a afirmação da identidade do grupo. Como pontua Diegues (2008, p. 90) "além do modo de vida, é, sem dúvida, o *reconhecer-se* como pertencente àquele grupo social particular. Esse critério remete à questão fundamental da *identidade*, um dos temas centrais da antropologia". É fato que um grupo só é capaz de absorver e repassar de forma geracional atividades com as quais se identifique. Como esclarece Hall as identidades "representam vínculos a lugares, eventos, símbolos, histórias particulares" (HALL, 2006, p. 76) ou seja, relação de pertencimento.

Ainda segundo Hall (2006) a globalização é capaz de deslocar essas identidades, as tornando mais plurais. Para Canclini (1997) isto não é um problema pois o autor, acredita na hibridação da cultura tendo em vista que a América Latina em si foi culturalmente formada desta maneira. Atenta, porém, para o cuidado com a desterritorialização, com a "perda da relação natural da cultura com os territórios geográficos e sociais" (CANCLINI, 1997, p. 309) pois essa desterritorialização pode ser prejudicial na medida que, na maior parte das vezes temos uma sobreposição das culturas soberanas em disputa pelo poder em detrimento das culturas locais.

Compreendemos que identidade e cultura não podem ser dissociadas. A identidade que se constitui a partir da produção cotidiana é a que fará com que o sujeito se aproprie e preserve os elementos de sua cultura, sejam eles materiais ou imateriais. Concluimos, assim como GOMES *et al.* (2016) que, para que cumpra de forma salutar seu papel na construção e reconhecimento de identidades, o debate sobre a cultura deve extrapolar noções instrumentais e se relacionar com a prática no mundo, realizando as interações necessárias entre as experiências e dialogando com saberes e práticas envolvendo seus sentidos práticos e simbólicos.

Sintetizamos o capítulo sistematizando os conceitos que utilizaremos ao longo do percurso. A partir das reflexões realizadas o lazer foi compreendido como uma necessidade humana e dimensão da cultura, prática social complexa de potencial transformador, especialmente se o aproximamos das práticas culturais (GOMES, 2014). Como uma necessidade básica, o lazer pode ser usufruído de diversas formas e em qualquer ambiente, não sendo exclusividade dos ambientes urbanos e industrializados como defendem os conceitos hegemônicos eurocêntricos. Mesmo porque, no mesmo capítulo, após analisar os conceitos de espaço urbano e rural, concluímos, em diálogo com a Geografia, que o rural é muito mais um modo de vida que uma simples classificação territorial. A partir destas definições o lazer passa também a ser utilizado como uma importante ferramenta para percepção da alteridade e uma necessidade dentro de comunidades que possuem modos de vida diferentes do urbano. A partir do lazer é possível, por exemplo, fruir experiências culturais, reforçar identidades, conhecer tradições, apropriar territórios. Em um mundo fragmentado e homogeneizador o lazer pode ser a ferramenta que promove a valorização do multiculturalismo e das pluralidades.

No capítulo a seguir trataremos dos conceitos das comunidades tradicionais em suas múltiplas definições para que, em seguida, possamos fazer a transposição do conhecimento para o povoado do Galheiros.



Fotografia 4 - Vista da Chegada à "sede" do povoado.
Arquivo pessoal, 2018.

2 COMUNIDADES TRADICIONAIS – MÚLTIPLAS DEFINIÇÕES

O presente capítulo abordará a história do conceito de comunidade tradicional no Brasil, primeiramente utilizando fundamentos legais e posteriormente através de uma análise embasada por estudos a respeito do tema. Ademais o capítulo explicará a motivação para utilização do termo "comunidades tradicionais" neste trabalho em detrimento de outros termos e a importância do conhecimento a respeito do tema, especialmente pensando na valorização e preservação destas comunidades.

Antes, porém é importante tratar do termo Comunidade e suas diferentes interpretações.

2.1 Comunidade

> *A comunidade perturba a grande narrativa globalizadora do capital, desloca a ênfase dada à produção na coletividade "de classe" e rompe a homogeneidade da comunidade imagina da nação. (BHABHA, 1998, p. 316).*

Problematizar o conceito de comunidade é tão relevante quanto desafiador. O vocábulo é tema recorrente de inúmeras pesquisas, especialmente no campo da Sociologia, e identificado em estudos que perpassam a história, com destaque para o século XIX com os pensadores clássicos da sociologia Weber, Marx, Durkheim e Tonnies, considerado o primeiro a tratar especificamente do conceito[29]. Estes autores fundamentam diversas pesquisas até os dias atuais. Com o passar do tempo o conceito de comunidade foi ressignificado e apesar de ainda ser associado à afinidade, segurança e vínculo tornou-se também um indicativo de exclusão social e periferia, sendo utilizado frequentemente como adjetivo pejorativo para grupos minoritários. O capítulo tratará do conceito de comunidade a partir de Bauman, Hall, Carneiro da Cunha e Boaventura Souza Santos.

Na perspectiva do sociólogo Zygmunt Bauman (2003), que fundamenta seus estudos em Tonnies, o termo "comunidade" incialmente remete a um grupo ideal dentro da sociedade, mais próximo do indivíduo e capaz de proporcionar segurança. Este grupo teria anseios comuns, trabalhos coletivos e poucos conflitos e tornando a comunidade uma

[29] No início do século XX o sociólogo alemão Ferdinand Tönnies propôs um conceito de comunidade considerado clássico até os dias atuais. Na perspectiva do autor, comunidade estaria ligada à união das pessoas, à proximidade e ao que é comum a todos. Teria alto grau de integração afetiva e de homogeneização. Nota da autora.

construção idealizada e utópica. Como contradição, ao mesmo tempo que proporcionaria segurança a comunidade privaria o indivíduo da sua liberdade individual. Na mesma perspectiva o termo estaria também ligado à identidade, como pode ser evidenciado no trecho em que o autor trata das comunidades contemporâneas

> A "comunidade", cujos usos principais são confirmar, pelo poder do número, a propriedade da escolha e emprestar parte de sua gravidade à identidade a que confere "aprovação social", deve possuir os mesmos traços. Ela deve ser tão fácil de decompor como foi fácil de construir. Deve ser e permanecer flexível, nunca ultrapassando o nível "até nova ordem" e "enquanto for satisfatório". Sua criação e desmantelamento devem ser determinados pelas escolhas feitas pelos que as compõem — por suas decisões de firmar ou retirar seu compromisso. Em nenhum caso deve o compromisso, uma vez declarado, ser irrevogável: o vínculo constituído pelas escolhas jamais deve prejudicar, e muito menos impedir, escolhas adicionais e diferentes (BAUMAN, 2003, p. 62).

Bauman (2003) retrata ainda a relação da comunidade com a homogeneidade em comparação com o que está externo à comunidade, mais heterogêneo, e atenta para a diferença entre as comunidades que se formam voluntariamente por alguma afinidade comum daquelas que se formam por necessidade ou por exclusão, sendo as segundas locais aprisionadores. O autor defende a existência das comunidades, mas que sejam democráticas e que preservem a autonomia dos seus membros afirmando que "o teste de uma verdadeira humanidade universal é sua capacidade de dar espaço ao pluralismo e permitir que o pluralismo sirva à causa da humanidade — que viabilize e encoraje "a discussão contínua sobre as condições compartilhadas do bem" (BAUMAN, 2003, p. 126).

Hall (2006), assim como Bauman, apresenta o conceito de comunidade imaginada, relacionando o sentimento de comunidade com heranças vivenciadas em um determinado grupo em um espaço e tempo. Essas heranças privilegiariam lembranças ideais e seriam mais uma representação cultural e simbólica do que uma realidade. Apesar de imaginadas essas comunidades contribuiriam para a formação da identidade fragmentada dos indivíduos e dos grupos. Hall encaminha ainda a discussão sobre os efeitos da modernidade na identidade dos grupos. Para o autor ao mesmo tempo que a globalização tende a homogeneizar cria um desejo pelo diferente, o que ele nomeia de "mercantilização da alteridade". O autor acredita a globalização não substituirá as identidades locais, mas proporcionará uma nova articulação entre o "local" e o "global". Um dos problemas apontados nesta articulação diz respeito às comunidades periféricas. Estas, com mais dificuldades de autovalorização e reconhecimento, podem ser influências pelas culturas hegemônicas a ponto de romper totalmente com sua

origem.

Cunha (2009) e Santos (2010) evitam o termo “comunidade”, mas abordam as coletividades que representam as comunidades na sociedade moderna, destacando a importância do reconhecimento das diferenças. Cunha utiliza o termo “populações” para definir estes agrupamentos, com foco nos indivíduos enquanto Santos utiliza a ecologia dos saberes para apresentar uma perspectiva de fortalecimento da diversidade sem a “hierarquização de saberes”. Ao contrário o autor defende que a diversidade deve incentivar a interculturalidade, que “pressupõe o reconhecimento recíproco e a disponibilidade para enriquecimento mútuo entre várias culturas” (SANTOS, B., 2010, p. 16). da globalização contra hegemônica e, portanto, emancipatória.

Neste trabalho, sintetizando o conceito dos autores que nortearam o capítulo, a comunidade será entendida como um agrupamento de pessoas, voluntário ou não, formado por indivíduos que, integrando este agrupamento, precisam desenvolver e se apropriar de sua individualidade para se produzirem socialmente. À medida que se produzem enquanto indivíduos colaboram para a produção e para alteridade do grupo.

2.2 O conceito de comunidade tradicional

Embora recorrente, a utilização da expressão “comunidade tradicional” é cada vez mais cautelosa. Estudos recentes têm buscado novos termos para melhor definição destas populações que possuem um modo singular de vida e longa relação com o espaço em que habitam, replicando estas especificidades através das gerações. Algumas definições consideram relevantes para identificação os saberes tradicionais, outras a auto identificação, outras ainda o tempo de permanência em determinada área ou a fragilidade do grupo por ser diferente da sociedade dominante, não havendo, portanto, um consenso. Realizamos uma breve análise da utilização do termo no Brasil e de como vem sendo conduzida a legitimação dessas comunidades, para posteriormente, justificar a utilização do termo “Comunidade Tradicional” neste trabalho. Esta análise será composta de dois momentos: partindo da legislação existente a respeito do tema, destacando a trajetória da legislação nacional para posteriormente recorrer a autores que abordam o tema com muita propriedade, selecionados a partir da revisão bibliográfica. É importante destacar que o reconhecimento das Comunidades Tradicionais no Brasil é inspirado em outros movimentos que já eclodiam em todo o mundo

desde o final da Segunda Guerra Mundial, no ano de 1945, mas que se consolidaram a partir da década de 1970, após a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. A mesma foi criada na XVII Sessão da Conferência Geral da UNESCO, ocorrida em Paris no ano de 1972, e firmada por diversos países.

O marco inicial será o ano de 1988, ano em que é aprovada e promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil. Antes disso, no ano de 1977, o governo brasileiro havia promulgado a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO de 1972 iniciando, ainda que timidamente, o processo de reconhecimento dos bens culturais. Também havia outras iniciativas, a maioria pontuais, de reconhecimento e preservação destes bens e foi a Constituição Brasileira de 1988, sétima na história do país e em vigor até o momento, que demarcou o início do processo de redemocratização. Conhecida também como "Constituição Cidadã", esta Constituição representa um avanço com relação a preservação da cultura, reconhecendo legalmente a diversidade e assegurando direitos iguais a todos os brasileiros. Em seu artigo 216 esclarece que

> "Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
> I - as formas de expressão;
> II - os modos de criar, fazer e viver;
> III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
> V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico." (BRASIL, 1988, art. 216)

Classificar como "Patrimônio Cultural brasileiro" os bens materiais e imateriais do país é essencial para a preservação das Comunidades Tradicionais. Como bens imateriais o IPHAN compreende um conjunto de bens

> Oriundos de processos culturais de construção de sociabilidades, de formas de sobrevivência, de apropriação de recursos naturais e de relacionamento com o meio ambiente, essas manifestações possuem uma dinâmica específica de transmissão, atualização e transformação que não pode ser submetida às formas usuais de proteção do patrimônio cultural. O patrimônio imaterial não requer "proteção" e "conservação" - no mesmo sentido das noções fundadoras da prática de preservação de bens culturais móveis e imóveis – mas identificação, reconhecimento, registro etnográfico, acompanhamento periódico, divulgação e apoio. (IPHAN, 2006, p. 19)

A partir do momento em que o patrimônio imaterial recebe reconhecimento, inicia-se um processo de valorização dos saberes tradicionais, partindo principalmente da conservação das populações indígenas e quilombolas – como faz a própria Constituição Federal, que reserva alguns parágrafos para explicitar um pouco melhor os direitos destas duas populações sem tocar em nenhuma outra – até posteriormente abranger outras populações como ribeirinhos, faxinalenses e as demais (ALMEIDA, 2008).

Na Constituição Brasileira, no entanto, não se usa a expressão "Comunidade Tradicional". O termo "tradicionais" é utilizado em referência às áreas ocupadas pelos indígenas de forma geracional, assim como o termo "tradições" em referência ao reconhecimento das "crenças e tradições". Filho (2011) afirma que a expressão "Comunidade Tradicional" surge a partir de uma demanda relacionada às questões de preservação ambiental, mais especificamente quando da criação das Unidades de Conservação, após a criação do Conselho Nacional de Populações Tradicionais em fevereiro 1992. Entre os objetivos deste conselho estavam o de minimizar os conflitos entre os povos tradicionais e o governo durante a implantação das unidades de conservação além de preservar conhecimentos endêmicos a respeito de um determinado recurso natural. A partir de então o conceito começa a ser incorporado em textos governamentais, adquirindo uma dimensão política.

Ainda no ano de 1992 é assinada no Rio de Janeiro, durante a ECO92, a Convenção sobre Diversidade Biológica. A Convenção trata, entre outros assuntos, da utilização sustentável dos recursos naturais do planeta e da preservação da diversidade biológica. É, porém, abrangente, pontuando questões como a importância dos recursos naturais para a as comunidades tradicionais, destacando a relevância dos conhecimentos e do estilo de vida tradicionais e até mesmo das tecnologias tradicionais. A Convenção compreende que o desenvolvimento sustentável parte da integração entre as tecnologias avançadas e tradicionais a favor da preservação de todas as espécies, afirmando que

> é desejável repartir equitativamente os benefícios derivados da utilização do conhecimento tradicional, de inovações e de práticas relevantes à conservação da diversidade biológica e à utilização sustentável de seus componentes (BRASIL, 1994, art. 8º)

A Convenção sobre Diversidade Biológica é bastante importante no fortalecimento das questões relacionadas às comunidades tradicionais por ser um tratado da Organização das Nações Unidas e possuir abrangência mundial. A mesma entrou em vigor no ano de 1993 e já foi assinada por mais de 160 países. No Brasil foi aprovada pelo Congresso

Nacional em 1994 e promulgada[30] no ano de 1998.

No ano 2000 foi sancionada a Lei 9.985 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, o SNUC. Nesta lei o termo "Populações Tradicionais" é utilizado amplamente apesar de não ser conceituado. E o motivo de não ter sido conceituado foi um veto do Poder Executivo. O texto original caracterizava "Populações Tradicionais" como sendo

> Grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há, no mínimo, três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável (BRASIL, 2000, vetado)

Entre os motivos do veto o Poder Executivo alegou que a definição seria tão abrangente que qualquer brasileiro poderia se reconhecer como tal. Ambientalistas que temiam que esta caracterização ampla propiciasse o uso indevido da lei em favor de comunidades que não seriam tradicionais e comunidades tradicionais que questionavam o fato de ter que residir no ecossistema há no mínimo três gerações também concordaram com o veto (SANTILLI, 2004). O SNUC foi então aprovado com o veto, e teria entre suas obrigações proteger e valorizar as populações tradicionais além de auxiliar na promoção dessas populações. As populações em contrapartida deveriam proteger as áreas onde residem. Também é a SNUC que estabelece normas e restrições de utilização para as categorias de Unidade de Conservação existentes [31] sendo que algumas categorias de Unidade de Conservação permitem usos mais abrangentes e outras bastante limitados.

O termo "comunidade tradicional" é visto no decreto de 28 de novembro de 2003, que revoga do decreto do ano de 1997 e cria a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Brasileira. Ambos tratam do mesmo assunto com a diferença que, apesar do decreto de 1997 criar a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Brasileira, ele aponta de forma imprecisa como deve ser a representação dentro da Comissão, informando apenas que, entre outros, deveriam haver "cinco representantes da sociedade civil, de livre escolha do Ministro de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal". A importância do decreto de 28 de novembro para as Comunidades Tradicionais é o detalhamento desta representação, sendo positiva em duas

[30] Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998

[31] As categorias de Unidade de Conservação existentes são: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

questões: a primeira quando o decreto aponta que, entre outros membros, a Comissão deve ser integrada por um representante advindo de uma "comunidade tradicional". A segunda quando, dentro do mesmo item da representação da sociedade civil na Comissão, reserva separadamente uma vaga também para a comunidade indígena, ampliando a possibilidade de variedade dentro da representação das populações tradicionais.

Em abril de 2004 é promulgada no Brasil a Convenção n° 169[32], sobre povos indígenas e tribais, adotada na 76ª Conferência Internacional do Trabalho em Genebra no ano de l989. Ratificada pelo Brasil no ano de 2002, esta Convenção representa um avanço por ser o primeiro documento internacional vinculante a tratar especificamente de povos indígenas e tribais[33], adotando ao longo do texto diversas as vezes a palavra "tradicional" ao se referir às práticas sociais e econômicas destes povos, como "atividades tradicionais", "técnicas tradicionais", "métodos tradicionais" e outras. Um dos pontos que merece destaque na Convenção é sua aplicação estar vinculada principalmente a autoidentificação do grupo, ou seja, basta que o grupo se reconheça como tribal ou indígena para que as disposições da lei sejam a eles aplicáveis. Outro ponto relevante é o fato de a mesma não indicar especificamente a quais povos é destinada, assinalando que é aplicável a todos os agrupamentos sociais que possuem modos de produção social diverso do modo de produção de referência dentro do país em que vivem, tornando-se por este motivo bastante abrangente.

O fato da Convenção 169 ter entrado em vigor no Brasil mais de 15 anos após a Constituição, mas em consonância com a mesma contribuiu para o respaldo das cláusulas constitucionais relativas aos direitos fundamentais dos povos tradicionais, alinhando os interesses nacionais aos internacionais a respeito do tema. Sobre o uso dos conceitos há uma "distinção adotada na Convenção entre o termo "populações", que denota transitoriedade e contingencialidade, e o termo "povos", que caracteriza segmentos nacionais com identidade e organização próprias, cosmovisão específica e relação especial com a terra que habitam." (OIT, 5 ed, 2011). O vocábulo "Comunidades tradicionais" não é utilizado ao longo do texto da OIT 169.

No mesmo ano, em fevereiro, o Governo Federal já havia revogado o Decreto de 28 de novembro de 2003 e promulgado um novo decreto para a Criação da Comissão de

[32] Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em 12 de out. de 2018.

[33] A publicação esclarece que a OIT "ao utilizar o termo "povos indígenas ou tribais" não quer dizer que eles vivem em tribos, mas que preenchem todas as condições que a lei exige dos "povos tribais", ou seja: estilos de vida tradicionais, cultura e modo de vida diferentes dos outros setores da sociedade nacional, costumes e formas de viver e trabalhar diferentes e leis especiais que só se aplicam a eles". Nota da autora

Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Brasileira[34]. Este novo decreto, apesar de bem semelhante ao revogado, altera principalmente a composição da Comissão, excluindo a participação de alguns membros de órgãos governamentais e incluindo membros representantes da sociedade civil como um membro do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável e um membro do Fórum de Reforma Urbana não contemplados do decreto de novembro de 2003. Também une a representação do "Fórum Brasileiro de ONGs" com a do "Movimentos sociais para o meio ambiente e o desenvolvimento", reduzindo de seis para três o número de representantes destes segmentos. Altera ainda o modo de indicação de vários representantes, sendo que no decreto de 2003 os mesmos eram indicados principalmente pelo Ministro do Meio Ambiente e em 2004 passam a ser indicados pelos titulares dos segmentos e organizações que representam.

Ainda no ano de 2004 é criada a Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais[35]. Um dos principais objetivos dessa Comissão é elaborar e posteriormente implementar a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, tratando principalmente de temas relacionados ao acesso aos Territórios Tradicionais e aos Recursos Naturais, Infraestrutura, Inclusão social e Fomento à Produção Sustentável. A comissão é inicialmente formada apenas por membros do governo, mas já prevê a participação de membros comunidades tradicionais, agências de fomento, entidades civis e comunidade científica, designados em portaria dos Ministros de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Meio Ambiente. Em 2005 acontece em Luziânia/DF o 1° Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais organizado pela Comissão. Neste encontro define-se a representação das comunidades além de dar início a ações mais efetivas de valorização das comunidades tradicionais partindo da consulta aos seus representantes. Após a reunião e suas definições o decreto de 27 de dezembro de 2004 é revogado e substituído pelo decreto de 13 de julho de 2006, modificando-se inclusive o nome da Comissão para "Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais" e incluindo-se os representantes das comunidades aos já existentes representantes do governo de forma paritária, na época, quinze representantes para cada categoria. Também foram definidas doze demandas prioritárias necessárias para melhorar a qualidade de vida das comunidades tradicionais, entre elas a regulamentação

[34]Decreto de 3 de fevereiro de 2004. Cria, no âmbito da Câmara de Políticas dos Recursos Naturais, do Conselho de Governo, a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Brasileira, e dá outras providências.

[35] Decreto de 27 de dezembro de 2004 Cria a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências.

fundiária, o direito à educação diferenciada e a inclusão social. Em fevereiro de 2007, menos de um ano após o início dos trabalhos da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, é instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais através do Decreto 6.040. Este decreto define Povos e Comunidades Tradicionais como

> grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007, Art. 3º.§ 1).

Este decreto é de extrema importância na preservação das comunidades tradicionais brasileiras pois foi o primeiro a reconhecê-las formalmente. Instituiu também a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, cujo principal objetivo é

> promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. (BRASIL, 2007, Art. 2º).

No ano de 2016 o decreto de 13 de julho de 2006 que cria a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais é revogado pelo decreto 8.750, que institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, inicialmente pertencendo ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e posteriormente, em 2018, integrado ao Ministério dos Direitos Humanos. As atribuições apesar de bastante semelhantes, tem como principal diferença o fato do decreto de 2006 estar bastante relacionado com a elaboração da implementação da Política Nacional de desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais enquanto o decreto de 2016 se relaciona principalmente com a implementação do mesmo, como uma continuidade do primeiro.

A legislação brasileira em torno das Comunidades Tradicionais tem avançado, mas ainda é necessário muito trabalho para que suas definições sejam devidamente cumpridas e a importância das comunidades tradicionais legitimada. Prova disso são atitudes como a ocorrida em agosto de 2018 quando houve uma solicitação de revogação do decreto 6.040 pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e pela Frente Parlamentar de

Agricultura, pautada principalmente nos questionamentos referentes à demarcação das terras. Há ainda relatos sobre o aumento da violência contra comunidades tradicionais do Norte de Minas Gerais, denunciado também em 2018, apurado e confirmado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. Nestes casos o que geralmente tem acontecido é uma intervenção do Ministério Público juntamente com representantes de tais comunidades, Pastoral da Terra e outros órgãos interessados em defesa das Comunidades. Estes episódios demonstram a falta de reconhecimento e de respeito pelas referidas comunidades e suas lutas.

Em Minas Gerais os direitos dos povos e comunidades tradicionais são garantidos pela Lei 21.147, de 14 de janeiro de 2014, que Institui a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais. Com definições bem próximas às da legislação nacional a lei possui vinte e seis objetivos específicos que tratam de pontos como reconhecimento cultural, conflitos e posse das terras e sustentabilidade. Para implementá-la foi criada no mesmo ano, a partir do Decreto 46.671, a Comissão Estadual para o Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais.

Além da legislação autores de diversas áreas se debruçam sobre o tema e buscam a melhor forma de conceituar e caracterizar essas populações que são diferentes em suas formas de produção. Diegues, que usa o termo “populações tradicionais”, assinala que esses povos geralmente possuem forte ligação com seus territórios, ocupando áreas geográficas específicas, mas, de maneira geral, se relacionando com outros territórios (rurais e urbanos) para a prática comercial. Além disso se identificam e são identificados através de suas práticas, produzem principalmente para subsistência e podem se utilizar de linguagem e instituições políticas e sociais próprias. Dependem da natureza e dos seus ciclos e transformam a natureza em mercadoria. A forte ligação com o território está diretamente relacionada com os recursos naturais, mas também com as relações sociais ali representadas (DIEGUES, 2000).

A partir de então e nos últimos anos o termo passa a ser usado de forma mais abrangente. Como pontua Cunha (2009) apesar da abrangência é importante fixar os conceitos. Para a autora

> populações tradicionais são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (prática e simbolicamente) uma identidade pública conservacionista que inclui algumas das seguintes características: uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, liderança local e, por fim, traços culturais

> que são seletivamente reafirmados e reelaborados. (CUNHA, 2009, p.300).

Esta reafirmação e reelaboração dos traços culturais se torna cada vez mais necessária dentro do mundo globalizado. Apesar de algumas comunidades ainda permaneceram em áreas isoladas[36], muitas já sofrem influência direta da globalização principalmente através dos meios de comunicação e a preservação das próprias tradições precisa ser continuamente reforçada, buscando despertar o interesse das novas gerações no intuito de que a tradição possa continuar a ser transmitida de modo geracional.

Hoje, autores buscam ressignificar estas populações, estabelecendo para isso novos termos para sua identificação e caracterização.

Boaventura Sousa Santos caracteriza como "ecologia dos saberes" o conhecimento individual ou coletivo construído continuamente através da reflexão, considerado integralmente sem hierarquização através de pensamentos alternativos. O autor propõe um relacionamento entre diferentes conhecimentos que não pode ser dissociado da prática. Essa ecologia dos saberes estaria em oposição à "monocultura do saber" e teria como princípio a pluralidade e a construção de diversos saberes. A respeito dos saberes tradicionais o autor esclarece que, equivocadamente, ainda existe "rejeição da importância dos saberes tradicionais" que são desqualificados como se fizessem parte de "um passado sem futuro". O autor elucida que esta relação de inferioridade atribuída ao "tradicional" tem relação com a oposição que o vocábulo faria ao vocábulo "moderno" consolidada no período em que imperava o colonialismo eurocêntrico. Mesmo que em desuso os conhecimentos tradicionais devem ser conhecidos pois fazem parte da história. Utiliza em seu clássico "Epistemologias do Sul" expressões como "conceitos tradicionais", "práticas tradicionais" e "sociedades tradicionais" como forma de caracterizar as comunidades e suas práticas.

Henyo Barreto Filho (1999) sugere ruptura com o termo e a adoção do termo "pessoas e/ou grupos sociais residentes", proposto por West & Brechin (1991), defendendo a ideia de que o termo "comunidades tradicionais" deprecia os grupos, associando não apenas o termo "comunidade" a paisagem natural do ambiente como o termo "tradicionais" a algo retrogrado e primitivo. Barreto Filho afirma que este termo aproximaria o conceito de uma definição mais relacionada com o "espaço", diferente do termo tradicional que além de remeter a "tempo" cria uma espécie de "rótulo cultural" (BARRETO FILHO, 1999).

---

[36]Há inúmeros relatos de comunidades que vivem em isolamento no Brasil como os Índios do Maitá (AC) fotografados pela primeira vez no ano de 2016, segundo a FUNAI. Nota da autora

Este trabalho opta por utilizar o sempre o termo “Comunidade Tradicional” para caracterizar o povoado em questão, principalmente para manter proximidade ao termo utilizado pela legislação brasileira, mas, de fato, reconhece os avanços com relação aos conceitos a respeito deste tema. Diante de todas as especificidades encontradas ao longo da pesquisa sobre as Comunidades Tradicionais, foi necessário destacar as consideradas mais relevantes, sendo a relação com o território, a relação com a produção, a organização social e a possibilidade de existência de uma comunidade tradicional dinâmica[37]. A relação com o território é muito importante pois remete ao vínculo das pessoas com aquele espaço a partir do significado dos fatos que são reproduzidos ali ao longo de gerações. A relação com a produção está bastante associada a fatores como a transformação dos recursos naturais em mercadoria, a aprendizagem situada, o conhecimento empírico, a produção para subsistência e, na maioria das vezes, a preocupação em preservar aquele ambiente de formas mais agressivas de exploração, prevenindo sua degradação e extinção. Quanto à organização social, grande parte das comunidades tradicionais cresceu em torno de uma família, estando unidos por laços consanguíneos. Além disso possuem um intenso respeito pela hierarquia e uma preocupação com o coletivo, importante também na formação da identidade individual. Sobre a comunidade tradicional dinâmica, considero, assim como alguns autores, que uma comunidade tradicional é capaz de manter suas tradições mesmo inserida na sociedade contemporânea globalizada, suas tradições tendem a sofrer alterações para acompanhar as mudanças, porém mantendo sua origem.

2.3 Comunidades tradicionais no Brasil: A produção social do tempo e do território

> *“A comunidade é o suplemento antagônico da modernidade: no espaço metropolitano ela é o território da minoria.” (BHABHA, 1998, p. 317).*

É inegável que a legislação brasileira[38] avançou com relação às Comunidades Tradicionais. Devemos ter em mente, porém, que a legislação busca atender de forma generalizada o tema, não pontuando as especificidades de cada uma dessas comunidades. É importante salientar que, mesmo que algumas características sejam observadas em grande

[37]Alguns autores consideram que as Comunidades tradicionais não perdem sua tradicionalidade por se inserirem na sociedade moderna, como o sociólogo francês Anthony Giddens (1991) e o antropólogo argentino Nestor Canclini (1997). Nota da autora.

[38] Diversas leis tratam do tema no Brasil conforme abordado no capítulo 2, item 2.2. Nota da autora.

parte das comunidades tradicionais estudadas até os dias atuais, como a predominância da agricultura familiar, a forte ligação com o território e as famílias numerosas de vários núcleos em uma mesma unidade doméstica, estas características não devem representar uma regra.

Destaca-se, no entanto, de forma quase unânime, a característica da ligação com o território. Para as ciências sociais isto é bastante nítido considerando que o espaço não seria apenas o local da reprodução biológica, mas "sim sua condição de existência, assim com as transformações da sociedade trazem como consequência modificações espaciais" (CARLOS, 2011, p. 17). O espaço está, portanto, diretamente ligado a permanência da cultura, sendo de vital importância para as comunidades tradicionais. A permanência da cultura, no entanto não está ligada apenas ao território, mas também a todo processo de compartilhamento das experiências da vida cotidiana capazes de gerar habilidades e incorporar sentidos.

Estudos da relação do homem com o meio, no entanto não são recentes. Destaca-se nessas pesquisas o geógrafo e etnólogo alemão Friedrich Ratzel que no final do século XIX, baseado em estudos anteriores que já buscavam compreender e diminuir os conflitos entre nativos e colonizadores, buscou ampliar os horizontes da compreensão da relação do homem com o meio. Para ele a relação do homem com a terra é primordial no desenvolvimento das sociedades e explica a diversidade entre os povos. Ratzel no entanto não se aprofundou na importância das relações sociais, o que fez com que muitos interpretassem seus estudos como deterministas.

Como elucida Carlos (2011) encontros entre nativos e colonos são habitualmente marcados por conflitos, não apenas pela invasão territorial que provocam como pela destruição das relações sociais, políticas e ecológicas existentes naquele espaço. O espaço é *lócus* da produção, mas também expressão e produto social é produtor social e histórico é referência e condição de existência para o ser humano.

Pensando na produção do território a partir da ligação com o mesmo, temos ainda assim naturezas distintas. A relação dos indígenas e quilombolas[39] com as suas terras apesar de ser intensa, é diferente na origem: As comunidades quilombolas, por exemplo, tem uma alteridade relacionada à territorialidade, tendo em vista que, muitas vezes, foram constituídas em pleno período escravista, e mesmo que as terras tenham vindo a partir de doações, possuem uma relação direta com a liberdade e a autonomia. Os grupos que ali se instalavam em geral construíam um forte vínculo interno mesmo que sem nenhum parentesco

[39] Trataremos indígenas e quilombolas apenas como povos tradicionais em referência ao decreto nº 8.750, DE 9 DE MAIO DE 2016 que institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Nota da autora.

consanguíneo, a afinidade era principalmente étnica, fortalecida pela condição marginal a qual estavam submetidos. Já os indígenas lutam pelo seu território invadido violentamente desde o ano de 1.500, tendo hoje territórios que possuem histórico de demarcação sob conflitos e a contragosto das classes dominantes latifundiárias nacionais. Muitas comunidades ainda vivem a ansiedade de aguardar o processo de identificação para posteriormente terem garantidas suas terras e seus territórios repletos de significados. A demora na demarcação pode fragilizar e deprimir uma comunidade pois a pressão e a especulação sobre muitos destes territórios costumam ser intensas, motivada principalmente pela presença de riquezas naturais.

Sobre este aspecto é importante esclarecer que muitas vezes as populações tradicionais se encontram em áreas com riquezas naturais justamente por terem sido atraídas para estes locais pela possibilidade de melhores condições de sobrevivência. Outras manejam tão bem as técnicas relacionadas com aquele ecossistema que mesmo diante de locais não tão salubres transformam o ambiente de forma a manter o equilíbrio entre as necessidades da comunidade e a preservação do meio. A própria legislação afirma que as comunidades tradicionais "[...] ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica [...]"[40], ou seja, os recursos naturais estão intimamente ligados com a subsistência das comunidades tradicionais.

A relação com a biodiversidade local também é pauta de diversos estudos. Cunha (2009) alerta para a simplificação dos conceitos ao considerar todas as Populações Tradicionais como "conservadoristas". É sabido que algumas possuem esta característica, como observa Diegues (2008) quando afirma que algumas são potenciais contribuidoras para manutenção pelo conhecimento endêmico dos territórios ocupados, mas que a ideia da natureza intocada é um mito pois todas as sociedades impactam em maior ou menor grau o território de habitam.

Nesta direção incluir todas as Comunidades Tradicionais dentro da categoria de "ecologicamente sustentáveis" pode ser precipitado, tendo em vista a atual situação de globalização e a inserção destas comunidades na economia global. É inegável o conhecimento local dessas comunidades e a importância delas na preservação da biodiversidade de seus territórios, mas, já inseridas na economia, todo este conhecimento pode se tornar uma "mercadoria" (CUNHA, 2009).

Associar a preservação das Comunidades Tradicionais à preservação ambiental

[40] BRASIL. Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Artigo 3°, §2.

não abrange todos os aspectos relacionados à preservação das tradições. É importante destacar os vários benefícios que esses grupos promovem para a coletividade nacional, abrangendo modos próprios de vida, relações territoriais, preservação da memória, história e patrimônio cultural material e imaterial, saberes tradicionais no uso de recursos naturais, entre outros.

A organização social das comunidades tradicionais é marcada por hierarquias e genealogias que estão diretamente ligadas à transmissão do conhecimento a partir da experiência. Este é o conceito da transmissão geracional do conhecimento dentro das comunidades tradicionais. Este aspecto é tão relevante que é utilizado no reconhecimento legal de uma comunidade tradicional. A transmissão geracional do conhecimento acontece a partir da "aprendizagem situada" que advém da prática social associada a participação periférica legítima (LAVE; WENGER, 1991).

A aprendizagem é um modo de ser, uma característica da prática social e, portanto, exige comprometimento dos aprendizes. Comprovando a hierarquia percebemos que dentro das comunidades tradicionais os aprendizes precisam conviver com os experientes, mas essa convivência acontece primeiramente de forma periférica, porém legítima. Neste sentido o periférico não opera em oposição à centralidade, mas na diversidade de formas de participação possíveis dentro de uma determinada atividade, com menos ou mais responsabilidades. Eles não são apenas receptores de conhecimento: aprendem fazendo, mas iniciam com tarefas menos elaboradas e apenas depois de um período começam efetivamente a participar das atividades da comunidade se tornando assim parte da comunidade de prática.

Sobre a homogeneidade a Cartilha afirma que as comunidades geralmente se constroem e se mantem através de relações com outros grupos da região. Essas relações podem ser harmoniosas ou conflituosas. Estudos atestam que a relação de parentesco dentro das comunidades tradicionais é muito comum, mas que nem sempre isto é garantia de convivência plenamente harmoniosa.

Assim as comunidades tradicionais brasileiras vão produzindo seu território, a partir da transmissão geracional e da ligação com a terra seja ela o motivo da existência da comunidade seja ela a consequência – considerando que é da terra que a maioria delas retira sua subsistência. Lutam por reconhecimento em um período de imperialismo cultural, aumento de latifúndios e especulação imobiliária em suas terras. Têm ainda uma longa caminhada na busca pela valorização de seus saberes e suas memórias, porém resistem – algumas vezes de forma criativa outras violenta – porque estão cada vez mais consciente de suas histórias merecem um lugar digno na sociedade contemporânea.

Neste capítulo buscamos esclarecer o uso do termo “Comunidade Tradicional” de forma fundamentada. Para isto consideramos necessário partir do conceito de comunidade, levantando a importância histórica do termo, a legislação nacional e internacional e os estudos acadêmicos a respeito do tema. Posteriormente abordamos os desdobramentos do conceito, apresentando primeiro as Comunidades Tradicionais e em seguida destacando a situação das comunidades tradicionais no Brasil, sua organização e produção do tempo e do território. Pudemos perceber que ao longo dos anos houve mudanças positivas no que concerne a legitimação destas comunidades, mas que ainda há muita controvérsia especialmente relacionada à regularização fundiária dessas comunidades, tendo em vista a grande quantidade de comunidades localizada em territórios de interesses públicos e privados diante das riquezas naturais que abrigam. Nesta direção, seguimos para o capítulo 3, onde faremos a transposição da teoria com a prática e a transcrição e análise dos relatos etnográficos.



Fotografia 5 - Estrada que liga a sede de Diamantina à Galheiros. Arquivo pessoal, 2018.

3 POVOADO DO GALHEIROS: O RURAL, O TRADICIONAL E O LAZER

No capítulo a seguir é realizada a transposição da pesquisa teórica para o povoado do Galheiros, onde foi realizado o trabalho etnográfico. Nesta comunidade tradicional são observados na prática os conceitos relacionados ao rural, ao lazer, à cultura e à identidade, buscando compreender como as "práticas sociais produzem, articulam e compartilham uma diversidade de experiencias éticas e estéticas na vida cotidiana, relacionando temporalidades, territorialidade e modos de viver" (GOMES *et al.*, 2016, p. 109).

É importante salientar, com relação à identidade do povoado, que sua principal identidade – Povoado de Coletores de Flores Sempre-vivas – é realizada a partir do trabalho, ou seja, a identidade dos coletores/artesãos é constituída socialmente principalmente a partir do *homo faber*, e que é a partir do trabalho para o próprio sustento que eles transformam a natureza. Conversando com os coletores/artesãos, em muitos momentos ouvimos frases como a da artesã *Estrelinha*, em que é possível perceber a importância do trabalho para estes indivíduos:

> *Já tem uns 20 anos que estou trabalhando nesta atividade [...] Eu trabalho com o artesanato. [...] A gente não tem tempo livre é só trabalho mesmo. Eu confecciono as minhas peças e no final de semana vou para Diamantina para vender. Gosto de coletar e de fazer! Adoro! [...]Trabalhou muito aí o dia tá tranquilo, se não fez nada, nossa, é a pior coisa.*
>
> *Artesã Estrelinha*

Neste trabalho de transformação da natureza eles transformam o território e transformam a si mesmos já que é também a partir do trabalho que as principais relações humanas no povoado se conduzem. Porém nenhum sujeito pode ser reduzido a apenas *homo faber*, como pontua Gramsci

> Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um "filósofo", um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar. (GRAMSCI, 1988, p. 7-8)

Assim a pesquisa teve como missão o resgate do dos outros tipos do gênero "*homo"* escondidos por trás da identidade de coletores/artesãos de Sempre-vivas do Povoado do Galheiros, como o *Homo Sapiens* indissociável do *Homo Faber* (GRAMSCI, 1988, p.7) e o *Homo Ludens* capaz "de elaborar, apreender e expressar significados" (GOMES, 2014, p.

13). Essa contradição na relação do homem enquanto ser social com a natureza através do trabalho já era levantada por Lefebvre[41] quando tratava das leis da dialética e do entendimento do ser social a partir do indivíduo e não de fatores externos.

Constatamos que dentro de uma identidade cultural enquanto "comunidade", independente se ela é constituída a partir do trabalho, existe a individualidade dos sujeitos, e esta também merece ser analisada pois é fator determinante de transformação do tempo e do espaço. Não há indivíduo que não tenha em si impressos do meio social onde esteja inserido assim como não há sociedade que não se transforme diariamente a partir das características dos indivíduos.

Nessa perspectiva reafirmamos o Lazer como dimensão da cultura, reiterando seu caráter abrangente e relacionando os conceitos ao cotidiano do povoado. Procuramos não determinar de forma incauta a importância do trabalho para a constituição destes sujeitos, mas compreender pormenores sobre a importância do tempo além do trabalho nesta constituição. Tomamos o cuidado de não transformar o foco da pesquisa em uma simples dicotomia entre a importância dos tempos de "trabalho" e "lazer", procurando observar o quão cada um destes tempos contribui para a formação desses sujeitos, de seus espaços e das suas histórias, não de forma dicotômica, mas sim complementar.

3.1 O tempo e o território no povoado – relatos etnográficos

Os dias que passei no povoado pude acompanhar a rotina dos moradores, imersa em seus cotidianos. Essa imersão é necessária na pesquisa etnográfica pois conforme Malinowski (1984) há uma diferença entre estar esporadicamente no campo de estudos e estar efetivamente em contato com ele. O objetivo fundamental da pesquisa etnográfica de campo é, portanto, "estabelecer o contorno firme e claro da constituição tribal e delinear as leis e os padrões de todos os fenômenos culturais, isolando-os de fatos irrelevantes". (MALINOWSKI, 1984, p. 24). O autor esclarece ainda que em todas as ciências os resultados devem ser apresentados de forma honesta, porém na etnografia esta honestidade é ainda mais necessária.

Magnani (2002) traz outras contribuições à pesquisa etnográfica e empírica, propondo que o olhar etnográfico seja realizado "de perto e de dentro" e afirmando que

[41] Lógica Formal / Lógica Dialética, de Henri Lefebvre, 1991

> cabe assinalar que o método etnográfico não se confunde nem se reduz a uma técnica; pode usar ou servir-se de várias, conforme as circunstâncias de cada pesquisa; ele é antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos. Ademais, não é a obsessão pelos detalhes que caracteriza a etnografia, mas a atenção que se lhes dá: em algum momento, os fragmentos podem arranjar-se num todo que oferece a pista para um novo entendimento (MAGNANI, 2002, p.11).

Realizar uma pesquisa isenta por si só já é bastante desafiador. Antes de ir à campo é necessário se desvencilhar de velhos preconceitos e impressões formadas seja por vivencias anteriores seja por estereótipos induzidos. Um bom exemplo são os estereótipos atribuídos ao povo mineiro, especialmente o povo do interior do estado. Guida e Evangelista (2005) em seu trabalho intitulado "De Minas para o Mundo" esclarecem que

> O surgimento da identidade mineira teve início no século XIX, no momento em que Minas Gerais passava por um período conturbado de formação econômica, cultural e política, o que propiciou a criação de um discurso político que tinha o objetivo de apresentar o Estado. "Assim, a construção da ideia de "mineiridade" viria a promover a homogeneização do coletivo e a solidificação de Minas Gerais no cenário político nacional" (GUIDA; EVANGELISTA, 2005, p. 1).

As autoras pontuam que dentro deste conceito de "mineiridade" a melhor definição do mineiro seria a do "bom sujeito", que abarca características opostas entre si: desconfiado e astuto, calado e prosador, tímido e acolhedor... (GUIDA; EVANGELISTA, 2005, p. 1). Estas características seriam ainda legitimadas pela literatura, músicas e poesias, consolidando o estereótipo dos nascidos em Minas Gerais. Estes estereótipos são bastante questionáveis. Hall (2006) já atentava para as questões relacionadas às comunidades imaginadas quando falava da cultura nacional. O autor esclarece que as identidades nacionais não são coisas com as quais nascemos como genes, são formadas e transformadas no interior da representação. Assim como as identidades nacionais, as locais seguem esta mesma lógica da representação e a geração de sentimento de identificação. Hall (2006) afirma ainda que esta lógica de identificação está mudando pois o sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável está se tornando fragmentado, composto de várias identidades. A pesquisa etnográfica é capaz de contribuir nestas análises à medida que é capaz de transformar o pesquisador e trazer um resultado mais próximo da realidade

> O pesquisador não apenas apreende o significado do arranjo do nativo, mas ao perceber esse significado e conseguir descrevê-lo agora nos seus termos (dele, analista), é capaz de atestar sua lógica e incorporá-la de acordo com os padrões de seu próprio aparato intelectual e até mesmo de seu sistema de valores. (MAGNANI, 2002, p. 11).

O momento agora é de realizar a “descrição densa”. Assim como Geertz fizemos o movimento de “entrevistar informantes, observar rituais, deduzir os termos de parentesco, traçar as linhas de propriedade, fazer o censo doméstico...escrever [...] diário” (Geertz, 1989, p.7). A chegada em Galheiros pela manhã geralmente é uma chegada solitária, gerando um sentimento de ansiedade. Avisto uma senhora saindo de casa em direção à uma moto. É *Margarida*[42], moradora do povoado que trabalha na sede de Diamantina. A moradora é receptiva e explica que durante os dias de semana o povoado acorda cedo. Há moradores que trabalham fora do povoado, como ela, e as crianças e jovens têm ônibus da prefeitura para ir à escola bem cedo, por volta das 05h30. A única escola no povoado, Escola Municipal Juscelino Borges, que antes oferecia o ensino fundamental I foi fechada no ano de 2015 e os alunos transferidos para uma escola na sede do distrito. Na época havia apenas 06 alunos matriculados, hoje há 13 crianças que poderiam frequentar a escola de ensino fundamental I mas são levadas diariamente para a sede do Guinda. O ônibus leva ainda outras 20 crianças para cursar o ensino fundamental II e ensino Médio na sede de Diamantina, mas antes de chegar ao destino passa ainda em outros povoados e comunidades, como Sopa. O itinerário é longo e por este motivo saem bem cedo. Também por volta deste horário saem os coletores de Sempre-vivas. O tempo firme favorece a ida a campo. Por volta de 07 horas o povoado parece adormecido, mas na verdade está quase deserto. Muitos coletores/artesãos já foram a campo sem hora certa para voltar. A maioria, porém, pretende voltar antes da hora do almoço e almoçar em casa. Sair cedo, segundo os coletores/artesãos, é também uma necessidade. O sol e os mosquitos *“borrachudos”* são piores na parte da tarde, então melhor ir logo cedo para evitar os contratempos.

Fotografia 6 – Vista da chegada ao Galheiros



Fonte: Acervo pessoal, jan./2019

[42] Pseudônimo

Após explicar minha proposta e ser recebida com bastante interesse fui convidada a conhecer a casa da mãe de *Margarida*, uma das coletoras de mais idade no povoado. Durante o trajeto a pé observo todos os detalhes: o local tem um ar diferente do que estamos acostumados nas capitais da região sudeste. O caminho, desde a saída do asfalto e o itinerário em estrada de terra pela MG220, é emoldurado pelas formações rochosas quartzíticas de diversas elevações em contrastes com grandes regiões planas. É possível enxergar também os efeitos da extração das rochas e da mineração na região. A vegetação, típica do Cerrado, apresenta uma diversidade de espécies, incluindo as conhecidas como Sempre-vivas, contribuindo com a beleza cênica local. Há um grande contraste com a paisagem do meio urbano, a começar pelas ruas de terra, as casas de apenas um pavimento, sem muros ou portões, uma pequena ponte e um córrego de água cristalina onde alguns moradores e visitantes às vezes pescam. Na lateral esquerda uma pequena capela católica dedicada à Nossa Senhora Aparecida que segundo *Margarida* recebe o padre mensalmente para a missa e foi construída pelos moradores do Galheiros há aproximadamente 30 anos. Também é possível avistar dois bares, a antiga escola, hoje fechada, a sede da Associação de Artesãos Sempre-viva e algumas casas. *Margarida* se faz de guia e mostra todo o povoado. Muitos animais se encontram nas ruas: cavalos, cachorros, gatos, bezerros, galinhas... todos soltos, alguns com dono fixo e outros que são adotados por toda a comunidade.

Fotografia 7 – Capela do Galheiros



Fonte: Acervo pessoal, jan/2019

Fotografia 8 – Bar du Zé



Fonte: Acervo pessoal, jan/19

Fotografia 9 – Bar e mercearia



Fonte: Acervo pessoal, jan/19

Chegamos à casa de dona *Pé de Ouro*. Do lado de fora de sua casa muitas flores secam, assim como nos quintais de várias outras casas. A simpatia é imediata e vem junto com o convite para o café com queijo. Dona Pé de Ouro hoje não foi coletar, não precisa mais ir à campo todos os dias pois conseguiu se aposentar como trabalhadora rural. Lembra, porém, da época em que precisava ir todos os dias, algumas vezes até dormindo nos campos de flores. A conversa acontece na cozinha e qual a minha surpresa no café, ao invés de encontrar o esperado Queijo Minas ou o regional Queijo do Serro encontro um industrializado queijo *cheeddar*. Dona Pé de Ouro também oferece um "suco" industrializado artificial em pó enquanto do lado de fora há limões nos pés. Por mais que pareça uma observação distante do objetivo deste trabalho, na verdade não é. Situações como estas remetem a Hall (2006) e ao

seu sujeito fragmentado. Se tentamos preservar as práticas consideradas tradicionais primeiramente buscando conhecê-las, identificando o quão profundamente se relacionam com a constituição dos sujeitos para posteriormente reafirmá-las é importante identificar também o quão fragmentados estão estes sujeitos pós-modernos. Esta é uma das questões centrais que permeia os estudos que pretendem preservar práticas em comunidades consideradas tradicionais: conseguir "limitar" até que ponto o sujeito pós-moderno é capaz de manter sua tradicionalidade e o que é necessário para que a mesma seja preservada. Assim como o lazer, tem-se a tendência de associar o fenômeno da fragmentação da identidade ao ambiente urbano e analisá-lo a partir da revolução industrial, porém uma pequena atitude pode alertar que, em muitos casos, o ambiente rural também precisa participar destas análises. O consumo de itens industrializados na casa de Pé de Ouro e em todo o povoado é intenso e com ele outros problemas como o aumento na geração de resíduos de embalagens descartadas em locais inadequados ou colocadas em locais onde se amontoam até que sejam queimadas.

Passei a manhã com dona *Pé de Ouro* e além de conversar sobre o trabalho com as flores ouvi vários outros casos e recebi informações preciosas para continuar o trabalho, como nomes dos associados e indicações de onde cada um reside. Também fui apresentada ao processo de coleta-preparo das flores, e conheci o espaço onde as flores secam e onde são estocadas, além de conhecer bastante do trabalho daquela senhora. Ainda fui presenteada com uma linda coroa de Sempre-vivas – o modelo de sucesso dos carnavais da região, hoje mais modestos devido ao grande carnaval que se consolidou em Belo Horizonte e atraiu os foliões. Saí por volta do meio dia, hora que os coletores começam a retornar dos campos de coleta.

Os feixes de flores podem ser facilmente avistados sob as cabeças ou nas garupas de motos e bicicletas. As flores são colocadas para secar tão logo são *"panhadas"* pois se não secarem direito podem ser perdidas ou mofar. Depois de secas a durabilidade é enorme. Mesmo as flores que serão tingidas devem passar por este primeiro processo de secagem e só depois serão tingidas com anelina própria e colocadas novamente para secar. Além das flores são coletados pequenos troncos, sementes e outros itens que podem auxiliar na montagem das peças e agregar valor ao artesanato. Alguns coletores/artesãos vão aguardar a secagem das flores para vendê-las *in natura* para comerciantes ou até para artesãos da própria comunidade que por algum motivo ou impedimento fazem apenas a etapa do artesanato. Também neste horário os estudantes que se descolocaram até a sede de Diamantina estão voltando.

Me dirijo então a uma grande casa onde sou recebida carinhosamente pelo coletor e artesão, pseudônimo *Espeta-Nariz*. Na chegada o som tocando músicas atuais e um café

antes do bate papo. O enorme sorriso acentua as marcas do tempo e do sol. A conversa começa nos fundos da casa, ao som da água que brota da mina e escorre pelo terreno. Espeta-Nariz conta que nasceu no povoado e seus pais já viviam da coleta das flores. Ali mesmo se casou e teve cinco filhos. Criou os filhos com o trabalho de coleta das flores, mas também trabalhou na agricultura. Mais recentemente começou a trabalhar com o artesanato. Hoje, aos 69 anos e viúvo, vive sozinho e fala com orgulho dos filhos, duas moças e três rapazes. Lembra saudoso o período em que todos os filhos ajudavam nos trabalhos nos campos, mas que com o passar do tempo e o pouco retorno financeiro alguns resolveram seguir outras profissões. Os rapazes se mudaram, para São Paulo e Rio de Janeiro. Um caminhoneiro, outro empresário – possui um PetShop – e o terceiro doutor em administração. Das duas filhas uma vive na sede de Diamantina e trabalha no comércio e apenas uma ainda reside em Galheiros vivendo da coleta e artesanato com Sempre-vivas.

O artesão emociona ao contar sua relação com a comunidade e com as flores. Relembra que inicialmente as flores eram vendidas in natura e acredita que o manejo incorreto fez com que elas quase acabassem em alguns locais. Conta que em um determinado momento receberam capacitação e foi fundada a Associação, que melhorou os cuidados com as flores nos campos além de introduzir o artesanato na comunidade. Na época, por volta do ano 2000 ele, a esposa e os filhos chegaram a se associar, posteriormente os filhos foram saindo e com o falecimento da esposa hoje apenas ele e uma das filhas ainda se mantem ativos na Associação. O coletor artesão conta que hoje já é aposentado como produtor rural, e por isso trabalha menos, priorizando a coleta e estoque de flores tanto para vender *in natura* quanto para ter estoque e realizar as peças solicitadas pela Associação. Não faz mais peças por conta própria exceto quanto os filhos vêm e solicitam alguma peça para revender em suas cidades. O senhor também ajuda a cuidar do campo de plantio de Sempre-vivas da UFVJM. Afirma que não planta pois não se adaptou, mas ajuda a dar manutenção no campo, e que não colhe as flores do plantio porque a quantidade é pouca e prefere colher as nativas. Perguntado sobre o tempo de trabalho e descanso diz que para coletar exige planejamento pois cada época do ano dá um tipo de flor diferente. Em todo caso, assim como outros coletores/artesãos, informou que tenta manter o estoque abastecido para evitar imprevistos quando não dá para coletar, como em dias de chuva. Já sobre o artesanato, o artesão afirma que o mesmo tem que ser feito com a *"cabeça descansada, senão não fica bom. "*

O coletor, que no ano de 2018 passou duas semanas viajando com os filhos para Aparecida e Cabo Frio mostra feliz as fotos da viagem. Diz que descansou e conta suas

aventuras pelas praias e restaurantes das cidades visitadas. Conta sorrindo que pode conhecer uma das nove netas que só conhecia pela internet.

A filha, de pseudônimo *Capim Dourado*, que reside no povoado desde o nascimento, chega para conversar conosco e confirma as informações do pai. Afirma ainda que realmente para fazer artesanato *"não pode estar com a cabeça cansada"*. Segundo ela quando está cansada ela vai andar, cuidar da criação, das plantas ou até mesmo cochilar um pouco "senão não sai nada de bom". O marido dela foi presidente da Associação por alguns anos e recentemente passou o cargo. O mandato é de no máximo quatro anos, informa.

Sobre a vida agora num ritmo mais moderado, sem tantas obrigações de trabalho e sobre o que faz neste tempo desobrigado, *Espeta Nariz* conta que às vezes se reúne com os outros moradores do povoado para bater papo, participa mensalmente da missa, fica em casa assistindo televisão ou ouvindo música... e afirma que gosta demais do povoado nunca pensou eu sair dali. Perguntado sobre as atividades na Associação o coletor e artesão informa que as reuniões na Associação não possuem uma periodicidade determinada e que toda a produção é individual, reunindo-se apenas para embalar os produtos para as feiras e realizar prestação de contas. Apesar do parentesco entre todos os moradores do povoado não há encontros regulares para socialização, exceto os encontros mensais pós missa.

Em outra data, em um almoço na casa de dona *Pé de Ouro* além de conversar sobre a coleta das flores Sempre-vivas falamos bastante sobre política, família e outros assuntos. Uma das filhas desta senhora estava de férias com a filha de 4 anos e ambas almoçaram conosco. A moça se formou pedagoga em uma universidade particular de Diamantina. Depois de se casar foi morar no município de origem do marido, Bocaiuva, e posteriormente se concursou professora do mesmo município. Quando está de férias ou folga costuma ir à Galheiros não apenas visitar a mãe, mas também ajudar na coleta de flores e na confecção de peças de artesanato, além de levar para vender na sede de Diamantina tendo em vista que a mãe, já idosa, não tem interesse em levar. A renda deste trabalho é dividida entre mãe e filha de acordo com as necessidades do momento. A conversa sobre política também rendeu bastante, enquanto a filha de 4 anos se divertia assistindo desenho em canais da TV fechada. Essa casa é uma casa simples, porém bem-feita e grande, toda de alvenaria, sem laje, mas com um grande telhado de telhas de barro como a maioria das casas do povoado. Dona Pé de Ouro relata que já vive na mesma casa há 42 anos, desde quando se casou e que desde então trabalha na coleta e venda das flores Sempre-vivas. Conta ainda que há aproximadamente 20 anos após a intervenção da EMATER e do instituto Terra Brasilis

começaram a trabalhar com o artesanato. De fato, o documento elaborado pelo Instituto Terra Brasilis intitulado “Planta viva, Gente viva, Sempre-vivas”[43] que trata da intervenção da ONG no povoado informa que o trabalho em Galheiros se iniciou no ano de 1998, confirmando as informações daquela senhora.

Questionadas sobre o tempo de trabalho e descanso, informaram que o trabalho com as Sempre-vivas é contínuo, mas que em algumas épocas é mais intenso, como quando tem eventos na sede do município ou em distritos próximos. Reforçaram que se dependessem apenas da renda das flores hoje passariam dificuldades, por isto é um trabalho apenas para complementação da renda. Apenas um dos cinco filhos de Pé de Ouro depende exclusivamente das flores e, segundo uma das irmãs, está sempre em dificuldades financeiras. Apesar de informar que não delimitam um tempo de descanso, narram com alegria viagens de romaria para Aparecida, em São Paulo e planejam passar o carnaval de 2019 em Porto Seguro, na Bahia, *“trabalhando e aproveitando”*, como elas mesmas dizem. Esta narrativa, de delimitar um tempo para descanso e trabalhar conforme demanda, se repetiu nas outras casas da visitadas. Apesar da declaração, vários afirmaram que utilizam o período da noite para ver televisão, que faz visitas regulares à Diamantina para resolver as questões pessoais como ir ao banco, ao médico ou visitar parentes e que, vez por outra, viaja.

Fotografia 10 - Flores secando na parte externa de uma casa do povoado



Fonte: Acervo pessoal, jul/18

[43] As referências deste documento encontram-se no final do trabalho. Nota da Autora

Mesmo após o retorno dos moradores a maioria das casas permanece fechada ao longo do dia e as pessoas que estão lá dentro preferem trabalhar nos fundos das casas. Depois de um tempo descobri que o motivo deste comportamento é evitar que a poeira do pequeno trânsito de carros e motos e também a trazida pelo vento entre pela frente das casas, sujando todo o chão. Nas ruas há pouco movimento como o de quem precisa de alguma coisa na mercearia que fica fechada mas basta chamar na casa dos donos que um deles atende, de quem vai à casa de um parente ou de quem precisa usar a internet acaba indo para a rua pois como a mesma não chega no povoado inteiro algumas pessoas, especialmente jovens, ficam parados em um terreno mais elevado com seus celulares, em busca do sinal do 4G.

Ao bater nas portas de mais uma casa fui recebida de braços abertos por pessoas já acostumadas a receber pesquisadores, jornalistas e câmeras de TV. *"Vamos passar no Globo Repórter*[44]*"* alguns moradores relataram, *"até fiz comida para o Ismar Madeira*[45]*, ele almoçou aqui, na minha cozinha"*, se exibiu outro com orgulho. A conversa fluiu naturalmente ao longo de cafés, sucos, frutas colhidas no pé. Enquanto conversávamos, a artesã *Chuveirinho* tecia um abajur. Com uma destreza impressionante a peça tomava forma. Conversava olhando para mim enquanto mãos ágeis teciam. O cenário era belo e colorido pois várias flores secavam do tingimento no mesmo ambiente. Sempre simpática a artesã e seu marido contaram como o artesanato foi importante para melhorar a renda e ajudar na criação dos dois filhos – hoje moradores da sede de Diamantina. Afirmaram também que o tempo é dedicado basicamente ao trabalho, especialmente nos meses de novembro e dezembro e que precisam ter um bom estoque para atender todos os pedidos. Por isso a coleta tem que ser contínua pois cada espécie tem uma época certa de florescer. O descanso semanal fica por conta da televisão, visitas à parentes e do artesanato.

Outras conversas também bastante ricas aconteceram posteriormente durante as entrevistas focalizadas. Entre os direcionamentos dos assuntos busquei trabalhar a questão do tempo na visão dos coletores/artesãos, um pouco da impressão deles sobre o futuro dos trabalhos com as flores, a importância da introdução do artesanato enquanto opção de trabalho além da coleta e venda *in natura,* a relação com a comunidade, com a terra e com os outros moradores e o papel do artesanato na vida do povoado, tendo em vista que muitos moradores relataram que consideram o artesanato um momento de descanso e lazer.

Nesta direção as conversas com os moradores foram uma extensão das

[44]Programa de Televisão da Rede Globo.
[45]Ismar Madeira é um jornalista que apresenta noticiários locais, atuando pela Rede Globo Minas, geralmente conhecido no estado de Minas Gerais. Nota da autora.

observações de imersão, tão relevantes quanto elas. Permitiram realizar uma análise mais fidedigna dos fatos, que eu considerei como uma "tradução simultânea dos fatos". Quando estamos diante do universo do outro um "tradutor" pode auxiliar a assimilação das práticas com as quais não estamos acostumados. Sendo assim a imersão juntamente com as conversas informais e as entrevistas focalizadas constituíram instrumentos indispensáveis para execução do trabalho.

E foram muitas as conversas com os participantes da Associação e com os outros moradores do povoado. As entrevistas focalizadas, porém, foram realizadas apenas com artesãos indicados por membros da Associação, alguns pela idade, outros pelo cargo que desempenham na Associação e outros por serem chefes de grandes famílias que estão na Associação conforme explicado na metodologia.

O objetivo de conhecer um campo de coleta de flores me levou até uma casa distante cerca de dois quilômetros da sede do povoado[46], na estrada que liga a sede de Diamantina ao distrito de Conselheiro Mata passando por Galheiros. Nesta casa reside um casal que faz parte da Associação, a senhora, que será chamada pelo pseudônimo *Estrelinha*, coleta em um campo mais próximo, dentro de seu próprio terreno e alguns terrenos vizinhos e trabalha principalmente com o artesanato. O marido além de plantar sementes de Sempre-vivas, coleta as flores nativas e trabalha também com a compra e venda das mesmas. No primeiro dia de visita o trabalho de artesanato na casa estava em ritmo acelerado pois a senhora, de pseudônimo *Estrelinha*, estava de partida para uma feira em outro município na região. Iria representando a Associação. Enquanto escutava a programação da TV, a artesã produzia uma infinidade de peças, de imãs de geladeira até arranjos para casamento.

A artesã foi muito receptiva e logo tratou de apresentar seu trabalho. A conversa aconteceu ali mesmo, enquanto *Estrelinha* produzia. Nascida e criada em Galheiros teve ali também seus três filhos hoje adultos, residentes na sede de Diamantina e com outras ocupações. Contou que desde pequena trabalha com as flores, mas depois de casada buscou outras ocupações, como atendente de lanchonete e vendedora na sede de Diamantina. Depois de algum tempo percebeu que preferia o artesanato e continua há 20 anos envolvida com a confecção das peças com as flores. Trabalha principalmente sozinha, mas conta com a ajuda da filha caçula quando há grande demanda de pedidos para ajudar a mãe, mas sem interesse na renda, que é repassada à mãe. A artesã declara seu amor pelo trabalho com as flores apesar

[46]Não existe oficialmente uma sede no povoado. As casas são bastante espalhadas e, portanto, o local onde se concentra a Capela e os dois bares acaba sendo a região mais frequentada, assim tomei a liberdade de considerá-lo como a sede apenas para facilitar a localização do leitor.

da pouca renda que o mesmo proporciona. Sobre o tempo destinado ao trabalho e ao descanso a mesma afirma que a maior parte do tempo é dedicada ao trabalho, mas que o mesmo é sua grande alegria.

> *"O artesanato para mim, através das flores né, foi uma cura de depressão. É uma terapia. Eu trabalho porque é minha fonte de renda, mas também pelo prazer de trabalhar [...] O artesanato não me cansa, não me cansa... eu canso se eu ficar à toa.... Se eu ficar uma semana sem trabalhar com o artesanato aí eu já fico... "*
>
> *Artesã Estrelinha (out. 2018)*

Apesar de afirmar que a maior parte do tempo é apenas para trabalho a artesã é uma das que mais gosta de representar a Associação durante eventos fora da cidade, aproveitando o tempo que sobra para conhecer os lugares diferentes. Já chegou a representar a Associação na cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos.

Sobre o interesse dos jovens em dar continuidade ao trabalho com as Sempre-vivas a artesã informou que é difícil pois eles preferem ter a segurança de um emprego formal na sede. Mas que quando mais novos costumam ajudar

> *"Tem outras ocupações e artesanato, hoje jovem não olha muito para área de artesanato, é só a gente mesmo. [...] tem adolescentes que ajudam os pais, mas acho que não vão continuar.... No artesanato a renda é muito pouca. Não é aquela renda.... Ajuda demais nas despesas da casa, ajuda muito, mas...Agora de coletar eles coletam. "*
>
> *Artesã Estrelinha (out. 2018)*

O marido de *Estrelinha* chega logo em seguida. Ele estava no galpão onde guarda as flores já secas. Diz não ter se adaptado tanto ao artesanato e se dedica mais ao plantio das flores após a capacitação realizadas pela equipe da UFVMJ. É um dos poucos associados que afirma que realiza plantio de flores, destacando o passo a passo do processo, desde a preparação do solo e das sementes, o plantio, os cuidados com a plantação e a colheita. Possui um grande estoque de flores já secas que fornece para grandes empreendimentos da região, como floriculturas e funerárias. O coletor nos levou até o seu campo de plantio e apresentou cada uma das flores. Foi um momento muito interessante de contato direto com o trabalho do povoado.

Fotografia 11 – Campo de cultivo de Sempre-vivas



Fonte: Acervo pessoal, jan/19

Fotografia 12 – Campo nativo de Sempre-vivas



Fonte: Acervo pessoal, jan/19

Estrelinha nos levou para conhecer um campo de coleta de flores nativas que fica próximo à sua residência. O campo de coleta de flores nativas é bem maior que um campo de plantio e os cuidados devem ser redobrados especialmente com animais peçonhentos. Os mosquitos e o sol também incomodam, a vegetação característica possui poucas árvores e nenhuma sombra. A beleza e a paz do local, no entanto, encantam. É um local onde a coleta exige atenção. Após a capacitação e pelo bem da preservação das espécies os coletores estão sempre atentos ao que pode ou não ser coletado. *Estrelinha* mostra e explica diversas espécies

e percebo que o aspecto das flores antes do processo de secagem é bem diferente das flores prontas para o artesanato. Após coletar algumas flores, voltamos à casa.

A atual presidente da Associação, pseudônimo *Jazida*, também conversou comigo e explicou um pouco das especificidades da Associação. Informou hoje existem no povoado duas Associações: uma Associação do povoado, que conta com aproximadamente 60 pessoas e os representa diante da Prefeitura de Diamantina, auxiliando por exemplo com solicitação de auxílios para algum morador que esteja passando por dificuldades financeiras, como cesta básica ou transporte para algum doente; e outra a Associação de Artesãos Sempre-vivas que é a Associação criada após a intervenção da ONG Terra Brasilis e que além da ONG tem a parceria da Emater, do IEF/MG e incentivo da ONG Mãos de Minas e do SEBRAE/MG. A artesã informa que hoje quase não coleta as flores, trabalha mesmo no artesanato, mas não vende mais nas ruas. Além de artesã cuida de uma pequena criação para subsistência. Tem três filhos hoje adultos e residentes na sede de Diamantina. Um dos filhos, o caçula, cursa graduação em Ciências Biológicas na UFVJM, e geralmente passa os finais de semana no povoado não apenas para ver os pais e descansar como também para ajudar com o artesanato, atividade que gosta bastante, mas devido à baixa remuneração, pretende seguir carreira acadêmica. Os outros dois filhos trabalham no comércio da cidade. Mora com o marido que hoje não trabalha com Sempre-vivas, mas já trabalhou e expôs o motivo de não trabalhar mais: relatou que trabalhou com as flores *"na pior época"* quando os empresários japoneses dominavam a exploração e pagavam um valor muito baixo aos coletores. Um tempo depois algumas empresas de exploração faliram pela queda na qualidade e na quantidade de flores e o mesmo buscou outras alternativas para renda. A artesã pretende ficar no povoado pois cuida dos pais e tem com o local uma relação muito positiva.

Sobre o interesse dos jovens em trabalhar com as flores após toda essa capacitação e qualificação, explicou que na Associação de Artesãos não há a possibilidade de novas adesões pois na época da fundação da Associação todos os associados tiveram que arcar com um custo e ficaria difícil calcular o valor proporcional para que alguém possa entrar hoje. Portanto, caso o jovem pretenda trabalhar com as flores teria que trabalhar de forma autônoma, tendo um trabalho desgastante de ficar no sol para a colheita, preparar as flores, fazer as peças e posteriormente vender na rua... Além de pouco lucrativo, quem vende sozinho concorre diretamente com os produtos da Associação e para obter lucro teria que vender em outros municípios já que em Diamantina a Associação já vende em muitos locais. Assim os jovens preferem trabalhar no comércio na sede de Diamantina pois tem um salário

que mesmo baixo, geralmente um salário mínimo, é fixo, além de opções de estudar para conseguir empregos melhores.

Sobre a extinção das flores considera que a extração “desordenada” afetou a flores menos que mudanças climáticas. Justifica falando que os coletores/artesãos sempre cuidaram bem das flores, admite que em algumas épocas houve um excesso de extração e algumas vezes em período de reprodução das flores, mas acredita que as mudanças climáticas são essenciais para a redução do volume da produção.

> *Muita coisa de campo tá acabando mas num é devido a que tá panhando tudo não. É o tempo que tá mudando todo. [...] a gente panhava tanto que não aguentava levar, hoje a gente vai e acha pouco...Não tá chovendo tanto...tá caro e não tá dando.*
>
> *Artesã Jazida (jul.2018)*

A artesã afirma ainda que os coletores/artesãos já foram procurados por gestores das áreas de preservação para conhecer melhor as técnicas que eles utilizavam antes das áreas serem protegidas e que eles mesmo hoje aplicam muitas coisas que antes os coletores/artesãos faziam, como a queimada controlada, provavelmente por não terem obtido bons resultados apenas com as novas técnicas.

Perguntada sobre o destino do artesanato com as flores diante do pouco interesse dos jovens do povoado em continuar o trabalho a artesã é otimista. Afirma que os filhos do Galheiros vão para a cidade e trabalham por um longo período, quando envelhecem e se aposentam voltam para a tranquilidade do Galheiros e aí retomam o trabalho com as Sempre-vivas. É esse ciclo desde a época dos avós e dos pais: a beleza e tranquilidade do local acabam atraindo os filhos de volta.

> *“os filhos voltam, aqui tem uma água doce” ...*
>
> *Artesã Jazida (jul. 2018)*

Gosta de trabalhar com o artesanato no período da noite e também é proprietária do bar/mercearia que apesar de ficar fechado durante o dia fica disponível para atender os clientes que batem à porta. Produz artesanato com as flores apenas para as encomendas grandes, mas afirma que não tira férias. Sobre descanso e tempo livre ela conta que fica no povoado, cuida da mãe, resolve coisas em Diamantina. Já fez algumas viagens, mas apenas para cuidar da saúde quando não há tratamento nas cidades próximas ou para representar a Associação em feiras e eventos. Quando vai para as feiras tenta aproveitar as horas livres para

conhecer as cidades do entorno no tempo disponível. Foi assim que conheceu Porto de Galinhas, indo para uma feira em Recife. Considera estas viagens ao mesmo tempo cansativas e prazerosas. Infelizmente nos anos de 2017 e 2018 a Prefeitura não disponibilizou verbas para este tipo de viagem e, portanto, só puderam vender em municípios mais próximos.

Informou no povoado não há o hábito de se reunir. Geralmente as pessoas ficam nas suas casas, às vezes nas casas dos pais e dos filhos, comportamento comprovado nas visitas de campo. Aos finais de semana de missa geralmente se reúnem nos bares após a missa para tomar cerveja e jogar sinuca. Isso não impede que tenham um forte sentimento de comunidade

> *Aqui no Galheiros é assim, se uma pessoa chegar lá no comecinho do Galheiros falou de um, falou de todos. É todo mundo uma família. [...] Aqui é, nossa, olha pro cê vê, os troncos da gente é daqui. Não tem como falar, ah num gosto daqui, não tem não. [...] Nós somos originais daqui mesmo...*
>
> *Artesã Jazida (jul. 2018)*

Sente amor pelo lugar onde criou os três filhos e narra saudosa as aventuras de quando os mesmos ainda eram pequenos e andavam quilômetros a pé em busca de boas flores. Hoje quando precisa de alguma flor para encomenda costuma comprar de algum coletor ou, se for época de coleta desta espécie, espera o filho aos finais de semana que vai à campo de moto, colhe a quantidade necessária e retorna. Quando mais jovem gostava muito de ir para campo e das descobertas que estas idas proporcionavam pois ainda havia espécies para descobrir, considera que agora já conhecem todas. Sobre o artesanato afirma que gosta, mas que nem por isso deixa de ser algo cansativo

> *"fazer artesanato é muito bom, parece que a mente da gente cansa, o trem pra fazer a gente dormir [...] relaxa a mente, mas cansa. A mente tem que estar boa senão não sai coisa boa. A descoberta no artesanato também é cansativa, mas gratificante."*
>
> *Artesã Jazida (jul. 2018)*

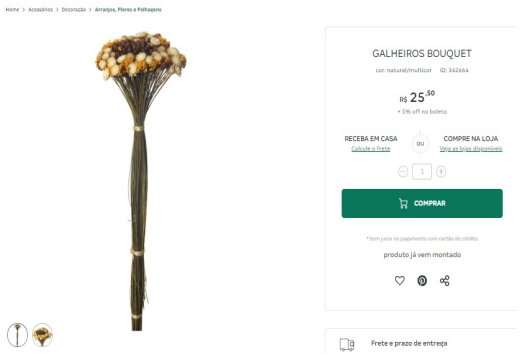
Informou que na Associação todos tem liberdade para criar novas peças, a partir do momento que a peça tem uma boa saída os criadores ensinam aos outros como fazê-la. Não há egoísmo ou exclusividade na peça muito pelo contrário, quanto mais peças bonitas e diferentes, maior a possibilidade de novas encomendas, assim todos fazem o possível para criar peças belas e diferentes.

Sobre as reuniões da Associação a informação foi a mesma dos outros associados. Não há reuniões periódicas apenas reuniões agendadas quando há necessidade, por exemplo,

de prestar contas ou de informar sobre uma nova encomenda. A maior encomenda fixa que a Associação tem é a da loja varejista que trimestralmente envia um pedido e paga a nota do pedido anterior. Como o pedido é variável as responsáveis pela Associação dividem as quantidades para os membros e repassam o pedido. Na data combinada todos entregam, geralmente se reunindo na sede da Associação apenas para embalar e etiquetar os pedidos. Sobre o pedido realizado trimestralmente pela loja varejista foi interessante perceber que mesmo alguns associados tendo acesso à internet (não no povoado, mas nos aparelhos de telefone quando vão à sede) nenhum dos associados com os quais conversei havia pesquisado o valor de revenda dos produtos na internet. Comparando as informações sobre o valor de venda do produto pela Associação e o valor de revenda pela varejista[47] percebemos que o lucro da empresa com os produtos é bastante significativo, chegando a superar os 200%. No site a empresa dá uma breve explicação sobre o produto, apresentando o Povoado e a Associação.

> Na comunidade de Galheiros, localizada na zona rural de Diamantina, em Minas Gerais, a Associação de Artesãos Sempre-viva ensina trabalhadores da região a coletarem flores nativas do cerrado através do manejo sustentável. Por meio deste trabalho incentiva artesãos a desenvolverem peças produzidas a partir de cerca de 40 espécies provenientes do local que ajudam no desenvolvimento e geram renda para a comunidade local. Valorize sua decoração com o melhor do artesanato brasileiro e deixe sua casa com muito mais estilo e personalidade! A [...] apoia esta iniciativa. Participe você também!

Figura 1 – Produto oriundo do Povoado do Galheiros sendo vendido no site de uma rede varejista.



Fonte:https://www.tokstok.com.br/bouquet-natural-multicor-galheiros/p?idsku=342664 acesso em 27/jan/2019

[47] O valor de venda informado pelos artesãos para o produto consultado foi de menos de R$10,00 (dez reais) dependendo da quantidade. No site da empresa o produto é vendido por R$25,50 (vinte e cinco reais e cinquenta centavos). Consulta realizada em 27/01/2019, disponível em https://www.tokstok.com.br/bouquet-natural-multicor-galheiros/p?idsku=342664

Por ser uma encomenda fixa esta parceria é considerada vantajosa pelos artesãos. Além disso, em meses como dezembro geralmente há pedidos maiores de produtos com maior valor de mercado, como Guirlandas e em menor intervalo de tempo.

Em mais uma casa agora conheci um casal onde ambos trabalham tanto na coleta quanto no artesanato. Trabalham juntos e falam do trabalho com muito orgulho. Os dois filhos do casal, já adultos, trabalham na sede. Um trabalha no comércio e outro possui um restaurante. Frequentam o Galheiros aos finais de semana.

Enquanto o coletor/artesão coloria muitas flores e montava pequenos arranjos a coletora/artesã de pseudônimo *Chuveirinho* tecia uma luminária. Era um dia de semana na parte da tarde e ambos trabalhavam na parte externa nos fundos da casa. Assim como já havia ouvido de outros Associados, o casal também informou que coletar é mais trabalhoso que o artesanato porque coletar exige conhecimento não apenas das flores como da forma de fazer a coleta (técnica), além de cuidado com os animais que podem aparecer durante a coleta, há o incômodo do sol forte e dos mosquitos. Além disso devem ter o cuidado de saber qual espécie pode e deve ser coletada em cada período. Conversamos um pouco sobre o plantio das Sempre-vivas e a importância da preservação e os mesmos disseram que não acreditam que a as flores estavam se extinguindo por causa deles, aliás, muito pelo contrário. Informaram que a coleta é uma tradição há muitos anos e que os coletores/artesãos já conhecem as plantas e as forma de preservação delas, inclusive defendem as queimadas controladas para aumentar a produção. Segundo eles a criação do Parque Nacional das Sempre-vivas no ano de 2002 foi mais prejudicial que vantajosa e se consideram agraciados por não terem sido atingidos pelo mesmo.

> *"eles não deixam panhar uma flor... para nós aqui Deus abençoou que o parque não atingiu...aonde é parque o pessoal tá lutando... ninguém quer sair da sua terra...agora vem o parque vem tirando todo mundo..."*
>
> *Artesã Chuveirinho*

Na região do Galheiros ainda é permitida a coleta de flores nativas apesar dos associados já terem passado por algumas capacitações a respeito do plantio e conservação das flores. Assim como outros associados informaram que o campo plantado como piloto pela UFVJM não é muito utilizado para coleta, sendo útil, no entanto como sementeira. Informaram que a UFVJM está sempre próxima, tentando auxiliar com muitos projetos e que há pouco também houve uma proximidade com a Universidade Estadual de Montes Claros que tem interesse em auxiliar para a criação de uma cooperativa entre os artesãos para facilitar

a comercialização tendo em vista que, com a mudança na legislação, não podem mais emitir notas fiscais através da Associação.

Informaram que tentam concentrar toda coleta de janeiro a setembro para que durante os meses de outubro e novembro possam se dedicar unicamente ao alto volume de produção. Mesmo assim muitas vezes precisam comprar flores de outros coletores/artesãos ou pegar emprestadas. Já sobre o artesanato consideram que apesar de ser possível ensinar tem que ter um certo dom. Enquanto conversa ia e café também uma bela luminária tomava forma em certos momentos até sem olhar. O trabalho é detalhado e minucioso: para cada luminária as flores devem ser contadas, cortadas, coladas, amarradas de uma forma que exige experiência. Enquanto trabalham atendem ao telefone, resolvem coisas pessoais, como agendar uma consulta médica, tomam café, conversam e contam casos. Tudo com muita harmonia.

Sobre a produção informam que produzem para as grandes encomendas, mas que também vendem na praça pela Associação e na Casa da Cultura e gostam de produzir bastante para sempre ter estoque pois já perderam vendas por não terem disponível determinada quantidade de um produto. Explicam que nem sempre é fácil conseguir locais para vender. Na Casa da Cultura, por exemplo, é necessário pagar uma mensalidade para expor os produtos, além de ter um desconto de 10 a 15% sobre cada venda. Há ainda uma limitação de quantidade para exposição já que o espaço é pequeno e são vários expositores. Assim como acontece nas feiras o valor repassado a cada artesão varia de acordo com a quantidade de produtos vendidos individualmente, contados através das etiquetas.

Na Praça em Diamantina a Associação expõe de quinta-feira à domingo e o movimento para compra é bastante intenso. Para obter sucesso nas vendas na Praça é necessário ter uma boa quantidade de produtos e variedade. Ainda assim os períodos de maior volume de vendas são as datas de grandes eventos como a Vesperata e os períodos de férias. Montar as bancas na Praça exige força nos braços e paciência para espalhar uma boa quantidade de peças no chão. A exposição de Sempre-vivas na praça juntamente com o tradicional Mercado Municipal torna-se um lindo ponto turístico.

Fotografia 13 – Turista posa junto à exposição de artesanato com Sempre-vivas em frente ao Mercado Municipal de Diamantina



Fonte: Acervo pessoal, jul/2018

Sobre a utilização do tempo para o trabalho e para o descanso também informaram que gostam muito do que fazem chegando a afirmar que o *"artesanato vira um vício, não conseguem ficar sem fazer."* Com bom humor cita o caso de uma outra amiga artesã que em conversa relatou

> *"Gente, eu tô doente e não sabia...não aguento mais ficar sem trabalhar...fui no médico, já fiz tratamento, o médico falou que é depressão... mas não aguento é ficar sem trabalhar...virou doença e não percebi..."*
>
> *Artesã Chuveirinho citando uma amiga (jul. 2018).*

Geralmente trabalham na coleta de segunda a sexta-feira na parte da manhã e dedicam a parte da tarde ao artesanato. Aos finais de semana gostam de ir para a praça da sede de Diamantina com a Associação para ajudar a vender, geralmente na parte da manhã. Dedicam o restante do sábado para arrumar a casa e do domingo, após às 16 horas, quando voltam da praça, descansam e vão à missa. Gostam de trabalhar por conta própria pois sentem que tem liberdade para viver de forma mais tranquila

> *"Trabalhar pros outros não é fácil não, ainda mais quem é acostumado a trabalhar livre, igual a gente, faz, trabalha a hora que quer, se quiser trabalhar muito trabalha, se não quiser faz pouco... quer passear um pouquinho... quem é acostumado não quer viver mandado pelos outros...Trabalhar por conta própria é a melhor coisa"*
>
> *Artesã Chuveirinho (jul.2018)*

Voltando um pouco mais para a rotina dos associados e a divisão do tempo social

a maioria informou que prefere *"panhar"* as Sempre-vivas na parte da manhã, de segunda a sexta-feira, e ao chegar após a *"panha"* é necessário colocar as flores para secar imediatamente. Depois disso geralmente almoçam, realizam pequenas tarefas domésticas e começam o artesanato com as flores que já estão secas. Muitos consideram este momento um momento de descanso pois a *"panha"* seria o momento mais difícil do trabalho e o artesanato o momento de ficar em frente à televisão ou ouvindo rádio enquanto produz. A maioria relatou um grande amor pelo trabalho e apesar do pouco retorno financeiro não se imaginam fazendo algo diferente.

Sobre os momentos de lazer foi observado que a maioria dos associados possui em casa os equipamentos de TV e som e dentre os 6 entrevistados todos possuíam estes dois equipamentos. Outros equipamentos foram citados pelos entrevistados como TV a cabo (um entrevistado) e o telefone celular (três entrevistados).

Todos os entrevistados se declararam responsáveis também pelas tarefas domésticas da casa. A maioria declarou ainda que deixa as tarefas mais pesadas da casa para o dia de sábado, dedicando o domingo ao "descanso" propriamente dito, como visitas à parentes e ida à missa. Apesar de declararem grande amor pelo trabalho e todas as suas vantagens, sentem falta de uma maior valorização, como declarou uma artesã

> *A gente tem que valorizar muito as flores, o artesanato porque é um trabalho árduo. Levanta de manhã, é sol, é correndo risco de cobra, de inseto...*
>
> *Artesã Estrelinha (jan.2019)*

Os dias passados no Galheiros e as observações foram necessárias para complementar a análise do papel do lazer como lente para a compreensão. Como afirma Ingold "nossa tarefa enquanto estudante não é realizar um balanço do conteúdo do mundo, mas seguir o que está acontecendo, rastreando as trilhas do devir" (2015, p. 41).

3.2 Festejando Nossa Senhora Aparecida – o tempo em movimento

Uma movimentação atípica toma conta do Povoado durante um final de semana do mês de outubro: É a festa de Nossa Senhora Aparecida, uma festa realizada pelo povoado desde *"quando a igreja foi construída, há uns 30 anos"* e que transforma e colore ainda mais o povoado. A festa é esperada o ano inteiro e preparada com todo empenho pelos moradores. Qualquer morador da comunidade pode se candidatar a organizador da festa e caso não haja

candidato ou haja mais de um, é realizado um sorteio. No último dia da festa já é realizada a escolha do festeiro do ano seguinte. Este morador fica responsável oficialmente pela organização e os outros contribuem como podem. Recebe o título de “festeiro”, e além de empenhar energia precisa realizar alguns investimentos financeiros para que a festa aconteça. Em contrapartida possui o direito de montar uma barraca na festa para vender bebidas e alimentos e além de arrecadar dinheiro para cobrir a despesa com a festa, pode auferir lucro. Também é o festeiro que fica responsável por autorizar a instalação de barracas de outros comerciantes externos ao povoado na festa. Assim podem cobrar uma taxa que também contribui com as despesas da festa.

No ano de 2017 a festeira foi *Dona Margarida* uma senhora que, apesar de residir no povoado não possui relação direta com as flores Sempre-vivas. Esta senhora é professora e foi a primeira pessoa a me receber e a presentar o povoado quando chequei pela primeira vez. Por este motivo criamos uma boa relação e pude acompanhar de perto todos os preparativos para festa. Ela disse que foi a única candidata deste ano e por isso nem houve a necessidade de sorteio. Me senti lisonjeada em ter sido convidada para participar da festa desde minha primeira visita ao povoado e por este motivo fiz questão de participar deste momento tão especial. Acompanhei com ela os preparativos e a toda a festa, imersa em um momento totalmente diferente da rotina do povoado.

A festa é um momento de grande emoção tendo em vista a energia que envolve o momento. Dura três dias – a sexta-feira, o sábado e o domingo – próximos ao dia 12 de outubro, data oficial da comemoração da santa católica. A data é definida também pela presença do padre no Povoado. Não há como ter a festa sem a missa então os moradores aguardam a agenda do padre e então marcam a data a festa. Além da missa a festa possui diversos eventos como sorteio de rifas, shows e a famosa cavalgada com direito a uniforme personalizado.

Dona Margarida afirma que os participantes da festa são em maior parte os moradores do povoado e suas famílias, parentes que já não moram mais no povoado e seus convidados. “*Não há muita divulgação em outros lugares, é mais quem já sabe”*. A maioria das pessoas da festa se instala na casa dos parentes ou em suas próprias casas que habitualmente ficam vazias.

Na sexta-feira à noite, primeiro dia da festa, é realizada uma missa que abre o evento e logo após a missa é realizado um show. Há uma movimentação no povoado principalmente da chegada dos participantes, mas o assunto preferido é a cavalgada do dia

seguinte. Em todos os cantos grupos combinam como será. Como muitos cavalos são alugados os moradores combinam os horários de saída para Diamantina. Há um ônibus que vai levar parte das pessoas. Outras vão de carona com os carros de apoio. A missa atrai os moradores para a pequena capela que fica lotada. Após a missa o show no palco montado em frente à Igreja também movimenta e dá ritmo ao um lugar habitualmente silencioso. O consumo de bebida alcoólica é alto e chegam alguns carros com som no porta malas. Um grupo de pessoas mais jovens prefere ficar próximo a esses carros, como se em "outro ambiente" da festa mesmo que haja explícito no cartaz/convite da festa um pedido para evitar o som automotivo. Por volta das 23h a banda encerra o som e há um esvaziamento do local. Os carros continuam tocando e os participantes desta parte da festa continuam dançado e consumindo bebidas alcoólicas. Eu também me recolho por orientação de Dona *Margarida*. No outro dia os preparativos vão começar cedo e devemos estar descansados.

O segundo dia da festa é o dia mais esperado. Desde cedo já é possível observar a movimentação nas ruas, com destaque para as mulheres que no intuito de se embelezar adiantam a preparação dos cabelos e unhas e outras que desde bem cedo começam a preparar a grande quantidade de comida que será servida aos cavaleiros e aos participantes da festa. Esta preparação é realizada no prédio onde funcionava a escola do povoado. O prédio ainda preserva o fogão industrial e algumas panelas e a festeira leva o gás. Logo cedo já começam a picar as carnes e verduras para preparação do jantar que também é consumido em outros horários à medida que as pessoas vão chegando. Por volta de 08h começa o deslocamento para Diamantina para início da cavalgada. Minha guia e festeira do ano é uma das mais animadas para a cavalgada e relata que participa todo ano. Há previsão de percorrer o itinerário entre Diamantina e Galheiros até o final da tarde e a recepção aos cavaleiros está marcada para às 16 horas. Paralela a esta organização há a limpeza da capela, a montagem do show pirotécnico por uma empresa contratada, a organização do local onde será erguido o mastro pelos próprios moradores e uma revisão do palco onde será o show. O movimento é contínuo e todos colaboram como podem.

Durante a cavalgada os cavaleiros descontraídos têm apoio de alguns carros para alimentação e bebida e há alguns carros que oferecem também bebida alcoólica, bastante consumida. Há paradas estratégicas ao longo da estrada de terra e antes da chegada há uma parada mais longa em um pequeno bar, já em Galheiros.

Às 16 horas não há sequer sinal de chegada dos cavaleiros. A alimentação já está pronta e as mulheres que prepararam os alimentos voltam para suas casas para se produzir.

Outras que já estão prontas para a festa ficam responsáveis por vigiar a cozinha. Por volta de 17h40 apontam os primeiros cavaleiros e há uma grande comemoração. Os cavaleiros chegam bastante cansados e alguns um tanto quanto alcoolizados o que torna esta chegada um pouco perigosa para as pessoas que aguardam o início da festa no povoado. Os participantes, já acostumados com esta situação, orientam para que todos se afastem da chegada pois os cavalos podem não estar totalmente sob o controle dos cavaleiros podendo ocasionar acidentes. A alegria é geral e inicia-se oficialmente a festa no dia de sábado. O prato principal do jantar é oferecido pela festeira, de forma gratuita. Arroz com costela de boi e vaca atolada que todos comem com muita vontade. Também sou incluída na lista do jantar e para não fazer "desfeita" como a própria festeira diz, saboreio os pratos típicos. Após a alimentação há um momento de descanso e as pessoas se acomodam como podem enquanto aguardam o início da missa.

O momento de maior concentração é missa. A capela fica cheia e todos agradecem e reafirmam a fé católica. A emoção fica por conta do levantamento do mastro seguido pelo show pirotécnico. Alguns aproveitam este momento para gritar frases como *"viva Nossa Senhora Aparecida!!!"*. É um momento de muita emoção e devoção.

Algum tempo depois da celebração tem início o show musical em um pequeno palco montado próximo à barraca principal da festa. As barracas começam a ter mais movimento, há um aumento no consumo de bebidas e novamente carros com equipamentos de som modernos se utilizam da música alta que as vezes chega a se confundir com a do palco. Assim como no dia anterior os grupos de dividem por faixa etária e assim que a banda encerra há um esvaziamento do local, permanecendo os jovens.

No domingo o povoado já não se levanta tão cedo. Fico sabendo por *Margarida* que algumas pessoas ficaram até de madrugada na festa. Algumas mulheres se organizam para iniciar os preparativos para o almoço. Após o almoço haverá uma missa de encerramento na parte da tarde. Os equipamentos já começam a ser desmontados e mesmo pela manhã já há o movimento de retorno às cidades de origem. O povoado fica movimentado ao longo de todo o dia. Os proprietários das residências usadas apenas como casa de fim de semana terminam a limpeza detalhada e fecham suas casas. O resíduo acumulado pela festa é colocado em cantos próximos às casas para posteriormente ser queimado já que no povoado não há coleta de resíduos pela prefeitura. Há um clima de despedida de parentes que voltarão apenas na festa do próximo ano. Na segunda-feira o povoado volta à rotina.

Para Magnani (2007, p.1) "o estudo das festas não apenas é um recorte obrigatório

como ademais constitui sempre uma via de acesso privilegiada para o entendimento das regras que estão na base de redes de sociabilidade". O autor entende as festas ainda como um momento onde, entre outras coisas, é possível a troca, o encontro das diferenças, o afloramento de atritos e corrobora com Canclini que pontua que por meio da festa

> é possível compreender o que há de transgressão, de reinvenção do cotidiano, o que transcende o controle social e se abre para o florescimento do desejo. A preponderância da resignação ou da emergência dos desejos depende das relações entre as forças repressivas e expressivas de cada sociedade (CANCLINI, 1983).

A festa é uma festa Católica, que homenageia Nossa Senhora Aparecida, padroeira do povoado, segundo os moradores. Não tem relação direta com as flores Sempre-vivas, mas tem uma enorme importância pois marca o único grande encontro da comunidade e seus membros ao longo do ano. Além disso a preparação da festa envolve muitas pessoas do povoado, tornando-se um momento descontraído de socialização. Abre ainda o povoado, considerado "isolado" por alguns moradores, para pessoas de outros povoados, distritos e municípios, propiciando um momento de troca e de celebração com o diverso. Questionados sobre porque na festa não há nenhuma barraca com exposição e venda de Sempre-vivas alguns moradores responderam que *"não venderia, o pessoal aqui da região já tem muitas e não compra"*. Outros apenas disseram que ninguém se disporia a vender as flores na festa já que todos estão em um momento de descontração e lazer.

Na festa de Nossa Senhora Aparecida do povoado do Galheiros o sagrado é celebrado em conjunto com as músicas variadas tocadas pela banda (inclusive algumas de cunho sexual que poderiam até ser consideradas profanas), o consumo do álcool, as coreografias atuais, os encontros e reencontros, as paqueras, a roupa impecável, a comida típica, a cavalgada. Para Amaral (1998) este é um fato recorrente nas celebrações brasileiras já que

> no Brasil, as relações entre ritual e comportamento comunicativo são estreitas, tendo as festas, em geral, as duas finalidades. A grande maioria delas permanece sendo de caráter religioso, embora também mantenham aspectos bastante secularizados, que chegam a criar conflitos com a Igreja, pois muitas vezes a participação popular se dá mais pelo aspecto turístico, do divertimento e alegria, do que pelo aspecto religioso propriamente dito do evento. (AMARAL, 1998, p. 36)

Considerando o lazer como uma dimensão da cultura a partir da inter-relação entre tempo, espaço lugar, manifestações culturais e ações, podemos considerar a Festa de Nossa Senhora Aparecida como um fenômeno de lazer, onde acontece a vivência de uma manifestação da cultura do povoado. Características predominantes de festas urbanas como

equipamentos modernos de som se misturam a ruralidade da cavalgada o que, para Magnani, não é um indicativo de perda da tradicionalidade da festa pois “mais relevante que lamentar a perda de uma suposta autenticidade é tentar analisar as crenças, costumes, festas, valores e formas de entretenimento na forma em que se apresentam hoje, pois a cultura, mais que uma soma de produtos, é o processo de sua constante recriação, num espaço socialmente determinado" (2003, p. 26).

Observando a Festa de Nossa Senhora Aparecida do povoado do Galheiros percebemos a importância do evento para os participantes e organizadores. Além do Festeiro, diversos moradores colaboram na preparação da festa ao longo do ano. Nos dias da festa há um pleno envolvimento de todo o povoado, seja cavalgando, preparando alimentação, assistindo às missas ou aos shows ou apenas conversando com outros moradores, ninguém quer ficar em casa, em movimento oposto ao habitual no povoado, transformando o momento em uma grande confraternização e alterando o ritmo e a dinâmica do povoado. É nítida também a produção pessoal impecável para o evento: todos se arrumam, vestem as melhores roupas e há um trabalho colaborativo entre as mulheres que auxiliam umas às outras com os cabelos, unhas e maquiagem. A presença dos ex-moradores do povoado é outro ponto de destaque pois os reencontros são repletos de saudades e novidades. A festa é enfim o momento do encontro. Extrapola a comemoração católica se transformando também em um momento de troca, de criar e recriar de contar de histórias. A festa é, enfim, uma reafirmação anual da identidade daquele povoado familiar. A única reafirmação desta identidade que não está relacionada diretamente ao trabalho.

Fotografia 14 – Cartaz da Festa de Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Acervo pessoal, out/2017

Fotografia 15 – Brincadeiras consideradas perigosas na chegada ao povoado após a cavalgada



Fonte: Acervo pessoal, out/2017

Fotografia 16 – Chegada dos cavaleiros



Fonte: Acervo pessoal, out/2017

Fotografia 17 – Chegada dos Cavaleiros



Fonte: Acervo pessoal, out/2017

3.3 Um povoado sempre vivo?

Galheiros é um povoado jovem – aproximadamente 100 anos de existência – especialmente quando comparado ao povoamento da região na qual está inserido. Diamantina viveu os ciclos do ouro e do diamante e possui mais de 300 anos de histórias para contar.

Apesar de recente a história do povoado é bastante rica e já passou por muitas etapas: momentos de plena coleta de flores e boa renda se intercalam com momentos de exploração dos trabalhadores e crises econômicas. Mais recentemente, após as intervenções, tem havido tentativas mais efetivas de legitimar o povoado, a região e sua cultura.

Em 2006 um projeto de extensão das Ciências Agrárias da UFVJM financiado pelo CNPQ, pela EMATER e pelo Iphan buscou estimular o associativismo no povoado para através dele preservar as espécies com manejo correto das flores melhorar a renda e incentivar o trabalho familiar no povoado. Foram realizados diagnósticos e cursos, como de empreendedorismo e de técnicas de artesanato, sempre tentando integrar as atividades econômicas da região com a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida.

No ano de 2010, quando da implantação do Mosaico do Espinhaço[48] mesmo não estando próximo a nenhuma das áreas diretamente atingidas pelo Mosaico, um representante da Associação de Artesãos Sempre-viva foi convidado a participar do Conselho Consultivo do Mosaico, dada vista a importância social do povoado. Juntamente com o representante do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável de Couto de Magalhães de Minas, Galheiros foi a representação social das comunidades rurais dentre os 33 representantes. Existem outros povoados e comunidades bastante próximos de UCs diretamente atingidos, por exemplo, pelo Parque Nacional das Sempre-vivas, no entanto a organização política da Associação de Artesãos Sempre-viva do Galheiros faz com que eles possuam maior facilidade de representação nestes casos.

Em maio de 2016 a comunidade foi homenageada na 17ª Feira de Artesanato do Vale do Jequitinhonha na UFMG [49] ocorrida em Belo Horizonte, MG, na pessoa da

[48]O Mosaico de UC's é uma ferramenta de gestão integrada, com forma e objetivos previstos pela Lei Federal nº 9985/00 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC): "Art. 26. Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional."

[49]https://ufmg.br/comunicacao/publicacoes/boletim/edicao/uma-nova-graduacao/porto-seguro-de-uma-tradicao consulta em 04.03.19

apanhadora de Sempre-vivas Maria Vieira de Araújo Borges, mais conhecida como Dona Lia de 86 anos. O prêmio de “mestra do artesanato do Vale do Jequitinhonha” dá visibilidade ao trabalho dos artesãos além de estimular a continuidade do mesmo.

Em 2018 o governo do estado de Minas Gerais em conjunto com a Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas da Serra do Espinhaço de Minas Gerais (Codecex), prefeituras e universidades criou o GPT – Sempre-vivas. O grupo, composto por membros da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário do Estado de Minas Gerais, da Secretaria de Estado Extraordinária de Desenvolvimento Integrado e Fóruns Regionais (Seedif), da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (Sedpac), da Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater–MG) e do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha) que tem como objetivo apoiar permanentemente os apanhadores de Sempre-vivas, contribuindo para o fortalecimento e desenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais, garantindo os direitos destes povos.

O grupo foi fundamental ainda na elaboração da proposta de candidatura[50] do sistema agrícola tradicional dos apanhadores de flores Sempre-vivas de Minas Gerais da Serra do Espinhaço mineira ao programa de reconhecimento de Sistema Importante do Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM), da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO-ONU). O SIPAM foi criado em 2002 com o objetivo de preservar patrimônios agrícolas mundiais que combinam a biodiversidade agrícola com valioso patrimônio cultural e ecossistemas resistentes e ainda não reconhece, nenhum sistema agrícola brasileiro (referendar) internet.

A candidatura – primeira candidatura brasileira – ao selo de Patrimônio Mundial foi oficializada no dia 21 de junho de 2018 durante o I Festival dos Apanhadores e Apanhadoras de Flores Sempre-vivas ocorrido em Diamantina nos dias 21 e 22 de junho de 2018, promovido pela Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas da Serra do Espinhaço de Minas Gerais em parceria com o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, a Articulação Rosalino Gomes de Comunidades Tradicionais e a Comissão Estadual para o Desenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais.

O festival reuniu aproximadamente 300 apanhadores de flores Sempre-vivas e além de contar a história das comunidades através documentos, fotos e de um filme lançado

[50] Diário oficial do Estado de Minas Gerais 21 de junho de 2018. - Noticiado em http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/1142103/

no ano de 2015 entregou à FAO/ONU um plano de conservação do sistema agrícola mantido pelas famílias. Apesar de voltado principalmente para os coletores de Sempre-vivas atingidos diretamente pelo Parque Nacional, o povoado do Galheiros certamente seria beneficiado com esse reconhecimento pois fortaleceria sua tradição. O processo encontra-se em tramitação e a previsão é de que recebam uma resposta da ONU até o mês de julho de 2019. É importante notar a articulação do povoado e perceber, como pontua Cunha

> [...] que a situação mudou, e com ela a validade dos antigos paradigmas. As populações tradicionais não estão mais fora da economia central, nem mais simplesmente na periferia do sistema mundial. As populações tradicionais e suas organizações não tratam apenas com fazendeiros, madeireiros, garimpeiros. Elas tornaram-se parceiras de instituições centrais como as Nações Unidas, o Banco Mundial e as poderosas ONGs do "Primeiro Mundo". (CUNHA, 2009, p. 289).

Se o povoado ainda vai sobreviver muitos anos com suas tradições não se pode prever. Pensando politicamente no povoado concluímos que é necessário reconhecimento e principalmente investimentos em políticas públicas para que a permanência no local seja atraente, especialmente aos mais jovens. Estas políticas públicas deverão dar sustento para que os sujeitos se garantam enquanto coletores de Sempre-vivas e se assim se reconheçam, passando pela experiência cultural da constituição dos vínculos comunitários, mas também há a necessidade de reforçar diariamente, dentro do mundo fragmentado, do reconhecimento a partir do "moderno": A sobrevivência do povoado depende do reconhecimento interno – pelos membros, que reconhecem a importância de viver com o outro, de estar com o outro e de ser com o outro – e um reconhecimento externo – partindo de quem, apesar de não estar dentro do povoado, entende que o mesmo é relevante em sua existência, com a redução do pensamento moderno abissal que divide a realidade do mundo em apenas dois lados sendo um existente "moderno" e o outro inexistente "ultrapassado" e irrelevante (SANTOS, 2010).

Trazendo a empiria de Boaventura Santos, no entanto, constatamos que o povoado estará sempre vivo enquanto for capaz de produzir a si mesmo e que este estar vivo extrapola a relação biológica do indivíduo, relaciona-se com o passado e com o futuro em uma dimensão simbólica, ou seja "a tradição é a auto-inteligibilidade do passado no presente; uma inteligibilidade ou estado de existência em constante evolução e mudança" ou "um conjunto de práticas interiorizadas" (SANTOS, B., 2010, p. 303). A tradição do povoado do Galheiros está especialmente ligada ao *homo faber* mas também pode ser percebida na festa.

E talvez esse seja um dos maiores desafios aos estudos do lazer dentro do modo de vida rural: contribuir para a compreensão da dinâmica de povos que muitas vezes tem sua

identidade tradicional ligada à subsistência, identificar as necessidades e posteriormente apoiar intervenções e investimentos capazes de legitimar este modo de vida a partir da valorização das memórias, das histórias e das experiências culturais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se iniciou com o desafio de compreender o lazer em um ambiente diferente do ambiente urbano, partindo dos estudos recentes a respeito do fenômeno do lazer e do olhar etnográfico. Para isso foi necessário perceber o lazer como uma dimensão da cultura, "concebido enquanto uma produção cultural humana, o lazer constitui relações dialógicas com a educação, com o trabalho, com a política, com a economia, com a linguagem e com a arte, entre outras dimensões da vida social, sendo parte integrante e constitutiva de cada coletividade" (GOMES, 2014, p. 12) e a partir de então desdobrá-lo em diversos outros entendimentos e percebe-lo em nosso ambiente de estudo. Partindo de um breve estudo histórico a respeito do conceito de lazer percebemos que os estudos do lazer fora do ambiente urbano são ainda incipientes, mas que há interesse nesta forma de abordagem do lazer como "parte integrante da vida cotidiana das pessoas" (MAGNANI, 2003, p. 18). Como parte integrante o lazer adquire uma importância fundamental na constituição dos sujeitos, na preservação da cultura, na consolidação das identidades e na promoção da alteridade, principalmente no caso de grupos muitas vezes socialmente excluídos.

Assim, quando optamos por compreender os estudos do lazer em um ambiente de estudos não habitual para o tema, um povoado considerado tradicional e rural no estado de Minas Gerais, é necessário fundamentar a escolha. Tratamos de definir o rural, a partir de suas especificidades e características pautados principalmente no objetivo de extrapolar a habitual dicotomia encontrada entre urbano e rural. A partir da legislação brasileira, que trouxe luz à discussão, mas não conseguiu romper com a dicotomia conceitual, iniciamos a diferenciação entre urbano e rural com a utilização principalmente de parâmetros físicos como população e atividades econômicas. Assim um caminho mais adequado ao objetivo foi utilizar os estudos da geografia para aproximar do ambiente de trabalho, na certeza de que havia fatores sociais que influenciariam diretamente os ambientes e de que as diferenças e semelhanças entre os mesmos extrapolariam parâmetros somente objetivos. A partir de então consideramos urbano e rural como ambientes complementares, partindo de Santos (1993, p.9) que pontuou que "mais que uma divisão rural-urbano" temos um Brasil urbano "incluindo áreas agrícolas" e um Brasil agrícola "incluindo áreas urbanas". Conscientes de que se tratava de ambientes complementares, buscamos compreendê-los a partir de um outro indicador e concluímos que uma diferença fundamental na constituição dos sujeitos no modo de vida urbano e no modo de vida rural e que se fez muito presente ao longo de todo o trabalho foi a temporalidade. A

partir da temporalidade então compreendemos que mais que “ambiente urbano” e “ambiente rural” estávamos diante de modos de vida: o modo de vida urbano e o modo de vida rural. O modo de vida urbano partiria do tempo fragmentado do efêmero, enquanto o modo de vida rural parte de marcações de tempo diferentes, muitas vezes naturais, que ordenam a vida da população de forma bastante específica. Atestamos também que essas marcações do tempo têm sido, em muitos lugares, pressionadas à mudança, buscando a homogeneização dos ambientes e das culturas e que elas são bastante importantes para materializar a empiria presente no modo de vida rural.

Realizamos então a relação entre o lazer e o rural, partindo da concepção do lazer como uma necessidade humana, “constituída na articulação de três elementos fundamentais: a ludicidade, as manifestações culturais e o tempo/espaço social” (GOMES, 2014, p. 3), concluindo que o fenômeno é encontrado no modo de vida rural pois tanto a ludicidade quanto as manifestações culturais e o tempo/espaço sociais fazem parte da diversidade inerente à nossa condição enquanto sujeitos sociais, e assim, não importa o modo de vida pois estas características estão presentes em todos eles das mais diferentes formas, construindo o que chamamos de cultura, ou melhor culturas, e com elas as identidades. O lazer foi percebido como indispensável para a construção dessas culturas e identidades pois é uma prática social complexa. O que acontece é que, como pontua Gomes (2014)

> nos contextos minoritários, em especial, nem sempre há uma palavra similar ao termo “lazer”, portanto encarregada de nomear as práticas sociais que são vividas, localmente, como possibilidades de desfrute sociocultural cotidiano. Mas, reconhecer o lazer unicamente por meio da existência de uma palavra ou de um conceito seria um encaminhamento restrito e insuficiente quando se considera o desafio de problematizá-lo e compreendê-lo de modo situado, isto é, levando em conta algumas das peculiaridades históricas, culturais, sociais, políticas, éticas e estéticas, entre outras, que expressam diversidades e singularidades locais. (GOMES, 2014, p. 9)

Sem pretender definir o conceito de cultura, transitamos pelo histórico de seus estudos, partindo dos conceitos antropológicos que aproximam a cultura de um fenômeno dinâmico, controlador de comportamentos, público e influenciado pelo meio. Seu estudo é de vital importância para as alteridades e para romper com preconceitos sociais. Mais adiante relacionamos as especificidades da cultura com o modo de vida rural, atentando para as dificuldades na manutenção de características empíricas diante da pressão da modernidade que fragmenta os sujeitos (HALL, 2006). Recorremos à Canclini (1997) para analisar a hibridação das culturas e as possibilidades de convivência harmônica entre diferentes modos de vidas, desde que não haja imposição de um sobre o outro.

Ainda sobre o modo de vida rural, pesquisamos um modo de vida ainda mais particular, o tradicional, que pela própria legislação nacional possui características específicas como relação com a terra e transmissão geracional de conhecimentos. A pesquisa foi ancorada em autores como Cunha e a Laplantine e apreendeu as tradições como um tipo de cultura aprendido de forma situada, através da participação inicialmente periférica como pontuam Lave e Wenger (1991). Esta aprendizagem não pode ser dissociada da prática social, fazendo parte desta dimensão da cultura que caracteriza o lazer. Além da aprendizagem situada o saber científico pode ser uma ferramenta para aperfeiçoar técnicas e melhorar a qualidade de vida de algumas populações, porém, como pontua Cunha (2009), não se deve sobrepor ou desconsiderar o conhecimento empírico destas populações para introduzir o saber científico e sim buscar um equilíbrio e um trabalho conjunto, o que apresenta resultados satisfatórios.

Compreendido o rural enquanto modo de vida, o lazer enquanto dimensão da cultura e as especificidades da cultura e da identidade passamos à transposição dos resultados para as comunidades tradicionais e mais especificamente à comunidade do Galheiros.

Relacionamos a legislação referente a essas comunidades no Brasil desde suas origens e justificamos a utilização do termo “comunidade tradicional” durante o trabalho, atentando para o fato de que o termo surge de uma necessidade de delimitação física voltada primeiramente para a questão ambiental de exploração de terras e posteriormente, diante da demanda, para a preservação cultural. O Brasil ainda está em processo de demarcação das terras pertencentes às comunidades tradicionais em estágio levemente adiantado no que diz respeito a terras indígenas e quilombolas. A elaboração de legislação específica referente às Comunidades Tradicionais, não apenas no Brasil como em todo mundo, foi impulsionada pelo reconhecimento da importância dessas comunidades pincipalmente com relação à biodiversidade dos espaços que ocupam.

As ciências sociais, com destaque para a Antropologia, há anos se dedicam a estudar essas comunidades e possuem abordagem muitas vezes mais abrangentes que a própria legislação, tratando dos aspectos específicos da tradição. Em consenso com a legislação está a importância da comunidade se reconhecer e se declarar tradicional, ponto importante para o trabalho do lazer considerando-se que quanto mais a comunidade se sentir valorizada, mais se apropria da sua identidade e se orgulha em se declarar uma comunidade tradicional.

No Galheiros trouxemos os conhecimentos da pesquisa teórica a partir da etnografia com imersão no modo de vida do povoado. O povoado, que faz parte de um distrito

do município de Diamantina, MG, apresentou diversas características que permitem que seu modo de vida seja caracterizado como rural. A temporalidade é uma das características mais marcantes, considerando que a base da economia do povoado é a coleta de flores Sempre-vivas. Verificamos clara marcação do tempo na coleta das flores de espécies diferentes em cada período do ano. Além desta temporalidade existe o tempo da secagem das flores, da produção da mercadoria, da venda, que imprimem o ritmo da economia do povoado. Na produção a partir das flores percebemos um tempo não marcado através de fragmentos, mas um tempo contínuo, não cronometrado, vivenciado. É dentro desta temporalidade do trabalho que se constitui também a identidade dos coletores de Sempre-vivas do Galheiros.

Verificamos também as caraterísticas da modernidade já presentes no povoado. A proximidade com a sede do município e as novas relações de trabalho estabelecidas principalmente entre os jovens do povoado e a sede apontam novas direções aos moradores. Na alimentação, na tecnologia – especialmente nos telefones celulares – percebemos que apesar de manter aspectos tradicionais o povoado já se encontra inserido na lógica da modernidade, da hibridação cultural, da fragmentação do sujeito.

E é neste aspecto que os estudos do lazer podem contribuir de forma significativa. Sem imposições para não correr o risco de se tornar justamente o sujeito da aculturação (GOMES *et al.*, 2016) o lazer pode contribuir para o conhecimento das práticas cotidianas e seus efeitos transformadores. Necessário é que o lazer se permita descortinar novos horizontes e ampliar seus objetos de pesquisa para que, em breve, seja efetivamente utilizado na construção de sociedades múltiplas, diversas e seguras em suas alteridades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antônio Bettinez; GUTIERREZ, Gustavo Luis. Subsídios teóricos do conceito cultura para entender o lazer e suas políticas públicas. **Conexões: Educação Física, Esporte e Saúde,** v. 2, n. 1, p. 48-63, 22 nov. 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8637910>. Acesso em: 20 jan. 2019.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombos, terras indígenas, 'babaçuais livres', 'castanhais do povo', faxinais e fundos de pastos:** terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: UFAM, 2008. 184 p. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Livro_TERRAS_DE_FAXINAIS.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2019.

ALVES, Rafael Júnio Andrade. **Lazer e Ruralidades:** as práticas e representações sociais de lazer no meio rural de Presidente Bernardes - MG. 2009. 223 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2009. Disponível em: < http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/4118>. Acesso em: 19 jan. 2019.

AMARAL, Rita de Cássia de Mello Peixoto. **Festa à Brasileiras:** significados do festejar, no país que "não é sério". 1998. 380 p. Tese (doutorado em antropologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998. Disponível em: < http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-21102004-134208/publico/tesecapa1.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2019.

BARRETO FILHO, Henyo Trindade. **Populações tradicionais:** introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade. C. Adams, R.S.S. Murrieta, and W.A. Neves (eds.). São Paulo: Annablume, 1996, p. 109-144. Disponível em: <http://www.academia.edu/9957395/populações_tradicionais_introdução_a_crítica_da_ecologia_política_de_uma_noção>. Acesso em: 21 abr. 2019.

BARRETO FILHO, Henyo Trindade. **Populações tradicionais ou grupo sociais residentes alternativas conceituais**. 1999. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/populacoes-tradicionais-ou-pessoas-e-grupos-sociais-residentes-alternativas>. Acesso em: 21 abr. 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade:** a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 141 p.

BHABHA, Homi K. *et al.* **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. 395 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 07 fev. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 12 out. 2018.

BRASIL. **Decreto n°8.750**, de 09 de maio de 2016 Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8750.htm>. Acesso em 12 de jan. de 2019.

BRASIL, **Decreto legislativo nº 2**, de 1994, ratifica a Convenção Sobre Diversidade Biológica-CDB. Disponível em <http://www.mma.gov.br/informma/item/7513-conven%C3%A7%C3%A3o-sobre-diversidade-biol%C3%B3gica-cdb> . Acesso em 12 de jan. de 2019

CAMARGO, Luiz Octávio Lima. O legado de Joffre Dumazedier: reflexões em memória do centenário de seu nascimento. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v. 3, n.1, p. 142-166, jan./ abr. 2016. Disponível em < https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/519/352>. Acesso em: 21 abr. 2019.

CÂMPERA, Luiza Maria Fonseca. **De coletores a artesãos:** a regularização da atividade tradicional de coleta de flores em Galheiros, MG. 2011. 65 p. Monografia. (Graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG. Belo Horizonte. 2011.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas hibridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1997. 385p.

CANCLINI, Néstor García. Políticas culturales y crisis de desarrollo**:** un balance latinoamericano. In: CANCLINI, Néstor Garcia(org). **Políticas culturales en América Latina**. México: Editorial Grijalbo, 1987. p. 13-59. Disponível em: < https://antroporecursos.files.wordpress.com/2009/03/garcia-canclini-n-bruner-j-j-y-otros-1987-politicas-culturales-en-america-latina.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2018.

CANCLINI, Néstor García. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense,

1983. 149 p.

CARRARA, Ângelo Alves. Desvendando a riqueza na terra dos diamantes. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 41, p. 40-59, jul./ dez. 2005. Disponível em: <https://goo.gl/MaQEgV>. Acesso em: 23 set. 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A questão da cidade e do campo: teorias e política. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, n. 5, p. 7–13, ago. 2004. Disponível em < http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/132/102 >. Acesso em: 01 abr. 2019.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano:** novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007, 123 p. Disponível em: <http://www.gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/Espaco_urbano.pdf > . Acesso em: 27 abr. 2019.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011. 157 p.

CONVENÇÃO n. 169 da OIT e os Estados Nacionais. Brasília: ESMPU, 2015. 344p

CORRÊA, Rafaele Bogatzky Ribeiro. **O processo de formação de uma nova centralidade urbana em Diamantina:** o caso do distrito de Guinda. 2012. 129 p. (Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012. Disponível em: < http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/2188 >. Acesso em: 21 dez. 2018.

COSTA, K. T. O. ; SOARES, K. C. P. C. ; DEBORTOLI, J. A. O. Lazer e Alteridade em 'Outros' Modos de Viver: aproximações com a Antropologia. **Licere** (Centro de Estudos de Lazer e Recreação. Online), v. 19, p. 356-393, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/issue/view/51>. Acesso em: 21 dez. 2018.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac & Naify, 2009. 436 p.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução a antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 2010. 285 p.

DIAMANTINA (MG). **Plano Diretor de Participativo** – Relatório técnico. Diamantina, Technum Consultoria, 2009, 114 p. Documento Técnico.

DIEGUES, Antônio Carlos; ARRUDA, Rinaldo S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001. Disponível em < http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/750/2/Biodiversidade%20e%20comunidades%20tradicionais%20no%20Brasil.pdf;Saberes> Acesso em 08 de jun. de 2018.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Conhecimento e manejo tradicionais**: ciência e biodiversidade. São Paulo: NUPAUB, 2000. 6 p. Disponível em < http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaubfflch.usp.br/files/color/cienciabio.pdf>. Acesso em 18 de dez. de 2018.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana**. O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 2008. 198 p. Disponível em < http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/O%20mito%20moderno.compressed.pdf> Acesso em 18 de dez. de 2018.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976. 333p.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva: SESC, 1979. 249p.

FALEIROS, Maria Isabel Leme. Repensando o lazer. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 3, 1980. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/108170>. Acesso em: 06 abr. 2019.

FERREIRA, Acacio. **Lazer operário:** um estudo de organização social das cidades. Salvador: Progresso, 1959. 117 p.

FGV - **Atlas Histórico do Brasil** – Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/o-ouro-das-minas/midias/carlos-juliao-mineracao-de-diamantes-c-1770-fonte-carlos-juliao-xviii>. Acesso em: 25 nov. 2018.

FJP - Revista Especial - Análise e Conjuntura - Diamantina: Patrimônio Cultural – 07/07/1979 Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/9497-ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-em-201614>. Acesso em: 05 jan. 2019.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, c1989. 213 p. (Antropologia social.).

GIULIETTI, A. M. *et al.* Estudos em Sempre-vivas: taxonomia com ênfase nas espécies de Minas Gerais, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, n. 10, v. 2, p. 329-377, 1996. Disponível

em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010233061996000200007&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 08 jan. 2019.

GOMES, C. L. *et al*. Formação de agentes sociais dos Programas Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável: uma discussão conceitual sobre o lazer, esporte e cultura. In: PINTOS, A. E. S.; ISAYAMA, H. F. (Orgs.). **Formação de agentes sociais dos programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS).** Campinas: Autores Associados, 2016, v. 1, p. 94-120.

GOMES, Christianne Luce. **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, c2004. 238 p.

GOMES, Christianne Luce. **Lazer, trabalho e educação:** relações históricas, questões contemporâneas. 2 ed. rev. amp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 151 p.

GOMES, Christianne Luce. Estudos do lazer e geopolítica do conhecimento. **Licere**, v. 14, n. 3, p. 1-26, 2011. Disponível em: <https://seer.lcc.ufmg.br/index. php/licere/article/view/489>. Acesso em: 12 out. 2018.

GOMES, Christianne Luce. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 3-20, jan./abr. 2014. Disponível em: < https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/430 >. Acesso em: 20 abr. 2019.

GRAMSCI, Antoni. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. 244 p.

GUIDA, A. M. ; EVANGELISTA, J. S. **De Minas para o mundo**. Juiz de Fora: Virtú (UFJF), 2005. v. I, p. 1-5.

HALL, Stuart,; LOURO, Guacira Lopes.; SILVA, Tomaz Tadeu da. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 102 p.

HOBSBAWM, Eric. **A Era do Capital**: 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, 231 p. Disponível em <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/sugestao_ leitura/sociologia/era_capital.pdf> . Acesso em 18 de jan. de 2019.

IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/ . Acesso em: 19 maio 2019.

IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **MANUAL da base territorial 2014**. Rio de Janeiro, 2014. 157 p. Disponível em < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100639.pdf> Acesso em 05 de maio de 2019.

ICMBIO. **Plano de Manejo do Parque Nacional das Sempre-vivas**. Brasília. 2016. 801 p. Disponível em: < http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/cerrado/unidades-de-conservacao-cerrado/2094> Acesso em: 08 jan. 2019.

INGOLD, Tim. **Estar vivo:** ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. 390 p.

INGOLD, T. **The perception of the environment**: essays on livelihood, dwelling and skill. London and New York: Routledge, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **O Registro do Patrimônio Imaterial**: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial. Brasília: IPHAN, 139 p. 2006. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha_1__parasabermais_web.pdf> . Acesso em 13 de jan. de 2019.

KROEBER, Alfred Louis. **A natureza da cultura**. Lisboa: Edições 7O, 1993. 255 p. (Perspectivas do homem)

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. Ed. bilíngue. São Paulo: Claridade, c2003. 93 p.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1988. 205 p.

LARA, Ângela Cristina *et al*. **Planta viva, gente viva – Sempre-vivas. Projeto Sempre-vivas.** Belo Horizonte: Instituto Terra Brasilis. 1999.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 22. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. 117 p.

LATOUR, B. Bruno. O objetivo da ciência não é produzir verdade indiscutíveis, mas discutíveis. *In*: SILVA, J. M. da. **Diálogos**, Porto Alegre, 11 mar. 2017. Disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br/blogs/dialogos/2017/03/1005/bruno-latour-o-objetivo-da-ciencia-nao-e-produzir-verdade-indiscutiveis-mas-discutiveisblb/>. Acesso em: 09 abr 2018.

LAVE, J.; WENGER, E., **Aprendizaje Situado, Participación periférica legítima**. Iztacala: Universidad Nacional Autônoma de México, Facultad de Estúdios Superiores, 2003.

LEVI-STRAUSS, Claude. **O olhar distanciado**. Lisboa: Edições 70, 1986. 416 p., [1] p. de lam. (Perspectivas do homem : as culturas, as sociedades; 24). Disponível em < https://pt.scribd.com/doc/6303659/O-Olhar-Distanciado-Claude-Levi-Strauss> Acesso em 25 de fev. de 2019.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. **Arraial do Tijuco cidade Diamantina**. 2. ed. São Paulo: Martins, [1957]. 306 p.

MAGNANI, José Guilherme Cantor In BRUHNS, Heloisa T; GUTIERREZ, Gustavo Luis. **O corpo e o lúdico:** ciclo de debates lazer e motricidade. Campinas, (SP): Autores Associados, 2000. 112p

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, Jun. 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. 3. ed. São Paulo: UNESP; HUCITEC, 2003. 166 p. (Paidéia; 2)

MAGNANI, José Guilherme Cantor. "**Vai ter música?":** para uma antropologia das festas juninas de surdos na cidade de São Paulo. In: PontoUrbe, Ano 1 versão 1.0, 2007. Disponível em http://www.n-a-u.org/pontourbe01/magnani1-2007.html Acesso em 08 de mar. De 2019.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacifico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipelagos da Nova Guine Melanesia. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. 424p.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e educação.** 3.ed. Campinas, SP: Papirus, 1995. 164p.

MASCARENHAS, Fernando. O lazer e o príncipe eletrônico. **Licere**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 46-60, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1418> . Acesso em: 12 nov. 2018.

MASCARENHAS, Fernando. Lazer e Utopia: limites e possibilidades de ação política**.** In: **Movimento**. Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 155 – 182, set./ dez. 2005. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/download/2876/1490> . Acesso em: 12 nov. 2018.

MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. xii, 288 p. (Biblioteca Artmed. Métodos de pesquisa)

MELO, V. A. de. Sobre o conceito de lazer. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 23, p.16-35, set./ dez. 2013. Disponível em: http://www.sesc.com.br/portal/publicacoes/sesc /revistas/sina isociais/n23/setembrodezembro+de+2013. Acesso em: 06 abr. 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS (MPMG). Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS). **Cartilha de direitos dos povos e comunidades tradicionais**. Programa Mapeamento de povos e comunidades tradicionais em Minas Gerais: visibilização e inclusão sociopolítica. Belo Horizonte (2014): GESTA/UFMG; PROEX/UFMG; MEC/SESU. S/D. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/Cartilha-Povos-tradicionais.pdf> . Acesso em: 09 abr. 2017.

PEIXOTO, Elza. Levantamento do estado da arte nos estudos do lazer: (Brasil) séculos XX e XXI - alguns apontamentos. **Educ. Soc.**, 2007, v. 28, n. 99, p. 561-586. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010173302007000200014&script=sci_abstract&tl ng=pt> Acesso em 20 de nov. de 2018.

SAHLINS, Marshall. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica**:** por que a cultura não é um "objeto" em vias de extinção (parte I). **Mana: Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 41-73, 1997a. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493131997000200004&lng=en &nrm=iso>. Acesso em: 08 dez. 2018.

SAHLINS, Marshall. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em vias de extinção (parte II). **Mana: Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 103-150, 1997b. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493131997000200004&lng=en &nrm=iso>Acesso em: 08 dez. 2018.

SANTILLI, J. Povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais: a construção de novas categorias jurídicas. In: RICARDO, F. (Org.). **Terras indígenas & unidades de conservação da natureza**: o desafio das sobreposições. São Paulo: ISA, 2004. p. 42-49.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula**. Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. 637 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 308 p.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. 157 p. Disponível em <https://yadi.sk/i/SICZwBcuqBiRi> . Acesso em 12 de jan. 2019.

SORRE, Maximilien; MEGALE, Januario Francisco. **Geografia**. São Paulo: Ática, 1984. 192 p. (Grandes cientistas sociais; 46)

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Representação da UNESCO no Brasil. Patrimônio Cultural Imaterial. 2003. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/culture/world-heritage/intangible-heritage/>. Acesso em: 09 abr. 2017.

VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa:** um estudo econômico das instituições. São Paulo: Pioneira, 1965. 358p.

SILVA, Vinícius F. G.; RENATO Farjalla. A perspectiva filosófica do conceito de lazer no âmbito da educação física. **Licere**, Belo Horizonte, v. 10, n. 3, dez. 2007. Disponível em <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/927/722> Acesso em: 08 nov. 2018.

WERNECK, Christianne Luce Gomes. **Lazer, trabalho e qualidade de vida.** 2008. Disponível em: <http://www.motricidade.com/index.php/repositorio-aberto/42-gestao/1229-lazer-trabalho-e-qualidade-de-vida>. Acesso em: 12 ago. 2018.

WEST, Patrick C.; BRECHIN, Steven R. **Resident Peoples and Nattonal Parks**: Social dilemmas and strategies in intemational conservation. Tucson: University of Arizona Press, 1991.

ANEXO I

Parecer de aprovação consubstanciado



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Para Além do Urbano - A produção social e a organização do território no povoado de Galheiros, Diamantina, Minas Gerais

Pesquisador: José Alfredo Oliveira Debortoli

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 91626018.1.0000.5149

Instituição Proponente: PRO REITORIA DE PESQUISA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.769.058

Apresentação do Projeto:

Este trabalho tem como objetivo geral investigar a produção social e a organização do território no ambiente rural a partir da perspectiva dos estudos no campo do lazer, com auxílio da antropologia,da etnografia, da história e da geografia. Apresenta uma abordagem diferente da habitual tendo em vista que as as pesquisas relacionadas ao lazer no Brasil, de modo geral, embasadas principalmente por correntes provenientes da Europa, consideram o lazer um fenômeno urbano-eque portanto, não abrange o espaço rural. Esta pesquisa procura desvendar também o mérito das atividades de lazer na produção deste espaço e as potencialidades destas atividades para o espaço rural. O estudo de caso se dará no Povoado de Galheiros, localizado há 15 km domunicípio de Diamantina, Minas Gerais, considerado, a partir do Decreto Federal nº. 8.750, de 09de maio de 2016, que Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, uma comunidade tradicional por se caracterizar como um agrupamento de apanhadores de flores sempre vivas. O trabalho pretende analisar as relações dos moradores do povoado com o território, com o espaço que ocupam, com o tempo, com a sociedade, com a natureza e com suas próprias manifestações tradicionais, ou culturais, através das

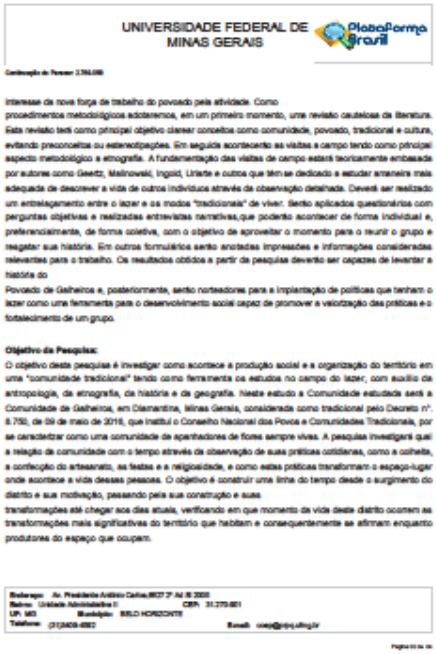
lentes do lazer, tentando compreender também a relação do povoado com o trabalho, destacando-se o trabalho artesanal realizado com as flores sempre vivas, que garante a sobrevivência de vários moradores desde a década de 1930 e que vem diminuindo tendo em vista não apenas novas regras para retirada e comercialização das flores como a possível falta de

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos,6627 2º Andar

Bairro: Unidade Administrativa II CEP: 31.270-901

UF: MG Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592 Email: coep@prpq.ufmg.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Continuação do Parecer: 2.769.058

interesse de nova força de trabalho do povoado pela atividade. Como

procedimentos metodológicos adotaremos, em um primeiro momento, uma revisão cautelosa da literatura. Esta revisão terá como principal objetivo clarear conceitos como comunidade, povoado, tradicional e cultura, evitando preconceitos ou estereotipações. Em seguida aconteceráo as visitas a campo tendo como principal aspecto metodológico a etnografia. A fundamentação das visitas de campo estará teoricamente embasada por autores como Geertz, Malinowski, Ingold, Urbarte e outros que têm se dedicado a estudar amaneira mais adequada de descrever a vida de outros indivíduos através da observação detalhada. Deverá ser realizado um entrelaçamento entre o lazer e os modos "tradicionais" de viver. Serão aplicados questionários com perguntas objetivas e realizadas entrevistas narrativas,que poderão acontecer de forma individual e, preferencialmente, de forma coletiva, com o objetivo de aproveitar o momento para o reunir o grupo e resgatar sua história. Em outros formulários serão anotadas impressões e informações consideradas relevantes para o trabalho. Os resultados obtidos a partir da pesquisa deverão ser capazes de levantar a história do

Povoado de Galheiros e, posteriormente, serão norteadores para a implantação de políticas que tenham o lazer como uma ferramenta para o desenvolvimento social capaz de promover a valorização das práticas e o fortalecimento de um grupo.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo desta pesquisa é investigar como acontece a produção social e a organização do território em uma "comunidade tradicional" tendo como ferramenta os estudos no campo do lazer, com auxílio da antropologia, da etnografia, da história e da geografia. Neste estudo a Comunidade estudada será a Comunidade de Galheiros, em Diamantina, Minas Gerais, considerada como tradicional pelo Decreto nº. 8.750, de 09 de maio de 2016, que Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, por se caracterizar como uma comunidade de apanhadores de flores sempre vivas. A pesquisa investigará qual a relação de comunidade com o tempo através da observação de suas práticas cotidianas, como a colheita, a confecção do artesanato, as festas e a religiosidade, e como estas práticas transformam o espaço-lugar onde acontece a vida dessas pessoas. O objetivo é construir uma linha do tempo desde o surgimento do distrito e sua motivação, passando pela sua construção e suas

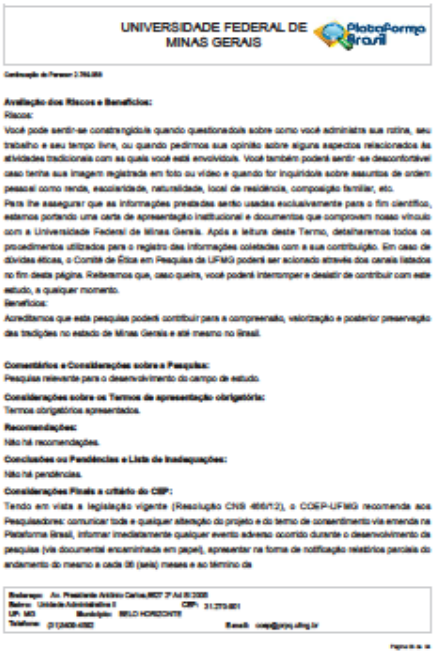
transformações até chegar aos dias atuais, verificando em que momento de vida deste distrito ocorrem as transformações mais significativas do território que habitam e consequentemente se afirmam enquanto produtores do espaço que ocupam.

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos,6627 2º Andar

Bairro: Unidade Administrativa II CEP: 31.270-901

UF: MG Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592 Email: coep@prpq.ufmg.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Continuação do Parecer: 2.769.058

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Você pode sentir-se constrangido/a quando questionado/a sobre como você administra sua rotina, seu trabalho e seu tempo livre, ou quando pedirmos sua opinião sobre alguns aspectos relacionados às atividades tradicionais com as quais você está envolvido/a. Você também poderá sentir-se desconfortável caso tenha sua imagem registrada em foto ou vídeo e quando for inquirido/a sobre assuntos de ordem pessoal como renda, escolaridade, naturalidade, local de residência, composição familiar, etc.

Para lhe assegurar que as informações prestadas serão usadas exclusivamente para o fim científico, estamos portando uma carta de apresentação institucional e documentos que comprovam nosso vínculo com a Universidade Federal de Minas Gerais. Após a leitura deste Termo, detalharemos todos os procedimentos utilizados para o registro das informações coletadas com a sua contribuição. Em caso de dúvidas éticas, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG poderá ser acionado através dos canais listados no fim desta página. Reiteramos que, caso queira, você poderá interromper e desistir de contribuir com este estudo, a qualquer momento.

Benefícios:

Acreditamos que esta pesquisa poderá contribuir para a compreensão, valorização e posterior preservação das tradições no estado de Minas Gerais e até mesmo no Brasil.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante para o desenvolvimento do campo de estudo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos obrigatórios apresentados.

Recomendações:

Não há recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Tendo em vista a legislação vigente (Resolução CNS 466/12), o COEP-UFMG recomenda aos Pesquisadores: comunicar toda e qualquer alteração do projeto e do termo de consentimento via emenda na Plataforma Brasil, informar imediatamente qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa (via documental encaminhada em papel), apresentar na forma de notificação relatórios parciais do andamento do mesmo a cada 06 (seis) meses e ao término da

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos,6627 2º Andar

Bairro: Unidade Administrativa II CEP: 31.270-901

UF: MG Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592 Email: coep@prpq.ufmg.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Continuação do Parecer: 2.769.058

pesquisa encaminhar a este Comitê um sumário dos resultados do projeto (relatório final).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1134006.pdf	15/06/2018 14:58:04		Aceito
Parecer Anterior	parecerbasinado.pdf	15/06/2018 14:56:56	NAIARA PAOLA DE OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetodepesquisa Mestrado.pdf	17/05/2018 21:42:58	NAIARA PAOLA DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	17/05/2018 21:42:28	NAIARA PAOLA DE OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	17/05/2018 21:40:57	NAIARA PAOLA DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	91626518parecer.pdf	13/07/2018 19:27:14	Vivian Resende	Aceito
Outros	91626518aprovado.pdf	13/07/2018 19:27:27	Vivian Resende	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BELO HORIZONTE, 12 de Julho de 2018

Assinado por:
Vivian Resende
(Coordenador)

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos,6627 2º Andar

Bairro: Unidade Administrativa II CEP: 31.270-901

UF: MG Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592 Email: coep@prpq.ufmg.br

ANEXO II

Termo de Consentimento Livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este documento que você está lendo é chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ele contém explicações sobre o estudo que você está sendo convidado a participar. Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá outra via. Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo). Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.

Essa pesquisa propõe realizar um estudo no povoado de Galheiros, Diamantina, Minas Gerais. Nosso interesse é compreender como a comunidade se organiza no território, como tenta manter a tradição da coleta e artesanato com as flores sempre-vivas, como se percebem e se valorizam dentro do mundo globalizado e até que ponto esta globalização da cultura influencia na produção da comunidade. Para isso usaremos a etnografia e pretendemos acompanhar os rotina da comunidade em dias e períodos alternados, buscando uma quantidade suficiente de dados de observação. Nos interessa registrar as falas dos moradores do povoado, compreender como a tradição do povoado é percebida na sua vida, acompanhar a rotina da coleta e preparação das flores para a comercialização, acompanhar os moradores que não dependem mais do comércio das flores, vivenciar um pouco do movimento da Associação de Artesãos Sempre-Vivas e perceber a importância dela para cada associado e ainda analisar as possibilidades para o futuro dos artesão da comunidade de Galheiros. Num segundo momento, nós pesquisadores, precisaremos fazer perguntas aos moradores para a partir de suas respostas tentar compreender a relação com as flores, com o território, com a comunidade e com o mundo. Essa pesquisa demanda que durante alguns dias estejamos observando, filmando, fotografando e entrevistando os moradores do povoado de Galheiros, por isso precisamos de sua autorização para coletarmos todo esse material, o qual ficará armazenado no gabinete do Prof. Dr. José Alfredo Oliveira Debortoli na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG por um período de 5 anos, em formato digital. Ressaltamos que tudo que for observado, registrado e anotado ficará guardado com os pesquisadores para garantir sua privacidade.

RISCOS POTENCIAIS

Você pode sentir-se constrangido/a quando questionado/a sobre como você administra sua rotina, seu trabalho e seu tempo livre, ou quando pedirmos sua opinião sobre alguns aspectos relacionados às atividades tradicionais com as quais você está envolvido/a. Você também poderá sentir-se desconfortável caso tenha sua imagem registrada em foto ou vídeo e quando for inquirido/a sobre assuntos de ordem pessoal como renda, escolaridade, naturalidade, local de residência, composição familiar, etc.

Para lhe assegurar que as informações prestadas serão usadas exclusivamente para o fim científico, estamos portando uma carta de apresentação institucional e documentos que comprovam nosso vínculo com a Universidade Federal de Minas Gerais. Após a leitura deste Termo, detalharemos todos os procedimentos utilizados para o registro das informações coletadas com a sua contribuição. Em caso de dúvidas éticas, o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG poderá ser acionado através dos canais listados no fim desta página. Reiteramos que, caso queira, você poderá interromper e desistir de contribuir com este estudo, a qualquer momento.

BENEFÍCIOS POTENCIAIS

Acreditamos que esta pesquisa poderá contribuir para a compreensão, valorização e posterior preservação das tradições no estado de Minas Gerais e até mesmo no Brasil.

CONSENTIMENTO

Eu_____, portador/a do documento de identidade, _____ li e entendi o que será feito pelos pesquisadores. Pergunte e obtive as respostas para todas as minhas perguntas. Sei que posso não participar desta pesquisa ou que posso pedir para sair dela a qualquer momento. Entendo também que os pesquisadores podem decidir me tirar da pesquisa por motivos científicos e que ficarei sabendo caso isso aconteça. Os sujeitos da pesquisa não terão nenhum gasto material ou financeiro com este estudo, e nenhum tipo de bonificação será oferecido. Todos os participantes e responsáveis precisarão voluntariamente se disponibilizar ao estudo. E autorizo que as entrevistas possam ser gravadas e ser utilizadas na pesquisa. Tenho uma cópia deste formulário que foi assinado em duas vias iguais, com espaço para rubricas. Dessa forma, desejo participar da pesquisa intitulada: **"Para além do urbano – a produção social e a organização do território no povoado de Galheiros, Diamantina, Minas Gerais"**.

_____, _____/_____/2018
Local

_____
Participante da pesquisa

_____
José Alfredo Oliveira Debortoli
Pesquisador responsável

_____
Nalara Paola de Oliveira
Pesquisador Participante

Este termo juntamente com os dados coletados da pesquisa ficará armazenados por cinco anos na EEFFTO/UFMG sob a responsabilidade do pesquisador. Maiores informações:

- **Pesquisadores responsáveis**: José Alfredo Debortoli (31) 3409-2333 e Nalara Paola de Oliveira (31) 3889-6114 ou no endereço Av. Antônio Carlos, 6627 EEFFTO- Pampulha - Belo Horizonte/MG.

Para responder as questões éticas:

- **COEP/UFMG**, Comissão de Ética em Pesquisa da UFMG. Av. Antônio Carlos, 6627 Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005. Campus Pampulha. Belo Horizonte. MG – Brasil. CEP: 31270-901. E-mail: coep@prpq.ufmg.br. Tel: 3409-4592.

PÁGINA ÚNICA

ANEXO III

Perguntas da Entrevista Focalizada

Roteiro da Entrevista Focalizada

Nome
Idade
Situação familiar
( ) casado ( )solteiro ( ) divorciado ( ) Viúvo ( ) outros
tem filhos? S N quantos ___
Moram com você?
Quantas pessoas moram na casa?
Estudou até que ano? ____ estuda? ____
Estudou no distrito? S N Se não onde?_____
Nasceu no povoado? S N Já morou em outros lugares? _____
Por qual motivo?
Trabalhava?
O que você fazia quando não estava trabalhando?
Tinha coisas que gostava de fazer lá e que ainda faz aqui?
Atualmente, de onde provém principalmente a sua renda?
( )Aposentadoria ( )pensão ( )trabalho de outra pessoa ( )trabalho com as flores sempre-vivas ( ) outro trabalho.

Sobre o trabalho com as flores sempre-vivas

Quantos dias por semana você trabalha com as flores?
Você apenas coleta ( ) Faz apenas artesanato ( ) Faz as duas coisas ( ) ( ) coleta e vende in natura
Quantas horas por dia você trabalha?
Tem horário determinado?
Há diferença de rotina entre dias de semana e finais de semana?

Como é feito o pagamento do trabalho?
O que você acha do seu Trabalho?

No dia a dia você trabalha principalmente sozinho ou com mais pessoas?
Além do trabalho você tem outras obrigações? S N
Se sim, quais:
Quem cuida dos serviços da casa?

O que você mais escolhe fazer quando não esta trabalhando ou não tem nenhuma outra obrigação?Por quê?

Você faz coisas diferentes durante a semana e aos finais de semana?

Como você se diverte?

Você acha que seu tempo de trabalho e de descanso são bem distribuídos?

Que outras coisas você gostaria de fazer quando não está trabalhando e não faz?
Se não faz, por qual motivo? (falta de tempo, falta de dinheiro, saúde, etc...)

Quando você esta em casa, o que você gosta de fazer?
( )Ver TV ( )Ouvir rádio ( )Dormir ( )Não Fazer nada ( )cuidar da casa ( )cuidar da criação
( ) Mexer no celular ( )mexer no computador ( )Outras coisas

Que equipamentos eletrônicos você tem em casa para se divertir?
( )rádio ( )TV ( )computador ( )Celular ( )DVD/vídeo k7 ( )outros

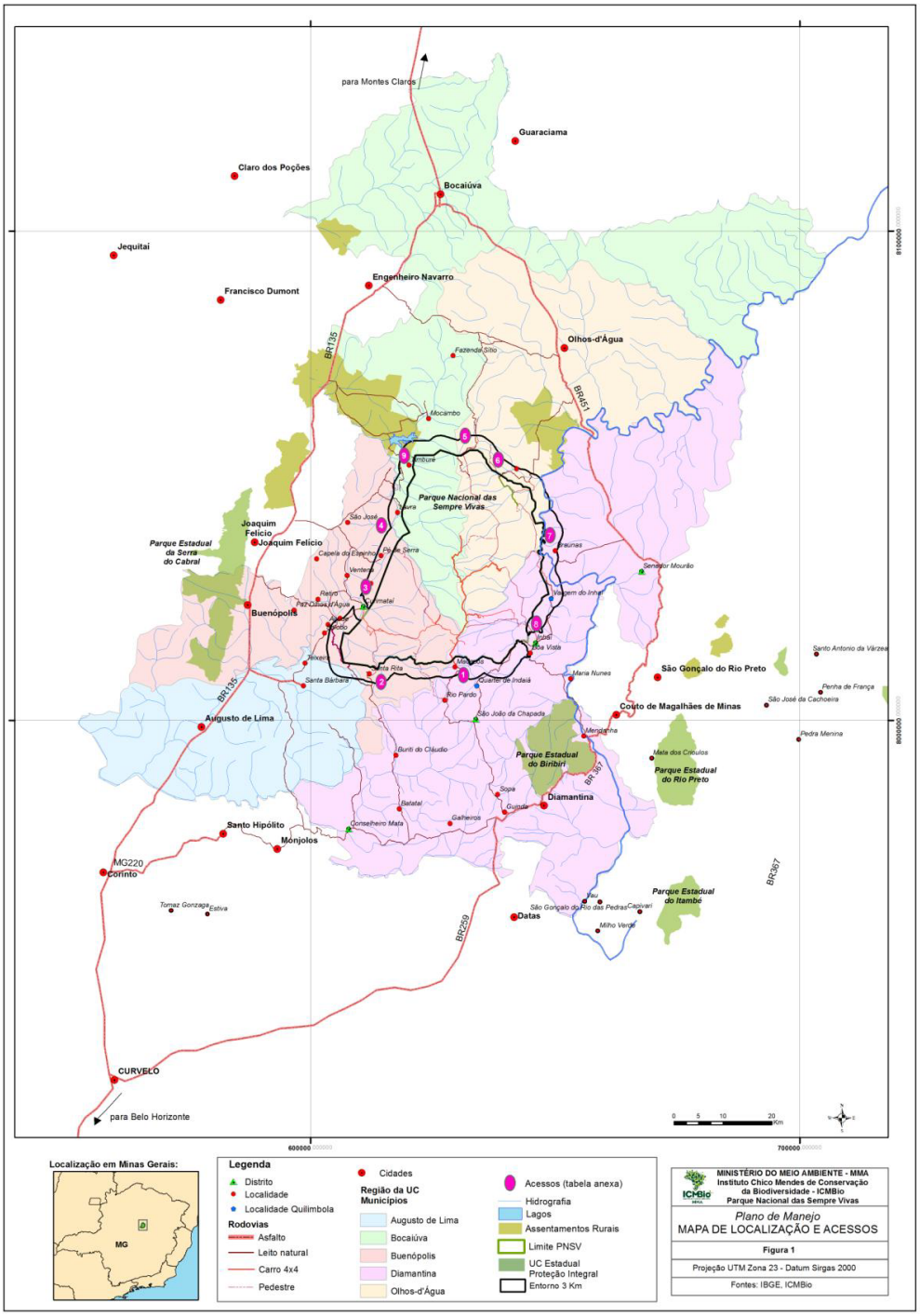
Em quais horários você usa mais estes equipamentos?

Você tem acesso à internet ou TV a cabo?

Informações extras:

ANEXO IV

Mapa com a localização do PARNA Sempre-vivas



Fonte: Plano de Manejo Parque Nacional das Sempre-vivas, 2016.